

**UNIVERSIDADE ABERTA**  
Departamento de Ciências Sociais e Gestão



“As representações sociais acerca do acolhimento de refugiados em Portugal.  
Estudo de caso dos comentários às notícias sobre a chegada de refugiados a  
Portugal nas redes sociais dos *media* portugueses.”

**Nuno Miguel Almeida Marques Santos**

**Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais**

Lisboa, 2017



**UNIVERSIDADE ABERTA**  
Departamento de Ciências Sociais e Gestão



“As representações sociais acerca do acolhimento de refugiados em Portugal.  
Estudo de caso dos comentários às notícias sobre a chegada de refugiados a  
Portugal nas redes sociais dos *media* portugueses.”

**Nuno Miguel Almeida Marques Santos**

**Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais**

**Orientadores:** Prof. Doutor Lúcio Manuel Gomes de Sousa  
Prof.<sup>a</sup> Doutora Cristina Maria Lopes Pereira Vieira

Lisboa, 2017



## Resumo

Vários conflitos, catástrofes, perseguições e violações de direitos humanos, ocorridos em diversos locais do mundo, têm contribuído para que o número de pessoas forçadas a abandonar os seus lugares de origem, esteja a aumentar. Ainda recentemente, demos conta da enorme vaga de refugiados que tenta chegar à Europa, alguns em situações dramáticas resultante dos últimos conflitos e guerras existentes no Médio Oriente, África e Ásia Central.

Governos e sociedades enfrentam um dilema perante este cenário, o dever moral de aceitar pessoas em sofrimento, respeitar os princípios políticos assinados nas convenções ou então, negar esse acolhimento pelo temor do possível impacto económico, cultural, social e na segurança do próprio país. Porém, muitas medidas e políticas dos governos são em grande parte apenas o reflexo das crenças e posições das suas sociedades. As representações sociais exercem uma grande influência nos comportamentos e atitudes dos indivíduos, assim como, poderão também ter uma influência significativa nas ações, posições e políticas dos governos no que respeita ao acolhimento dos refugiados, sendo deste modo importante acompanhar e conhecer de forma aprofundada, as representações sociais da sociedade.

Com a massificação das novas tecnologias digitais, os indivíduos passaram também a manifestar-se e a difundir as suas representações ou crenças nos novos ambientes virtuais, principalmente nas redes sociais. Os *media*<sup>1</sup>, acompanhando esta tendência alteraram o seu paradigma de difusão que vinha sendo exclusivo através do clássico papel e passaram também a partilhar as suas notícias nas redes sociais, fazendo com que a comunicação e interação se fizesse agora em dois sentidos. Este estudo de cariz exploratório realizado através de uma análise qualitativa privilegiou como campo de análise o ambiente virtual, explorando as representações, crenças e significados de um conjunto de indivíduos através dos seus comentários a um grupo de notícias partilhadas numa rede social por alguns órgãos de comunicação social, acerca da chegada e acolhimento de refugiados em Portugal.

Os resultados deixaram perceber através dos discursos dos participantes desta pesquisa, que há uma manifestação de desagrado respeitante ao acolhimento, invocando razões económicas, culturais e de segurança. Do mesmo modo, verificou-se por parte de muitos leitores destas notícias na rede social, a existência de alguma dificuldade em distinguir entre o que é um migrante económico e um refugiado, o que define um refugiado e o seu estatuto, associando a este alguns estereótipos, duvidando de um modo geral da sua integração na sociedade acolhedora.

**Palavras-Chave:** Refugiados, migrações, representações sociais, interculturalidade, *media* e redes sociais.

---

<sup>1</sup> Embora não exista um amplo consenso sobre qual das palavras se deve utilizar, *média*, *media* ou *mídia*, quando existe uma referência aos meios de comunicação social, neste estudo, optou-se pelo uso da palavra *media* (em itálico).

## Abstract

Catastrophes, persecutions, human rights violation, and conflicts in general, that took place in several locations around the world, have been the main reason for the increased number of people forced to leave their birth places, their homes. As we know, very recently, many refugees tried to reach Europe and some in very critical conditions, due to the last conflicts and wars, happening in the Middle East, Africa, and Central Asia.

Before this scenario, both government and societies are facing an enormous dilemma. The moral duty to accept people who are suffering, to respect the political principals agreed in conventions or, taken by fear, to deny shelter to the ones in need because of the possible effect it would have in economics, cultural, social and security of the host country. However, many political strategies and measures taken by the host governments are reflection of beliefs, positions, and social representations of their own societies. Social representations have great deal of influence, not only in behaviors and attitudes of the individuals, but also can have a significant influence in actions, positions, and governments policies in what concerns giving asylum to the refugees. Therefore, it is rather important to follow closely and deepen the knowledge of the social representations of these societies.

With the massive use of digital technologies, people started showing and spreading their own social representations as well as their beliefs in a virtual environment, mostly in social networks. The media, by following this trend, changed their paradigm of diffusion, which was, so far exclusively by the traditional paper, and started sharing their news through social media, making communication and interaction happening in two ways. This exploratory research, based on a qualitative analysis, privileges virtual environment as study field, by exploiting representations, beliefs and meanings of a group of individuals based on their comments to several news shared by some media in social network, about the arrival of the asylum seekers in Portugal.

The result showed, based on participants opinions of this study, a clear disfavor in welcoming the refugee on grounds of economic, cultural and safety reasons. From this analysis, it was easy to gather that the majority of the readers of this news in social network, has some difficulties in understanding the difference between economic migrants and a refugee, and also what defines a asylum seekers and his position, often associating some stereotypes by being suspicious altogether about their integration in a host society.

**Keywords:** Refugees, migrations, social representations, interculturality, media and social networks

Aos refugiados e a todos os que são injustamente perseguidos.

## **Agradecimentos**

Aos orientadores desde percurso, Prof. Doutor Lúcio Sousa e Prof.<sup>a</sup>. Doutora Cristina Vieira, pelo contínuo acompanhamento, pela partilha de saberes, incentivo e disponibilidade que sempre manifestaram ao longo deste trabalho.

Aos meus familiares, amigos e colegas do mestrado, pelas palavras de apoio, incentivo e amizade.

# Índice

Resumo .....	iii
Agradecimentos .....	vi
Abreviaturas .....	ix
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b> .....	11
<b>CAPITULO I – O Refugiado</b> .....	13
1. A definição e o estatuto de refugiado.....	15
1.1 Breve síntese sobre os grandes fluxos de refugiados no mundo desde o séc. XX.....	24
1.1.1 Fluxos de refugiados para a Europa na atualidade .....	34
1.2 Proteção e o processo de integração de refugiados na Europa.....	35
1.3. O caso português, caracterização dos principais fluxos de refugiados para Portugal a partir do séc. XX .....	45
1.3.1 Proteção e integração dos requerentes de asilo e refugiados em Portugal .....	50
<b>CAPITULO II – As Representações Sociais</b> .....	63
2. A definição de representações sociais .....	65
2.1 A representação social e refugiados .....	71
2.2 O encontro com o Outro, estereótipos e etnocentrismo .....	73
<b>CAPITULO III</b> .....	77
<b>As Novas Tecnologias de Comunicação/Informação e Redes Sociais, associadas às Representações Sociais</b> .....	77
3. Conceito e emergência dos <i>media</i> .....	79
3.1 Os novos <i>media</i> e as redes sociais .....	81
3.2 Os <i>media</i> e redes sociais como meios de difusão das representações sociais. ....	88
3.3 Os refugiados nos <i>media</i> .....	91
<b>PARTE II – OPÇÕES METODOLÓGICAS</b> .....	95
<b>CAPITULO I – Metodologia</b> .....	97
1. Delimitação do campo de pesquisa .....	99
2. Metodologia e instrumentos de análise .....	102
<b>PARTE III – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	111
<b>CAPITULO I - O “Terreno” da Investigação</b> .....	113
1. Ambiente de participação.....	115
1.2 As representações do refugiado.....	118

1.3 Razões favoráveis ao acolhimento de refugiados.....	122
1.3.1 Questões demográficas .....	122
1.3.2 Razões humanitárias e de solidariedade .....	123
1.3.3 Razões multiculturais.....	125
1.4. Razões desfavoráveis ao acolhimento de refugiados .....	126
1.4.1 Razões económicas .....	126
1.4.2 Questões de segurança, medo, terrorismo .....	129
1.4.3 Razões culturais, étnicas, etnocentrismo .....	130
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	135
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	141
Anexos .....	157

## Índice de Tabelas

Tabela 1 - Nacionalidades ou origens mais comuns dos requerentes de asilo de 2010 a 2016, dados SEF.....	49
Tabela 2 – Amostragem das notícias e <i>media</i> selecionadas para o estudo.....	100
Tabela 3 - Quadro das categorias da análise de conteúdo.....	110

## Índice de Figuras

Figura 1 – Gráfico sobre o número de pedidos de asilo a Portugal entre 2010 e 2016 .....	48
Figura 2 – Gráfico do ACNUR sobre faixas etárias de sírios e afegãos chegados à Grécia em 2016 .....	56
Figura 3 - Gráfico grau de concordância com maior flexibilidade em acolher refugiados .....	61
Figura 4 – Interatividade da notícia partilhada pela SIC-Noticias .....	116

## Abreviaturas

**ACIME** - Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas

**CPR** – Conselho Português para Refugiados

**ECRE** – European Council on Refugees and Exiles (em português, Conselho Europeu para os Refugiados e Exilados).

**MAI** – Ministério da Administração Interna

**OIM** - International Organization for Migration (em português, Organização Internacional para as Migrações)

**ONU**- United Nations (em português, Organização das Nações Unidas ou Nações Unidas).

**OUA** - Organization of African Unity (OAU)/African Union (AU) (em português, Convenção da Organização de Unidade Africana

**PALOP** - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

**SEF** – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

**UE** – União Europeia

**UNDP** - United Nations Development Programme (em português, **PNUD** - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

**UNESCO** - United Nation Education, Scientific and Cultural Organization (em português, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

**UNHCR** - The UN Refugee Agency (Agência da ONU para os Refugiados) United Nations High Commissioner for Refugees (em português **ACNUR**, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados).

**UNRIC** - United Nations Regional Information Centre (em português, Centro Regional de Informação das Nações Unidas)



## INTRODUÇÃO

Todos os estudos de realidades sociais procuram relacionar, descobrir ou revelar pequenos detalhes do quotidiano, das relações e do comportamento social dos humanos. Também este estudo se justifica pela contínua necessidade de produção de saber, podendo contribuir para a discussão e compreensão de um fenómeno. Sabemos que hoje a produção e disseminação de conhecimento desempenham um papel importante na sociedade, sendo um elemento crucial na melhoria da qualidade de vida das pessoas e do mundo em geral.

Neste sentido, procuramos através deste trabalho, poder abrir novos caminhos de pensamento e reflexão acerca das crenças sociais sobre o acolhimento de refugiados. As novas configurações de deslocamentos forçados rumo à Europa urge uma reflexão continuada sobre os impactos nas sociedades de acolhimento e a necessidade de compreender as expectativas dos seus membros em relação ao seu acolhimento. Sendo então importante compreender quais as possíveis alterações ou mudanças que o seu acolhimento pode provocar. O deslocamento forçado de pessoas é global e transversal a todas as sociedades, não se constitui um problema isolado, necessita de um olhar atento.

Genericamente, o objeto de estudo desta pesquisa passa pela recolha e análise dos comentários que um grupo de internautas faz a um conjunto de notícias previamente escolhido nas redes sociais acerca do acolhimento de refugiados em Portugal. Desta forma, selecionou-se criteriosamente um grupo de notícias que divulgam a chegada de refugiados, partilhadas por alguns *media* portugueses na rede social do Facebook. A análise de conteúdo dos seus comentários tem como objetivo principal perceber as posições, representações e significados dos seus leitores acerca dos refugiados, da sua chegada ou do seu acolhimento em Portugal.

Deste modo, a pergunta de partida para este estudo é: “Quais são as representações sociais acerca do acolhimento de refugiados presentes nos comentários às notícias divulgadas *online* pela imprensa portuguesa?”. Já como objetivos mais específicos, este estudo procura-se

analisar questões mais detalhadas do discurso dos comentadores nas redes sociais a essas notícias e que possam mostrar:

- O que significa para estes comentadores o refugiado, e de que forma o seu significado pode influenciar a sua posição sobre o acolhimento;
- Os significados emergentes acerca do acolhimento de refugiados no país;
- As atitudes, valores e procedimentos manifestados em relação ao acolhimento de refugiados;
- As crenças e racionalidades existentes acerca do impacto na sociedade com o seu acolhimento;
- A raiz das representações do grupo em estudo e as suas motivações;
- A influência das redes sociais e ciberespaço na difusão de representações sobre o Outro.

O mediatismo gerado à volta das últimas deslocações de refugiados para a Europa despertou uma maior atenção sobre esta realidade. Existe a perceção que é uma questão complexa e que envolve uma série de elementos de ordem política, económica e social. Muitas notícias e opiniões foram também partilhadas e difundidas recentemente nas redes sociais, permitindo verificar o quanto existem opiniões tão divergentes, principalmente no que respeita ao acolhimento destes indivíduos.

Não obstante, que apesar de este tema estar atualmente muito presente nos *media* e no quotidiano mediático das sociedades europeias, o deslocamento de refugiados não é novo, tem sido uma constante no mundo. Facto este, que também teve a sua influência na decisão da escolha por esta temática, pois a questão dos refugiados, tal como sustentam Marinucci & Milesi (2003), é intrínseca à existência humana, sendo portanto um problema que nos diz respeito a todos, que merece um olhar constante, reflexões e respostas.

Expulsos da pátria devido a conflitos armados e a perseguições de diversa ordem, os refugiados acabam por ser os “vulneráveis entre os mais vulneráveis”, recebendo na maior parte das vezes um tratamento discriminatório fora da própria terra (Marinucci & Milesi 2003:19). As migrações forçadas encontram-se permanentemente no objeto de estudo das

ciências sociais, uma realidade do passado, presente e do futuro, que deve estar no foco da ciência, da atenção institucional, não a deixando cair na indiferença.

Segundo um relatório publicado pelo ACNUR em junho de 2015, na última década, o número de deslocamentos forçados provocados por guerras, conflitos e perseguições está a aumentar substancialmente em todo o mundo. Já no final de 2014, o número de deslocados forçados atingia o recorde de 60 milhões, sendo em parte derivado ao conflito da Síria. O mesmo relatório revela que cerca de 42,5 mil pessoas por dia se tornam refugiadas, requerentes do estatuto de refugiado, ou mesmo, como deslocados internos. Para António Guterres, ex-membro do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados, estamos na presença de uma mudança paradigmática, uma nova escala de deslocamentos globais muito superior ao que tem acontecido (ACNUR, 2015).

Não só longe da “fortaleza” da Europa se assiste a esta realidade angustiante. Pois como foi referido, presentemente também este continente atravessa uma crise humanitária, recebendo em mãos uma grande vaga de deslocamentos forçados. Segundo a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), durante o ano 2015, cerca de um milhão de refugiados e migrantes fugiram para a Europa derivado a perseguições, conflitos e pobreza extrema, um número sem precedentes na Europa Central e Ocidental desde os conflitos da antiga Jugoslávia ocorridos na década de 1990 (ACNUR, 2015a). Os vários conflitos e guerras que presentemente se assistem no médio oriente e leste de África, colocam um grande desafio às sociedades europeias, atendendo que estes têm provocado grandes deslocamentos de pessoas com destino à Europa, muitas chegando em estado muito vulnerável possuindo pouco mais do que a roupa que trazem no corpo (ibidem). De igual modo, este movimento de pessoas transporta consigo um conjunto de identidades com características culturais próprias, por vezes pouco compreendidas no mundo ocidental, facto que gera também algum receio quer ao nível da segurança, quer ao nível da sua integração, ou então, sobre quais serão os verdadeiros impactos na vida social e económica do país.

Também, os vários atentados ocorridos em várias cidades da Europa e nos Estados Unidos, fizeram aumentar no mundo ocidental a associação de alguns estereótipos a determinados indivíduos, relacionando-os com um perfil de terrorista mediante traços culturais específicos. Deste modo, certos grupos de pessoas, nomeadamente judeus, árabes ou

muçulmanos, alguns pertencentes a grupos de refugiados, imigrantes e certas minorias que visivelmente se identificam como pertencentes a esses grupos, tornaram-se particularmente vulneráveis a atitudes racistas, xenófobas ou de discriminação. Diante disto, muitas vezes quando se fala em refugiados, principalmente de origem islâmica, são-lhe atribuídas algumas características, como inferior ao ocidental, primitivo, bárbaro, ameaçador ou agressivo, ou então, que são pessoas que dão suporte ao terrorismo (Amaral, 2016).

No entanto, aqueles que conseguem chegar a outro país, principalmente europeu, podem estar perante outro dilema, o seu pedido de asilo ser aceite e reconhecido como refugiado, usufruindo de todos os direitos intrínsecos a este estatuto, ou então, não ser reconhecido como tal sendo expulso ou reenviado para outro local. Os que obtêm o estatuto de refugiados, ou estejam ao abrigo de recolocação terão pela frente um processo de integração complexo e que inclui um conjunto de variáveis, desde jurídicas, económicas e culturais que muitas vezes se interligam (ACNUR, 2015). Para que este processo ocorra de forma harmoniosa nas sociedades, importa também compreender o nível de aceitação e atitudes por parte dos membros da sociedade acolhedora para com estes indivíduos, e de que forma esta e os seus membros estarão dispostos a aceitá-los e integrá-los. Pois para haver integração, é indispensável que os autóctones e instituições estejam preparados para tal, que mostrem alguma abertura e receptividade em os receber. Esta nova vaga de refugiados tem dado mote ao desenvolvimento de alguns debates políticos no seio de alguns países da União Europeia, assistindo-se também de igual forma a outros não menos acesos no universo académico e social, tendo como base de discussão, a questão dos pós e contras sobre o seu acolhimento.

Todavia, como referido anteriormente, a questão dos refugiados é transversal nos tempos e infelizmente não se resume a estas novas vagas de deslocados. Além destes casos referidos, existem presentemente muitas outras migrações forçadas a ocorrerem em todo o mundo. Algumas, não provocadas por qualquer tipo de perseguição, mas sim, por motivações económicas, miséria generalizada, catástrofes naturais, sendo também de grande gravidade, extravasando as próprias fronteiras do estatuto de refugiado, merecendo também uma reflexão ou um estudo aprofundado. No entanto, como o objeto de qualquer investigação ou pesquisa desta natureza deve ser tangível e exequível, devendo-se ter também em conta os recursos existentes, houve a necessidade de se delimitar o objeto de estudo. Pelo que esta

proposta de investigação se circunscreve a um estudo de caso, podendo no futuro ser ampliada com outra pesquisa.

O ambiente virtual trouxe uma crescente virtualização das próprias interações humanas. É comum as pessoas possuírem um dispositivo tecnológico com capacidade de se conectar à rede e interagir sobre diversas formas com os outros. Com a chegada do *smartphone*, passaram a poder estar sempre conectadas em rede. O aparecimento das novas tecnologias produziu um novo espaço de comunicação, o chamado ciberespaço. Este assume-se como uma nova forma de comunicação ampliando a interação entre os indivíduos, fomentando a construção de novas relações e apropriação de conhecimento ou opinião. A crescente utilização do mundo tecnológico e digital por parte da sociedade gera novas relações em novos espaços temporais. Deste modo, o advento das novas tecnologias abriu aos indivíduos novas possibilidades de interação, produção e difusão de conhecimento, centrado agora na comunicação (Egler, s.d). O ciberespaço difunde o pensamento através de técnicas simbólicas e intelectuais, amplia a capacidade de comunicação e interação dos seres humanos. Elimina a importância da localização e espacialidade física, substituindo-a pela interação via rede. Navegar pelo ciberespaço é absorver um conjunto de informações que influenciam a nossa relação com o mundo, proporcionam-se múltiplas possibilidades de produção, permitindo de forma mais acessível e flexível aos indivíduos de se manifestarem, de transformarem uma realidade, tendencialmente de um modo livre não subordinada à dominação, produzirem também laços e sentimentos de identidade partilhada (idem).

No ciberespaço, as redes sociais geraram uma nova forma de interatividade e novos tipos de discussão pública, fora das fronteiras dos tradicionais fóruns informais dos sistemas económicos e políticos, abrindo assim, condições para uma abordagem aos diversos temas da atualidade sob perspectivas alternativas, facilitando o diálogo entre o público ou cidadãos sem a necessidade de quadros e rotinas rígidas (Correia, 2014). Sendo que, esta questão do acolhimento de refugiados é também uma realidade bem presente nas discussões de muitos internautas desses espaços virtuais. Na leitura de uma série de notícias partilhadas nessas redes sobre esta nova vaga de deslocados, verificamos a existência de comentários de leitores e grupos criados no Facebook com opiniões divergentes, alternando entre o contra e o a favor do seu acolhimento, justificadas na maioria dos casos por um conjunto de argumentos que

em ambos os casos se tornam frequentes. Como se constata através destes exemplos de comentários por parte de alguns frequentadores do Facebook a uma notícia <sup>2</sup> sobre o acolhimento de refugiados,

“tenho vergonha de ser desgovernada por um bando de traidores ,que só traz lixo para o nosso país”. (R.D, 2016)

“Portugal tá fazendo sua parte. Tem que dar sua parcela de ajuda e receber todos os refugiados das guerras.” (V.F, 2016)

Deste modo, achei pertinente que se percebessem melhor as representações ou os significados manifestados por parte de um grupo de leitores de notícias através das redes sociais, que mesmo sabendo que os refugiados se encontram num estado fragilizado, carecendo de solidariedade e humanidade no seu acolhimento, dão ainda assim origem a opiniões tão díspares no que respeita ao seu acolhimento.

Estes foram fatores determinantes para que esta pesquisa tenha ocorrido no ciberespaço, ao invés de uma interação ou observação presencial. A escolha da rede do Facebook como ambiente de pesquisa, deve-se ao facto de atualmente esta plataforma social se assumir cada vez mais como um local privilegiado de encontro, uma espécie de fórum ou mesa redonda que apela a que o indivíduo se relacione e comunique com os outros, promovendo uma dinâmica de interação entre os sujeitos. Segundo a edição de 2 de outubro de 2015 do jornal *online* Observador, cerca de 4,7 milhões de portugueses estão registados no Facebook, tornando-o na rede social mais utilizada, de acordo com um estudo de 2014 produzido pela *Facestore*.

Também outro estudo realizado em 2014 pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), <sup>3</sup> concluiu que as redes sociais têm-se apresentado ultimamente como os

---

<sup>2</sup> Comentários de utilizadores da rede social Facebook à notícia do Correio da Manhã partilhada nessa rede no dia 07-03-2016 com o título “Grupo de 64 Refugiados chegou esta segunda-feira a Portugal”. Por motivos de salvaguarda da sua privacidade não se colocou o nome dos comentadores.

<sup>3</sup> Consultado em 26-12-2017 a partir de <http://www.erc.pt/download/YToyOntzOjg6ImZpY2hlaXJvIjtzOjM4OiJtZWRpYS9lc3R1ZG9zL29iamVjdG9fb2ZmbGluZS82OS4xLnBkZiI7czo2OiJ0aXR1bG8iO3M6MzU6ImVzdHVkby1wdWJsaWNvcy11LWNvbnN1bW9zLWRLW1lZGhIj9/estudo-publicos-e-consumos-de-media>

principais meios de consulta de notícias (66%), só batidos pelos jornais televisivos (93%), sendo já amplamente reconhecidas como das mais importantes plataformas de informação. No que respeita a atualizações de notícias e que mereçam constantes desenvolvimentos, ou nas notícias de última hora, estas encontram-se praticamente como a primeira fonte noticiosa, praticamente em pé de igualdade com a televisão. Segundo a mesma fonte, o Facebook é a rede social privilegiada para aceder a notícias, mais de 90% dos inquiridos pela ERC nessa pesquisa, utiliza as redes sociais para aceder a atualização de notícias ou ao seu aprofundamento (ERC, 2014).

Esta rede social permite a partilha de conteúdos, informações, opiniões, fotografias, imagens ou mesmo, apenas trocar mensagens de modo privado ou em público. Ao longo dos anos da sua existência, esta rede social tem vindo adquirir novas ferramentas e aplicativos, tais como a criação de páginas e grupos. O seu uso é gratuito, simples e intuitivo, precisando o utilizador apenas de uma conta de correio eletrónico ativa para se registar e posteriormente se conectar à rede. Permite a elaboração de um perfil onde por opção o utilizador pode partilhar um conjunto de informações pessoais. O utilizador ao se conectar com outros membros passa a fazer parte da sua rede de contactos e vice-versa, podendo colocar os seus contactos em várias categorias ou grupos, tais como família, colegas, outros. As definições do Facebook permitem que o utilizador escolha aquilo que pretende partilhar, gerir e atribuir permissões acerca das informações que os seus contactos têm acesso. As suas publicações podem ser partilhadas, comentadas ou levar somente um "gosto". Quando se conecta à conta de Facebook, esta abre por defeito com o *feed* de notícias onde o utilizador pode constatar toda a atividade da sua rede de contactos/amigos, vindo essa informação identificada com a fotografia do autor da publicação.

Procura-se deste modo com esta pesquisa produzida em grande parte em ambiente virtual, conhecer uma realidade social, construir conhecimento a respeito dela com base em instrumentos metodológicos que nos vão proporcionando informação sobre esta realidade. Perceber e interpretar o que pensa a sociedade portuguesa acerca do acolhimento destes indivíduos, qual o seu pensar, as suas opiniões, torna-las cada vez mais inteligíveis. No fundo, esta pesquisa de carácter exploratório procura compreender significados, símbolos e lógicas de entendimento associados ao que significa o acolhimento de refugiados em

Portugal, orientando-se a pesquisa para a interpretação de enunciados e das representações sociais que lhe estão subjacentes, perceber uma realidade social, construir conhecimento científico a respeito dela mediante quadros categoriais e instrumentos que nos permitam proporcionar informação explícita sobre as crenças dos sujeitos.

Para isso, o estudo foca-se em grande parte nas representações, muitas derivadas da própria interação humana. Esta nova forma de socialização, mesmo produzida em ambiente virtual, também contribui para que o indivíduo se relacione com o mundo, influenciando-o na interiorização de determinadas atitudes, nos valores e na construção de representações que o levam a interpretar o mundo e a nele agir de acordo com a posição que ocupam no espaço social. Nas sociedades, organizações e vida social, os indivíduos através das representações sociais adotam diferentes tipos de comportamento, sendo determinantes na interação com os outros.

Reforçar o conhecimento acerca das representações sociais intrínsecas a esta realidade é contribuir para que as instituições, estado e poder local, construam perspectivas mais próximas sobre as reais necessidades em implementar medidas ou iniciativas que promovam a interculturalidade e sensibilidade para o drama dos refugiados. Dando como exemplo, a promoção de convívios interculturais, formação intercultural nas escolas e instituições públicas, debates e amostras culturais que promovam o conhecimento pelo Outro. Iniciativas semelhantes a estas, podem contribuir significativamente para a harmonia e convivência entre os refugiados e os autóctones, potenciar e aproveitar as vantagens da multiculturalidade, assim como, também pensar em formas e outras medidas que demovam a construção de possíveis estereótipos e sentimentos de intolerância tão difusos e consolidados nas sociedades ocidentais.

Como qualquer outro estudo desta natureza, também esta dissertação está estruturada por partes. Antes do início do estudo como verificamos, apresentam-se breves considerações sobre as razões que levaram à escolha desta temática.

Seguidamente, temos a primeira parte composta por três capítulos com base numa pesquisa teórica onde se apresentam alguns dos conceitos fundamentais para a realização desta

pesquisa. Iniciamos por uma abordagem ao estatuto de refugiado e de requerente de asilo. Também se apresenta uma breve síntese histórica acerca do refúgio, onde se relatam os fenómenos mais marcantes, principalmente os ocorridos nos últimos dois séculos em vários continentes e que envolveram grandes movimentos de deslocações forçadas. Ainda dentro desta parte, faz-se uma retrospectiva sobre as diversas fases e formas de integração dos refugiados, havendo também um subcapítulo com o caso especificamente português. Por último, define-se o que são as representações sociais, de que forma podem influenciar o comportamento ou as atitudes dos indivíduos quando confrontados com uma realidade, as suas novas formas de difusão e construção com a chegada das novas tecnologias de informação e redes sociais.

A segunda parte descreve as opções metodológicas, é constituído por um capítulo dedicado à delimitação do campo da pesquisa e à metodologia. Definem-se os instrumentos de recolha, de análise e técnicas utilizadas.

A terceira parte diz respeito ao terreno da investigação, com um capítulo dedicado ao trabalho de campo e à posterior análise de dados.

Por último a discussão de resultados ou considerações finais. Também se apresentam eventuais sugestões respeitantes às questões do refúgio, ao acolhimento de refugiados e à promoção da sua integração. Fazem-se também alguns esclarecimentos de forma a contribuir para melhorar ou desvendar determinados pormenores desta realidade, ou de modo, a deixar em aberto a possibilidade de novas reflexões que conduzam a outras investigações.



## **PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO**



## **CAPITULO I – O Refugiado**



## **1. A definição e o estatuto de refugiado**

Frequentemente assistimos a alguns equívocos entre o que se entende por refugiado e migrante económico. Os refugiados são pessoas que fogem de conflitos e perseguições individuais, encontrando proteção ao abrigo do estatuto assinado na Convenção de 1951, que delimita o que é, e não é considerado refugiado, bem como os seus direitos. Conceito ampliado pela convenção da OUA de 1969 e pela de Cartagena em 1984, permitindo uma abordagem essencialmente ainda mais humanitária nos continentes ou países que as reconheceram. Já os migrantes são pessoas que não fogem necessariamente por causa de uma ameaça direta, perseguição ou risco de vida, mas sim, procuram melhorar as suas condições de vida ou dos seus. Estes continuam a receber proteção do governo do seu país de origem, sendo tratados de acordo com a legislação de imigração do país e não pela legislação nacional ou internacional específica para os refugiados (Medeiros, 2015).

Desta forma, a migração é compreendida por um processo voluntário, é quando um indivíduo cruza uma fronteira na procura de melhores condições de vida, podendo voltar sempre que seja essa a sua vontade. O que nada tem a ver com o caso do refugiado que cruza fronteiras de forma a garantir a sua segurança, não podendo regressar à origem por motivos de segurança e risco de vida. Procurar um lugar seguro para viver em outro país, é um direito universal.

Existe também por vezes alguma mistura entre a definição de refugiado e de “migrante forçado”. A migração forçada é uma expressão bastante usada por investigadores ligados às ciências sociais quando se referem a movimentos que integram diversos tipos de deslocamentos involuntários de pessoas, podendo ocorrer dentro do próprio país ou mesmo para fora dele. Mas nem todos os deslocados se inserem na definição de refugiado acordado na Convenção de 1951. A "migração forçada" não é só por si um conceito do âmbito legal, pelo que confundir-se com a definição de refugiado pode em certa parte mascarar algumas necessidades específicas e mesmo obrigações legais acordadas pela comunidade internacional. Daí, que alguns organismos internacionais que lidam diretamente com as questões de refugiados, a evitem usar quando se referem a estes (DEDIHC, 2016).

Dentro destes conceitos, convém ter em atenção alguns casos particulares. Existem muitos dos refugiados que regressam ao seu país, ou no caso de serem deslocados internos, por vezes regressam ao seu local de residência sendo considerados de retornados. Também pode acontecer este retorno quando são expulsos do país ou destino que escolheram para viver. No caso português, temos o caso da autodeterminação das ex-colónias que deu lugar a uma vaga de perseguições e violência, fazendo regressar compulsivamente centenas de milhares de pessoas para o continente português, apesar de estes no âmbito legal poderem não ser considerados refugiados, vistos que eram cidadãos nacionais.

Os próprios *media* por vezes usam o conceito de refugiado para várias circunstâncias que embora à primeira vista pareçam ter muito em comum, têm aspetos diferentes, como no caso de migrantes económicos, requerentes de asilo ou outros deslocados divergentes do conceito de refugiado. Na opinião de Edward (2015) do ACNUR, o uso indiscriminado da terminologia de refugiado pode prejudicar tanto os refugiados, como esses migrantes. Para as instituições que tratam de refugiados e para os governos importam estas distinções, pois cada país trata as questões de migração mediante a sua própria legislação, enquanto no que respeita a refugiados aplica-se as normas de refúgio e proteção, tendo em conta as leis nacionais e internacionais. Edward sustenta que a confusão dos conceitos entre refugiado e migrante pode ter consequências, principalmente para os refugiados, pois podem prejudicar o apoio público e político a estas pessoas no momento em que mais precisam dele.

Também muitas vezes, os termos empregues de refugiado ou migrante variam de acordo com os próprios interesses, quer dos atores, quer dos recetores. Governos com políticas de entradas mais restritivas tendem a designar os refugiados como imigrantes económicos, apresentando-os também como uma ameaça à sustentabilidade do estado social. Num espaço mais alargado ao senso comum da população, a ameaça pode ir mais além, colocando-se a hipóteses de os refugiados estarem ligados a redes de terrorismo (Sousa & Costa, 2015). O poder político europeu, nomeadamente a Comissão Europeia, prefere desencorajar a chegada de refugiados, optando antes por apoiar financeiramente os países perto dos conflitos que fixem ou bloqueiem a deslocação de refugiados, como se verificou no caso do apoio financeiro à Turquia para estancar o fluxo de refugiados. A Europa prefere orientar as suas políticas para uma migração legal e selecionada onde controla as suas entradas com base

numa política competitiva virada para a atração de migrantes altamente qualificados que permitam suprimir necessidades do mercado de trabalho. Assim como, que aumentem a sua competitividade, facto que cria ainda mais dificuldades aos países de origem que ficam sem capital humano necessário para a reconstrução do país (idem).

Na opinião de Sousa & Costa (2015), a associação de estes termos não é propriamente inocente, pois é uma forma de o Estado tentar em parte afastar as suas obrigações de receber refugiados colocando-os no grupo de migrantes. Desta forma, sujeita-os às leis de migração do próprio país em que permitem um controlo mais apertado dos fluxos de entradas no país. Isto porque o direito a asilo decorre da assinatura de uma convenção que confere algumas obrigações aos estados na proteção dos refugiados, o mesmo não acontece com as migrações económicas.

A inclusão de migrantes económicos na questão dos refugiados, assim como o uso de expressões como "vaga" ou "invasão" muitas vezes difundida em certas notícias, desviam a atenção do problema humanitário propriamente dito, abrindo caminho a discursos de negação e bloqueio ao acolhimento dos refugiados, agravando ainda mais o problema destes indivíduos (Sousa & Costa, 2015). Até porque, para grande parte das pessoas, acolher um refugiado pode ser bem diferente de acolher um migrante. Alice Ramos investigadora da Universidade de Lisboa, defendeu no estudo "Europa, Migrações e Identidades", com base em inquéritos feitos nos anos de 2002 e 2003 e que agora voltaram a ser alvo de estudo em 2014 e 2015, para os europeus, os refugiados são vistos de forma diferente dos imigrantes no que respeita ao seu acolhimento. Se por um lado os refugiados podem em parte ser afetos a uma onda de empatia, atendendo às imagens que veiculam nos *media*, apelando a um sentimento de compaixão, já a imigração para os inquiridos parece constituir-se como uma ameaça aos seus postos de trabalho e à sustentabilidade da segurança social (Cordeiro, 2016).

Todavia, apesar da definição de refugiado do ponto de vista jurídico ou do estatuto legal ser relativamente recente, apareceu no séc. XX, porém, na prática existem há milhares de anos pessoas em situações semelhantes na condição de refugiado. Na idade média as pessoas que forçosamente tinham de abandonar os seus lares eram tratadas como errantes, obtendo na maior parte das vezes proteção junto da igreja ou dos príncipes. Outros viviam junto das

comunidades que os acolhiam pedindo esmolas ou mesmo roubando (Andrade, 2006). Nessa altura, as pessoas que procuravam refúgio não eram consideradas como pertencentes à sociedade, existiam campos de pessoas amontoadas em tendas, no entanto, estas não eram definidas como refugiados, sofrendo até pouca tolerância por parte dos autóctones. Na idade média, os europeus no geral, eram também pouco tolerantes com os estrangeiros, principalmente com os não europeus. Normalmente eram etnocêntricos e convencidos da superioridade da sua fé e costumes, procurando influenciar os outros povos com a sua cultura e que esses se submetessem a ela (Andrade, 2006).

No caso da Europa, o termo refugiado aparece na França pelo século XVI, protagonizado pelo fenómeno do refúgio dos calvinistas dos Países Baixos, um século depois, o mesmo termo foi utilizado na Inglaterra para classificar os huguenotes que eram os calvinistas também provenientes da França que ali se tinham refugiado. A perseguição religiosa é um elemento central e comum na perseguição a estas comunidades, no plano legal, o refúgio era uma espécie de exílio, cujos estados cada vez mais se afirmavam como a entidade responsável pela gestão e reconhecimento desta condição. Disposição que não era generalizada e que por vezes gerava categorias distintas, como os “reconhecidos” e os “não reconhecidos” (Sousa, 2016).

As vítimas de perseguição por motivos políticos começam a ganhar estatuto ou a ser aceites na Europa já no séc. XVIII, aproveitando o adquirido pelos fugitivos das revoluções que aconteciam neste continente, como foi o caso da Revolução Francesa. Já em princípios do século XIX, associa-se o termo refugiado a minorias nacionais e aos apátridas perseguidos devido à queda dos impérios e formação de novos estados nação. Estes fenómenos tenderam para a homogeneização dos espaços nacionais, para a criação de sentimentos comuns partilhados, gerando inclusão mas ao mesmo tempo exclusão para muitas minorias, por vezes obrigadas a fugirem (Sousa, 2016).

Pese embora a existência de refugiados e deslocados em todas as épocas da história da humanidade, é a partir do séc. XX, com as guerras mundiais, seus consequentes deslocamentos e fluxos em massa, que a comunidade internacional avança para a regulamentação deste fenómeno (Marinucci & Milesi, 2003). Estes acontecimentos levaram a uma reflexão mais ampla e aprofundada sobre a dignidade do ser humano. Após terminar

a Primeira Guerra Mundial em 1919, nasce a Liga das Nações ou Sociedade das Nações, cujo principal objetivo era o de assegurar a paz. Dentro da Liga das Nações, destaca-se o norueguês Fridtjof Nansen. Líder carismático, em 1921 foi nomeado como o primeiro Alto-comissário para os Refugiados da Liga. Ajudou a repatriar milhares de refugiados, trabalhando também no sentido de que adquirissem mecanismos legais e independência econômica. Nansen reconheceu que um dos principais problemas que os refugiados enfrentavam era a falta de documentos de identificação que permitissem o reconhecimento internacional. Deste modo, introduziu o chamado "passaporte Nansen", sendo o primeiro instrumento legal usado na proteção internacional dos refugiados. Nansen trabalhou incansavelmente a favor dos refugiados, levando o ACNUR a estabelecer em sua honra, no 1954, o Prémio de Refugiado Nansen (UNHCR, 2009). Com a Segunda Guerra Mundial dissolve-se a Liga das Nações, dando lugar mais tarde às Nações Unidas. O aparecimento das Nações Unidas a partir de 1945 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 revelaram-se também importantes instrumentos na promoção destes direitos. Com a mesma finalidade, foi igualmente criado o Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados (ACNUR), sendo aprovada a Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados em 1951, também conhecida pela Convenção de 1951 das Nações Unidas (Marinucci & Milesi, 2003). Segundo a Convenção de 1951 relativa ao estatuto de refugiados, o refugiado é um indivíduo que,

temendo ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.<sup>4</sup>

Nas palavras de Erika Feller (2011:29) do ACNUR, "a inovadora Convenção de 1951 sobre o estatuto dos refugiados tem ajudado milhões de civis a reconstruírem as suas vidas e tornou-se o muro atrás do qual os refugiados se encontram a salvo".

Dentro deste conceito de refugiado existem ainda algumas tipologias importantes a considerar. Segundo a OIM (2009), temos os refugiados acolhidos por *mandato*, sendo estes os requerentes que preenchem os critérios do estatuto do ACNUR, que protege os indivíduos

---

<sup>4</sup> Adotada em 28 de julho de 1951 pela Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas, convocada pela Resolução n. 429 (V) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 14 de dezembro de 1950. Entrou em vigor em 22 de abril de 1954, de acordo com o artigo 43. Série Tratados da ONU, Nº 2545, Vol. 189, p. 1

provenientes ou não de um país que faz parte da Convenção respeitante ao estatuto de refugiado estabelecido em 1951. Mesmo que esses indivíduos tenham, ou não, sido reconhecidos como refugiados ao abrigo de qualquer destes instrumentos. Os refugiados *de facto* são os indivíduos que não lhes é reconhecido o estatuto de refugiado definido pela Convenção de 1951, nem pelo Protocolo de 1967<sup>5</sup>, e que não podem, por razões válidas, regressar ao seu país de origem, ou então, que não tenham nacionalidade ou não queiram voltar ao seu país de residência. Os refugiados *a posteriori* designam-se pelos indivíduos que não são refugiados quando abandonam o seu país, mas que posteriormente se tornam refugiados devido a perseguição ou receio fundamentado de perseguição, seja devido a um golpe de estado ou perseguições políticas iniciadas após a sua partida. Os refugiados *em órbita* são no entender da OIM (2009), os indivíduos a quem é negado asilo, no entanto, como não conseguem encontrar um país que os acolha e não podendo enviá-los para a sua origem, são transferidos de país em país à procura de asilo. Já os refugiados *em trânsito* são os refugiados que são admitidos temporariamente num país, mas com a condição de serem reinstalados em outro local.

Apesar do acordo feito respeitante ao estatuto de refugiado, na prática mesmo a nível institucional o termo de refugiado é referido em diversas situações de uma forma arbitrária, criando alguns equívocos, principalmente na opinião pública. Para Lúcio Sousa (1999), “no sentido mais restrito o conceito só se aplica àquela pessoa a quem foi reconhecido o estatuto de refugiado, sendo então denominados como refugiados estatutários” (Sousa, 1999:34). De acordo com a forma como chegam, estes podem também ser classificados como *refugiados quota* que vêm ao abrigo de programas de proteção ou reinstalação, ou então, de *refugiados espontâneos* que chegam pelos seus próprios meios candidatando-se individualmente ao asilo, sendo denominados pelas autoridades de requerentes de asilo (Sousa, 1999).

Para Castles (2005), os requerentes de asilo são,

peçoas que cruzam fronteiras em busca de proteção, mas que não cumprem rigorosamente os critérios estabelecidos pela Convenção de Genebra de 1951. Em muitas situações actuais de conflito em países menos desenvolvidos torna-se difícil distinguir entre fuga motivada por perseguições e a partida causada pela destruição das infraestruturas económicas e sociais necessárias à sobrevivência.

(Castles, 2005:19)

---

<sup>5</sup> O aparecimento de novas situações de conflito e de perseguições motivaram a preparação de um novo protocolo mais amplo do ponto de vista geográfico e temporal. Deste modo em 1967 entrou em vigor este protocolo depois de ser ratificado pelos diversos estados.

O termo refúgio e asilo por vezes confundem-se, atendendo que ambos têm como característica principal o carácter humanitário associado, visando a proteção humana ou a vítima de perseguição. No entanto, uma das maiores diferenças entre o asilo e o refúgio é que o asilo é um ato do estado, complementa uma decisão política, não estando obrigado a nenhum organismo internacional, ou seja, o estado tem o direito de o conceder, mas não é obrigado a fazê-lo (Soares, 2012). Já em relação ao refúgio, quando reconhecido ao abrigo da convenção ou de tratados internacionais, a decisão sobre o seu acolhimento não é tratado propriamente como se fosse uma opção, mas sim de uma obrigação.

Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito requerer asilo, pois é um direito humano. Quando um indivíduo é forçado a sair do seu país de origem pode requerer asilo ou refúgio em outro estado. Um requerente de asilo é um indivíduo que se declara de refugiado, sendo esse estatuto posteriormente verificado através de procedimentos próprios. Caso seja aceite, essa pessoa passa a ter direitos e obrigações (Moreira & Gomes, 2012:505). Segundo a OIM (2009), existem dois tipos de asilo, o asilo diplomático e o asilo territorial. O primeiro compreende-se pelo abrigo por parte de um estado em locais além do território ou onde é reconhecida a imunidade jurisdicional. Pode ser concedido em missões diplomáticas, a bordo de aviões, navios, excluindo os consulados e instalações diplomáticas do estado. Não existe por parte do indivíduo o direito a obter esse estatuto, nem os estados são obrigados a concedê-lo. O segundo, mais comum, é o asilo territorial, concedido por um estado a um indivíduo estrangeiro no seu próprio território, mesmo contra o exercício de jurisdição do estado de origem. Neste caso, o indivíduo goza de determinados direitos reconhecidos internacionalmente.

Ou seja, o estatuto de refugiado é o estatuto concedido aos requerentes de asilo quando preenchidos todos os requisitos aprovados na Convenção de 1951 relativa ao estatuto de Refugiado e no Protocolo de 1967, o controle da aplicação do estatuto é realizado por órgãos internacionais, pelo que os estados que forem signatários podem responder caso não cumpram o acordado ou violem as normas específicas estabelecidas (Soares, 2012).

Também em 1969, a Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo dos Estados-membros da Organização da Unidade Africana, hoje designada por União Africana, reconheceram a

necessidade de dar uma resposta humanitária para um conjunto de problemas que os refugiados em África se confrontavam. Este tratado veio adicionar ao de Genebra uma dimensão mais ampla no sentido de poder ser aplicado a qualquer pessoa que seja ou não perseguida individualmente, devido a qualquer agressão externa ou de outra ordem, e que obrigue à procura de refúgio em outro local. Desta forma, numa reunião ordinária de 10 de setembro de 1969 realizada em Addis Abeba, decidiu criar um instrumento legal que permitisse aos refugiados atenuar a sua miséria e sofrimento, que contribua para lhes proporcionar uma vida e futuro melhores. Este tratado entrou em vigor em 20 de junho de 1974.

Desta forma convencionou-se que é considerado refugiado,

qualquer pessoa que, receando com razão, ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontra fora do país da sua nacionalidade e não possa, ou em virtude daquele receio, não queira requerer a protecção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país da sua anterior residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude desse receio, não queira lá voltar. O termo refugiado aplica-se também a qualquer pessoa que, devido a uma agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública numa parte ou na totalidade do seu país de origem ou do país de que tem nacionalidade, seja obrigada a deixar o lugar da residência habitual para procurar refúgio noutra lugar fora do seu país de origem ou de nacionalidade. No caso de uma pessoa com várias nacionalidades, a expressão do país da sua nacionalidade refere-se a cada um dos países de que essa pessoa tem a nacionalidade; não será considerada privada da protecção do país da sua nacionalidade qualquer pessoa que, sem razão válida, baseada num receio fundado, não tenha pedido a protecção de um dos países da sua nacionalidade.

(OUA, 1969:2,3)

Em Novembro de 1984 realizou-se em Cartagena na Colômbia, um "Colóquio sobre a Protecção Internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá: Problemas Jurídicos e Humanitários", tentando dar uma resposta aos fluxos de refugiados derivados de vários conflitos que ocorreram ao longo dessa década, como o da Nicarágua, Guatemala ou El Salvador e que geraram cerca de 2 milhões de deslocamentos forçados, sendo que, apenas um número residual se enquadrava na definição clássica da Convenção de 1951 (Declaração Cartagena, 1984; ADUS, 2016).

Deste colóquio reconheceram-se "as importantes conclusões do colóquio realizado no México Sobre Asilo e Protecção Internacional de Refugiados na América Latina. " Também reconheceram que o caso dos refugiados da América Central têm adquirido novas características e particularidades que requerem novas respostas e considerações.

Desta forma, desenvolvida num quadro de conflitos regionais, esta declaração não teve um carácter propriamente vinculativo como foi Convenção de Genebra de 1951, sendo mais aproximada da convenção de OUA, mas procurou alargar a definição de refugiado anteriormente convencionado, reforçando a sua solidariedade.

Destacam-se entre algumas das principais conclusões deste colóquio que seriam incluídas na Declaração de Cartagena o:

Promover dentro dos países da região a adoção de normas internas que facilitem a aplicação da Convenção e do Protocolo e, em caso de necessidade, que estabeleçam os procedimentos e afetem recursos internos para a proteção dos refugiados, (...) Propiciar que a ratificação ou adesão à Convenção de 1951 e ao Protocolo de 1967 no caso dos Estados que ainda o não tenham efetuado, não seja acompanhada de reservas que limitem o alcance de tais instrumentos e convidar os países que as tenham formulado a que considerem o seu levantamento no mais curto prazo. (...) a definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública. (...) Propiciar que os países da região estabeleçam um regime de garantias mínimas de proteção dos refugiados, com base nos preceitos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967 e na Convenção Americana dos Direitos Humanos. (...) Reconhecer que o reagrupamento das famílias constitui um princípio fundamental em matéria de refugiados que deve inspirar o regime de tratamento humanitário no país de asilo. (...) Promover a utilização, com maior intensidade, dos organismos competentes do sistema interamericano e, em especial, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos com o propósito de complementar a proteção internacional dos asilados e refugiados.

(Declaração de Cartagena, 1984:4,5)

Para Barreto & Leão (2010:1), "a Declaração de Cartagena é importante visto que inclui elementos que ligam as três correntes de proteção internacional, como os direitos humanitários, direitos humanos e direitos dos refugiados na legislação, interpretação e operação." Aos poucos a nova definição de refugiado encontrada nesse colóquio foi sendo incorporada nas diversas legislações nacionais de vários países do continente americano, como foi o caso da legislação nacional brasileira de 1998.

Foi também com a Declaração de Cartagena que a definição de refugiado ganhou uma definição mais abrangente na medida que incluiu as graves violações dos direitos humanos, levando a uma linha convergente no que estabelece a proteção internacional ao ser humano. Esta declaração caracterizou-se também pelo carácter inovador na

abordagem às atuais necessidades humanitárias dos deslocados, assim como, ao desenvolvimento de um maior espírito de solidariedade e cooperação.

Em 2014 iniciou-se o processo designado por Cartagena +30, organizado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), "em comemoração ao 30º Aniversário da Declaração de Cartagena para os Refugiados" (ONU-BR, 2014). Este processo incluiu uma série de reuniões entre governantes de diversos países, funcionários do ACNUR, representantes da sociedade civil e observadores internacionais, com objetivo de debater sobre os progressos já realizados, assim como, discutir sobre os novos desafios de proteção em relação aos Direitos Humanos das pessoas refugiadas (ibidem).

No entanto, para (Pacífico & Dantas, s.d:17) os problemas de refúgio são cada vez mais complexos, pois incorporam aspetos económicos, ambientais, culturais e globais interligados de forma internacional, realidades que em parte na opinião dos mesmos autores não acompanham a definição clássica disposta na Convenção de 1951. Apontam mesmo o exemplo do refugiado ambiental que não é perseguido por qualquer fator convencional, mas sim, devido aos motivos como degradação do solo e construção de barragens, obrigando as pessoas a migrarem para outros destinos sem hipóteses de regressarem.

## **1.1 Breve síntese sobre os grandes fluxos de refugiados no mundo desde o séc. XX**

Desde dos tempos ancestrais da sua existência, o ser humano sempre tendeu a mover-se pelos mais variados motivos, seja pela procura de alimentos, de terra, trabalho, fugindo de perseguições e ameaças ou simplesmente, procurando um melhor lugar para viver. Sempre tentou ir ao encontro de uma vida melhor e expandir os seus horizontes, embora muitas vezes a sua movimentação nem sempre foi voluntária, sendo em alguns casos acompanhada de grande estado de fragilidade e sofrimento (Santinho, 2011).

Para José Andrade (2006), a origem dos fluxos de refugiados tem de ser analisada tendo em conta os contextos históricos e sociais, como no caso da formação dos estados nação. Na opinião deste investigador, uma estrutura política cria uma delimitação claramente demarcada entre os que a ocupam, e os que lá exercem o poder normalmente ligados a uma cultura nacional. Um vínculo entre indivíduos ou grupos que partilham a crença que fazem parte de uma comunidade nacional e os outros, que para estes não vão aceitar os valores da cultura dominante (Andrade, 2006).

São muitos os exemplos de fenómenos de fluxos de refugiados ao longo da história, pelo que no âmbito deste subcapítulo identificarei apenas os casos mais marcantes ocorridos nos diversos continentes, em vários momentos, principalmente desde do século passado. Foi um período que se notabilizou pela ocorrência de diversos acontecimentos marcantes, como o caso das guerras mundiais e outros conflitos que geraram deslocações forçadas de pessoas de forma significativa.

#### **- África**

A Guerra Civil Angolana marcou de forma profunda toda a sociedade angolana durante pelo menos duas décadas. Após a independência, a existência de rivalidades políticas motivaram violentos conflitos alastrando Angola para uma guerra civil de décadas. Apesar dos acordos de paz como o de Bicesse ou do cessar-fogo de Lusaca, estes foram sendo violados retornando sempre à guerra (Editora, 2016). Em 2002 a guerra civil acabou, contudo, fica sempre associada às suas vítimas, aos cerca de 4 milhões de deslocados internos e aos mais de meio milhão que procuraram refúgio em outros países (ACNUR, 2012).

Pouco depois de atingir a sua independência, Moçambique mergulha numa guerra civil (1977) bastante violenta onde a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) se opunha ao partido do poder designado por Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). Esta escalada de guerra, resultou no colapso dos sistemas sociais e económicos do país que juntamente com a crise do petróleo dos anos 70, agudizou ainda mais a frágil economia moçambicana. Este conflito gerou milhões de refugiados para os países vizinhos e um enorme derrame de sangue com mais de um milhão de mortes (Jafar, 2014).

Em 1994 dava-se no Ruanda umas das mais sangrentas guerras civis que há memória, ao qual morreram cerca de 1 milhão de pessoas. Resultante de conflitos políticos e sociais com origem ainda no período colonial, dois grupos étnicos entraram em confronto. Desta forma, cerca de 2 milhões de pessoas refugiaram-se em países vizinhos, nomeadamente na Tanzânia, Burundi, e antigo Zaire (hoje, República Democrática do Congo). Mesmo assim, nos campos de refugiados, principalmente no ex-Zaire, ocorreram alguns problemas com algumas milícias Ex-FAR a controlarem os refugiados, estando estes à mercê de grupos armados perante a incapacidade das autoridades do Zaire que pouco poder tinham nesta região. Vários conflitos e ataques aos campos de refugiados fizeram com que algumas agências humanitárias se retirassem destes campos, embora outras tenham depois assumido estes lugares (Farias, 2008).

Atualmente, África continua ainda a ser palco de grandes convulsões e conflitos onde se inclui o Chade, a República Democrática do Congo, Uganda, Eritreia, Etiópia, Somália e Sudão resultando em grandes carências económicas e fomentando deslocamentos forçados de pessoas que no seu conjunto ascendem a vários milhões. Por exemplo, a região do Darfur, pertencente à República do Sudão com cerca de 5 milhões de pessoas divididas na maioria em três tribos, iniciou em 2003 um conflito contra o governo sudanês pela separação do seu território, alegando que este tratava os seus habitantes com indiferença e discriminação. O governo Sudanês responde com ofensivas aos rebeldes separatistas eclodindo num conflito trágico com génese tribal de grande violência, caracterizado também por vários genocídios e limpezas étnicas (Bispo, 2006). Este conflito já gerou mais de 250.000 refugiados e cerca de 2 milhões de deslocados internos (CPR, 2014).

#### **- América**

Em setembro de 1973, um golpe de estado no Chile derruba o governo constitucional daquele país, substituindo-o por uma ditadura militar, com um regime autoritário de características repressivas lideradas por Augusto Pinochet. Seguiram-se constantes episódios de perseguições, violações de direitos humanos e assassinatos, motivando a fuga de milhares

de chilenos para outros países vizinhos, alguns chegaram mesmo a procurar refúgio na Europa (Ávila, 2014).

Parte significativa dos refugiados nas Américas derivam dos conflitos regionais da América Central. Recentemente em Abril de 2016 o ACNUR fez um apelo à comunidade internacional para que ajudem as centenas de pessoas que fogem dos conflitos na América Central, cujos conflitos atingiram os níveis de violência registados nas décadas de 1980. Só em 2015, segundo a mesma fonte, os conflitos provocados por grupos armados organizados de várias origens em El Salvador, Guatemala e Honduras geraram cerca de 109.800 mil refugiados, na maioria com destino ao México e Estados Unidos. Da mesma forma, os conflitos armados permanentes existentes na Colômbia geraram perto de 6,9 milhões de deslocados internos (ACNUR, 2016b).

#### **- Ásia**

Tal como o continente africano, a Ásia foi e continua a ser um dos continentes mais afetados pelas deslocações forçadas de pessoas fugindo das guerras e conflitos existentes nesse continente.

A guerra dos trinta anos do Vietname entre 1945 e 1975 ficaram marcadas na história do país pelo grande sofrimento e pelas deslocações em massa da população. A implantação de um estado comunista em 1954 no norte do Vietname, origina a deslocação para sul de mais de um milhão de pessoas em apenas dois anos. Em 1960, forças anticomunistas em conjunto com apoio americano tentavam deter a expansão comunista apoiada pela União Soviética e China, resultando em quase 20 milhões de deslocados internos e também num número significativo de deslocados para outros países procurando refúgio. No entanto, a retirada dos Estados Unidos em 1975 e a queda do governo de Saigão, deram também origem a cerca de 840.000 de requerentes de asilo, sendo instalados em campos de refugiados na Tailândia, Hong Kong e Macau, outros reinstalados em outras regiões do mundo, como Estados Unidos, Austrália, Canadá, França, Reino Unido e Alemanha (ACNUR-Lisboa, 2000).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial uma série de países asiáticos sob ocupação colonial obtiveram a sua independência. Se em uns estados este processo ocorreu pacificamente, em outros foi caracterizado pela violência, como foi o caso da Malásia, Filipinas e Indonésia. No entanto, o caso mais dramático deu-se na separação e criação de dois estados, a Índia e o Paquistão que resultou num deslocamento de cerca de 14 milhões de pessoas, motivado pela fuga dos muçulmanos que estavam na Índia para o Paquistão e à fuga dos hindus para a Índia (ACNUR-Lisboa, 2000).

No Paquistão na década de 1970, a imposição militarista deu lugar a uma guerra civil que levou ao desmembramento do país e a uma guerra com a Índia, provocando o êxodo em massa de refugiados. Resultantes destes acontecimentos, em 1971 deslocaram-se do Paquistão Oriental para a Índia cerca de 10 milhões de pessoas, protagonizando um dos maiores registos de deslocados dessa segunda metade de século (ACNUR-Lisboa, 2000).

Myanmar (Birmânia) é um dos países onde se têm verificados grandes deslocamentos. Este país que se tornou independente do Reino Unido em 1948, teve desde aí uma vida política bastante conturbada caracterizada por diversas disputas de poder por parte de vários grupos étnicos. Em 1962 o general Ne Win lidera um golpe de estado. Inicia-se um governo militar que controla o sistema económico do país. Apesar de várias manifestações e das eleições ganhas pelo partido da oposição, o regime recusou-se a entregar o poder. Em 1989, Aung San Suu Kyi líder da Liga Nacional pela Democracia é presa de forma a ser impedida de se candidatar a eleições. A acompanhar a ditadura militar com 50 anos, soma-se os diversos conflitos interétnicos quase sempre caracterizados por episódios de guerrilha e violência. Com isto, cerca de 10% da população foi obrigada a abandonar o país, principalmente para países vizinhos. Mais de um milhão pertencente a grupos étnicos perseguidos encontram-se na Tailândia, sendo outros distribuídos por outros países, como a Malásia e Indonésia. Os muçulmanos Rohingya têm sido dos mais perseguidos e discriminados na Birmânia. As vagas de violência sobre estas pessoas tem-nas obrigado à deslocação permanente e à exposição a condições completamente desumanas ou degradantes. (Larousse, 2016; 36 Congresso, 2007).

Apesar da sua história conturbada, em 1975 o Camboja vive um dos momentos mais violentos da sua vida. A ascensão ao poder por parte do regime do Kmer Vermelho liderado por Pol Pot, deu lugar a um verdadeiro clima de terror com perseguições e massacres com o objetivo de eliminar qualquer vestígio de capitalismo. No período de quatro anos contam-se mais de 2 milhões de pessoas assassinadas e milhares de deslocados que procuraram refugio principalmente na Tailândia (Rosa, 2010).

Também o Sri Lanka viveu momentos conturbados. Em 1983 inicia-se uma guerra civil intermitente que durou cerca de três décadas entre o governo e os designados “Tigres do Tamil”. Apesar de várias tentativas de paz frustradas, a violência extrema persistia com vários ataques. Deste conflito, segundo a agência Reuters (2008), morreram mais de 70.000 pessoas desde 1983, causando enormes prejuízos sociais e económicos à população. No geral e segundo fonte do ACNUR (2010), existiam cerca de 146 mil refugiados espalhados por mais de meia centena de países. Só na Índia, em 2010 viviam cerca de 73 mil refugiados espalhados por mais de uma centena de campos de refugiados. Quando em 2009 o conflito entre o governo e as forças rebeldes separatistas Tigres de Tamil chegou ao fim, já se contabilizavam cerca de 276 mil deslocados internos (ACNUR, 2010).

Após a revolução de 25 de Abril em 1975, Timor-Leste declara-se independente, depois de séculos de domínio colonial português. Contudo, após essa declaração foi rapidamente invadido e anexado pela Indonésia declarando-o como sua província. Durante as seguintes décadas, a população de Timor leste foi submetida a várias execuções, torturas e massacres, como o de Santa Cruz em 1991. A 30 de Agosto de 1999 o povo timorense foi a referendo expressando a sua vontade em relação à autodeterminação e independência depois de décadas de ocupação por parte da Indonésia. A escolha caiu pela independência com uma clara maioria. No entanto, militares e milícias indonésias armadas desencadeiam uma onda de violência e retaliação pelos resultados da consulta popular originando mais de um milhar de mortos. Da mesma forma os confrontos levaram a que mais de 250.000 pessoas procurassem refúgio principalmente no outro lado da ilha, Timor Oeste. Em setembro de 1999 implanta-se a INTERFET, uma força multinacional de paz das Nações Unidas liderada pela Austrália cujo objetivo era garantir a paz e estabilidade em Timor Leste e garantir a estabilidade da UNTAET (United Nations Transitional Administration In East Timor). Com

a entrada da INTERFET as Nações Unidas lançam uma operação de larga escala com fins humanitários envolvendo um conjunto de organizações, fazendo com que se tenha dado o retorno de alguns refugiados, embora alguns tenham optado por permanecer fora do território (Manuel, 2007).

Aqui o ACNUR teve um papel fundamental em ajudar cerca de 220.000 a retornar à sua origem. Em 2002 Timor tornou-se num país independente e no 191º membro da ONU (McKinsey, 2016). No entanto, em 2006 um conjunto de fatores potencia um novo surto de violência originando novas deslocamentos forçados. As manifestações lideradas pelo bispo de Díli pela não obrigatoriedade da religião no currículo escolar, uma forte oposição ao executivo liderado por Mari Alkatiri, vários conflitos no seio das forças da defesa, e também com a polícia, a intensificação de um conflito antigo entre o Presidente Xanana Gusmão e Mari Alkatiri, foram o rastilho para que se organizassem grupos e gangues, dando lugar a saques e incêndios em casas, voltando a deixar os timorenses numa posição de fragilidade. Esta situação de tensão e violência fez deslocar milhares de pessoas. Segundo a ONU existiam mais de uma centena de locais para abrigo de refugiados, entre eles, três grandes centros geridos por organizações humanitárias como a World Vision australiana abrigando cerca de 23.000 deslocados. Em poucas semanas esta crise provocou mais de 60.000 deslocados internos (RTP, apud LUSA, 2006).

O Afeganistão foi ao longo da sua história um país em permanente conflito. A retirada da União Soviética em 1989 resultou numa série de disputas internas motivadas pela tentativa de controlo da região por várias facções durante cerca de uma década. Após os atentados que ocorreram nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001, o Afeganistão vive mais um conflito devido à recusa dos governantes em entregar o líder da Al-Qaeda, Osama Bin Laden. Essa recusa provocou a intervenção militar dos Estados Unidos. Em 2002 termina por fim a guerra civil. Foram cerca de duas décadas em permanente instabilidade que deixaram grandes marcas no desenvolvimento económico do país, procurando a comunidade internacional empreender esforços para o estabilizar do país e dar resposta há suas carências estruturais (Freitas, 2009). Esta escalada de conflitos originou ao longo destas décadas mais de 5 milhões de refugiados, principalmente para o Paquistão e Irão. Apesar de muitos já

terem regressado, o Afeganistão é dos países com maior número de deslocados para fora do país, ascendendo a mais de 2 milhões (Acnur-Lisboa, 2000).

Em 2011 na Síria, emergem na sociedade civil uma série de protestos com objetivo de derrubar o governo. Desta forma, oposição e governo fomentaram uma escalada de violência abrangendo vários setores da vida social, religiosa e económica do país. Aproveitando este cenário, também um grupo autoproclamado por "Estado Islâmico" passou a reivindicar alguns territórios do país. Este conjunto de situações deu origem a uma das maiores crises e a vários deslocamentos forçados de pessoas, levando a que mais de 4,6 milhões de pessoas tenham atravessado as fronteiras do país procurando refúgio, e a cerca de 6,5 milhões de pessoas se tenham deslocado internamente. Dentro dos países que acolheram mais refugiados deste conflito, a Turquia recebeu 2,2 milhões, o Líbano 1,1 milhão, a Jordânia 633.000 e o Iraque 245.000 (ACNUR, 2016).

#### **- Europa**

O fim da I Guerra Mundial, a Revolução Russa e o fim do Imperio Otomano provocaram grandes deslocções de pessoas. No primeiro caso foram muitos os refugiados provenientes da Bélgica, França, Itália e Roménia, entre outros, embora posteriormente muitos deles após os conflitos tenham regressado aos seus países. A Revolução Russa gerou também mais de um milhão de deslocados. O mesmo se passou na Turquia onde aproximadamente um milhão de arménios teve de procurar refúgio em outros países, como na Síria e Palestina (Britannica, 2017). Fenómenos que colocaram grande pressão na comunidade internacional, que teve de solucionar o problema destas pessoas ao nível jurídico, humanitário, de socorro e proteção (Barreto, 2010).

Na década de 1930 a Espanha viveu um dos conflitos mais fratricidas da sua história. A Guerra Civil Espanhola caracterizou-se pelo número elevado de vítimas e pelos enormes prejuízos económicos e sociais que deixou no país. De um lado as forças nacionalistas e fascistas, de outro, a frente popular, ambas iam alimentando este conflito sob forte componente ideológica que gerou também muitos deslocados. Só a queda republicana em Barcelona gerou um êxodo de meio milhão de pessoas para a vizinha França, conduzidas

para improvisados campos de concentração sem condições mínimas de sobrevivência, gerando muitas vítimas mortais, principalmente aqueles que se encontravam numa condição mais vulnerável (Buades, 2013).

A II Guerra Mundial foi outros dos acontecimentos que tornou o problema dos refugiados ainda com maiores proporções, provocando o deslocamento de várias dezenas de milhões de pessoas para várias partes do mundo, o que levou os aliados a criarem a (UNRRA) Administração de Socorro e Reabilitação das Nações Unidas (Barreto, 2010). Entre a ascensão [1933] e rendição nazista [1945], mais de 340.000 judeus abandonaram a Alemanha e a Áustria. Fatidicamente cerca de 100.000 conseguiram refúgio em países que numa fase posterior foram invadidos pela Alemanha onde as autoridades do regime acabaram por matar a maioria dos que tentou fugir do nazismo (USHMM, 2016). Após a ocupação da Áustria pela Alemanha e os violentos massacres de Kristallnacht, existiu por parte de alguns países da Europa ocidental e continente americano, o receio de um grande deslocamento de refugiados para esses países. Cerca de 120.000 imigrantes judeus tentaram emigrar para os Estados Unidos, sendo que apenas 80.000 o conseguiu fazer, pois o número de pessoas aceites eram bem menor que o número de refugiados. Outros países receberam também um número significativo de pessoas, mais de 60.000 imigrou para as terras dos seus ancestrais como a Palestina, a Suíça acolheu cerca de 30.000 recusando outros tantos e aproximadamente 100.000 chegaram à Península Ibérica, alguns já com intenção de embarcar rumo aos Estados Unidos (USHMM, 2016).

A Revolução Húngara em 1956 foi outro acontecimento que provocou um número significativo de deslocados. Milhares de cidadãos, estudantes e intelectuais húngaros marchavam no centro de Budapeste até ao parlamento manifestando-se contra as políticas impostas pelo governo húngaro da altura e pela União Soviética. Os manifestantes chegaram mesmo a derrubar a estátua de Stalin, ocupando fábricas, sendo criados comités para as gerir. Ao mesmo tempo ia-se organizando conselhos revolucionários na população contra uma provável resposta soviética. O clima de guerra civil cresceu, existiram várias perseguições, os governantes pediram uma intervenção da ONU que não se viria a verificar. A revolta alastrou ao resto do país provocando a sua queda e substituição do governo. Imre Nagy é nomeado primeiro-ministro e declara a intenção de abandonar o Pacto de Varsóvia. Em

resposta, no dia 4 de Novembro desse ano, as forças soviéticas desencadeiam uma forte operação militar e ocupam o país esmagando a revolução húngara, causando 20.000 baixas (Pinto, s.d). Milhares de húngaros fogem por qualquer meio do país, estima-se que cerca de 194.000 de pessoas se refugiou em vários países ocidentais entre 1956 e 1957 (Parlamento Europeu, 2006).

A década de 1990 foi também marcada por uma série de conflitos às portas da Europa. Terminada a II Guerra Mundial em 1945, um conjunto de repúblicas (Sérvia, Eslovênia, Croácia, Bósnia e Herzegovina, Montenegro e Macedônia) e duas províncias autónomas deram origem à República Federal Socialista da Jugoslávia que foi governada durante 35 anos com mão de ferro pelo marechal comunista Josip Broz (Loch, 2015). A morte do marechal em 1980 e a queda do Muro de Berlim em 1989 enfraqueceram o regime instituído, começando a aparecer vários discursos nacionalistas e separatistas, espalhando a crença que estava na altura de cada república fundar o seu próprio país. A Croácia e a Eslovénia foram os primeiros a declararem a independência, o que não agradou ao então presidente sérvio Slobodan Milosevic. Com o caso da Eslovênia houve uma maior flexibilidade e tolerância, mas o mesmo não aconteceu em relação à Croácia invadindo o país com ajuda das milícias sérvias (idem). Seguiu-se a declaração de independência por parte da Bósnia Herzegovina, uma decisão contrária ao que defendiam os sérvios dando início a violentos confrontos, massacres coletivos e processos de limpeza étnica. A tensão entre a província do Kosovo e a Sérvia continuou a crescer com várias tentativas de paz falhadas. Até que em 1999 a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) atacou a Jugoslávia. Em 2008, o Kosovo obteve a sua independência. A crise da antiga Jugoslávia originou em aproximadamente uma década 2,2 milhões de refugiados (Loch, 2015).

Segundo o ultimo relatório do ACNUR designado por “Global Trends” até o final de 2015 existiam cerca de 65,3 milhões de pessoas deslocadas, derivado de guerras e conflitos. Deste total, cerca de 12,4 milhões são novos deslocados só em 2015. Segundo o mesmo relatório, as principais origens de refugiados no mundo são a Síria com 4,9 milhões, o Afeganistão com 2,7 milhões, a Somália com 1,1 milhão. No que respeita a deslocados internos, a Colômbia conta com 6,9 milhões, a Síria 6,6 milhões e o Iraque com 4,4 milhões (ACNUR, 2015d).

### **1.1.1 Fluxos de refugiados para a Europa na atualidade**

Atualmente os conflitos no Médio Oriente criaram uma nova vaga de refugiados, fenómeno que tem tido uma grande projeção nos *media* em todo o mundo. A maior parte dos atuais refugiados que se deslocam para a Europa são oriundos da Síria, Iraque e Afeganistão, fugindo dos conflitos ou guerras e da consequente miséria que esses conflitos têm causado.

A Guerra Civil da Síria leva já mais de cinco anos, continuando a causar sofrimento e a obrigar a fugir de suas casas muitos milhares de pessoas. No entanto, as fronteiras estão cada vez mais a fechar-se por parte de vários países europeus, optando antes por implementar outras medidas de forma a fazer face a este drama (ONU-Br, 2016).

Algumas delas passam essencialmente pela recolocação de requerentes de asilo que já se encontram na União Europeia, também pela reinstalação de pessoas que se encontram em países vizinhos e o fazer regressar outras que não reúnam condições para beneficiar do estatuto de asilo. Paralelamente melhorou-se o controlo das fronteiras e da zona costeira, tentando desencorajar o tráfico de pessoas e proporcionar formas de entrada mais seguras (UE, 2017).

Pese embora o Afeganistão seja um país com um longo historial na origem de refugiados, a intensificação dos conflitos entre grupos rebeldes e o exército em 2014, originou numa nova vaga de deslocados e de vítimas civis, ao todo já são mais de 2 milhões de afegãos classificados pela ONU como refugiados. Também no Iraque, tal como no Afeganistão, a saída dos norte-americanos pouco melhorou a situação do país. Gerou uma sangrenta guerra civil entre sunitas e xiitas, o país encontra-se num caos humanitário onde mais de 20 mil foram mortas nos últimos dois anos de conflitos (ibid). Conflitos que têm também provocado deslocações forçadas de pessoas para a Europa.

Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM), mais de um milhão de refugiados chegaram à Europa durante o ano de 2015 o que se constitui como o maior fluxo

migratório para a Europa desde a Segunda Guerra Mundial. Segundo a OIM, estima-se que só em dezembro de 2015, tenham atravessado a fronteira marítima para a Grécia, mais de 65.000 migrantes, e que por via terrestre no mesmo período o tenham feito mais de 50.000 pessoas (OIM, 2015).

No âmbito do Programa Nacional de Recolocação<sup>6</sup>, até junho de 2016 tinham chegado a Portugal a partir dos *hotspots* localizados na Grécia e em Itália cerca de 452 requerentes, na maioria provenientes da Eritreia e Síria. Também de igual forma, foram recebidos 12 refugiados reinstalados provenientes da Turquia de origem Síria (CPR, 2016).

Ainda assim, segundo o ACNUR (2016) estas iniciativas estão bem longe das necessidades atuais. O ACNUR mostrou preocupação pelas recentes práticas adotadas por alguns países europeus em que vão colocando uma série de barreiras e dificuldades aos refugiados requerentes de refúgio na Europa, potenciando situações caóticas nas diversas fronteiras e exercendo pressão sobre a Grécia, que tem sido um dos países mais procurados como porta de entrada desta nova vaga de refugiados do Médio Oriente e África.

## **1.2 Proteção e o processo de integração de refugiados na Europa**

Segundo o ACNUR, milhões de refugiados em todo o mundo vivem com pouca esperança de um dia regressar a casa ou ao seu país de origem, pois os seus países encontram-se ainda envolvidos em conflitos permanentes, ou sob ameaça de voltarem a ser perseguidos se regressarem, ou ainda, após os conflitos, os países de origem encontram-se numa situação de miséria absoluta e estruturalmente destruídos, incapazes de lhes oferecer condições dignas de sobrevivência (ACNUR, 2015).

---

<sup>6</sup> A Resolução do Conselho de Ministros n.º110/2007, de 21 de Agosto, determinou, posteriormente, a criação de condições para conceder anualmente, no mínimo, asilo a 30 pessoas, designadamente para fazer face aos pedidos de reinstalação de refugiados, previstos no artigo 27.º da Lei n.º 15/98, de 26 de Março (atual Lei n.º 27/2008, de 30 de Junho, alterada e republicada pela Lei n.º 26/2014, de 5 de Maio), dessa forma, foi criado um programa de reinstalação nacional. (CRP, (2016) Reinstalação de Refugiados, Lisboa, CRP, <http://refugiados.net/1cpr/www/reinstalacao.php>, [consultado em 26-04-2017]

Para uma resposta mais durável à problemática dos refugiados, a maioria dos países tem adotado uma das seguintes três soluções: a primeira passa pela repatriação voluntária para o país de origem, ou seja, o indivíduo decide regressar ao país de origem. A segunda solução é o da instalação ou acolhimento do indivíduo, é aceite o refúgio, sendo então acolhido pelo país ao qual ingressou. Já a terceira solução aponta para a reinstalação do indivíduo num terceiro país (Moreira, 2007:2). A repatriação voluntária é a mais desejada e até mais simples, dado que seja natural o indivíduo desejar o retorno ao seu lar ou às suas origens, sendo uma solução até incentivada pelo próprio ACNUR. Contudo, atendendo aos motivos do refúgio, como as perseguições e violações consecutivas dos seus direitos, esta decisão torna-se difícil e por vezes impossível de concretizar, pelo menos, a médio ou curto prazo. Já a integração no país de destino pode garantir ao refugiado condições de integração e o refazer de uma vida nova, inserindo-se na comunidade, não deixando ainda assim de se registarem algumas dificuldades que se prendem com a adaptação a um novo país e cultura, por vezes, com valores muito diferentes da sua. Apesar disso, o ACNUR auxilia o país que acolher o refugiado, no sentido de promover a sua inserção na comunidade ou sociedade (idem).

A chegada de refugiados e de migrantes com origem em universos culturais por vezes bastante diferentes dos recetores coloca desafios à sociedade, estados e instituições do país acolhedor. Chegados ao país de destino, tal como os migrantes económicos, os refugiados são por vezes também vítimas de estereótipos negativos onde veicula a ideia que estes vêm roubar empregos, ou viver às custas dos contribuintes, sendo sujeitos a atos xenófobos, raciais, colocando-os desta forma ainda em situações de maior vulnerabilidade (UNDP, 2009).

A chegada dos refugiados tal como acontece com os migrantes, vão sempre provocar mudanças e choques culturais ou sociais na sociedade acolhedora. Presentemente, fruto de um mundo em crescente globalização, cada vez mais se abandona a ideia de estados homogêneos compostos por uma identidade cultural única e inflexível, embora haja quem considere esta tendência um problema (Santos, 2004). Com os refugiados, chegam novas identidades culturais, novos padrões de comportamento, tornando a sociedade mais multicultural. Para uma sociedade multicultural mais harmoniosa e livre é necessário pensar-

se numa nova cidadania cosmopolita, que reconheça as diferenças e que promova políticas focadas na redução das desigualdades entre grupos culturais e retribua recursos, que seja inclusiva. Para isso é necessário cada vez mais diálogos construtivos e novas formas de intervenção política (idem).

O multiculturalismo entende-se por um modelo conceptual cujos princípios orientadores se sustentam pela aceitação dos grupos de imigrantes ou minoritários como sendo distintos, diferenciáveis da maioria da população pelas suas características culturais. Aos quais estas diferenciações são reconhecidas como de direito e de igual valor em todas as esferas da sociedade, sem que se tenha a expectativa de que esses grupos abram mão da sua diversidade, esperando-se no entanto, que aceitem alguns dos princípios fundamentais da sociedade que os acolhe (Castles, 2005:132).

Um país multicultural, que recebe várias identidades culturais pode obter bastantes vantagens económicas e sociais, atendendo ao valioso recurso económico que transporta a diversidade, o capital humano, desde que se criem condições a que as diversas culturas se desenvolvam e interajam abertamente de forma a enriquecerem-se mutuamente. Para isso, é importante a existência de uma formação em interculturalidade, principalmente ao nível da intervenção social. É importante valorizar tanto as culturas de origem como de acolhimento, tentando articulá-las, evitando assim possíveis choques interculturais, facilitando a resolução de conflitos, contribuindo para a consciencialização das atitudes e opiniões culturais de parte a parte, aproximando-se assim das expectativas dos indivíduos e das suas lógicas culturais (Ramos, 2011).

Existem contudo algumas vozes dissonantes criticando a tendência multicultural das sociedades, defendendo políticas mais rígidas. Stam (1997 apud Santos & Nunes, s.d) apresenta algumas críticas sintetizadas no seguinte: o multiculturalismo é antieuropeu, procura a substituição dos valores ocidentais por outros sem critérios e de realizações inferiores. O multiculturalismo promove a desunião, a fragmentação e divisão colocando em causa a coesão das sociedades, a unidade da nação. O multiculturalismo não passa de uma espécie de terapia para as minorias de forma a promover a autoestima destas, ao mesmo

tempo que usa uma imposição totalitária em uma linguagem politicamente correta (Santos & Nunes, s.d:6).

No entanto, a negação da liberdade cultural gera privações e sofrimento, contribui para o empobrecimento das vidas humanas e aumenta a exclusão cultural e social (PNUD, 2004). A liberdade é somente tão importante na esfera cultural, como também o é no que respeita à dimensão económica, social e política da sociedade. A cultura tem relações com todas as dimensões da vida humana, daí que determinados comportamentos e realidades, como a pobreza, não podem ser consideradas de uma forma isolada sem introduzirmos as variáveis culturais associadas (idem).

Segundo Berry (1994) o processo de integração é um processo que resulta do contacto intercultural caracterizado tanto pela continuidade como pela mudança. Para este autor, a integração permite que os grupos minoritários mantenham as suas heranças culturais ao mesmo tempo que se vão adaptando às dos outros e da sociedade dominante. Este processo requer contínuas negociações no ambiente de conhecimento, segurança e respeito. (Berry, 2004 apud DeBiaggi & Paiva (org), 2004:29). Os refugiados integrados na sociedade podem ter um papel relevante no desenvolvimento social e económico do país. Acolher estas pessoas é acolher também as diversas vantagens da diversidade, é permitir que o país se abra ao mundo, às novas ideias e qualificações, crie novas relações obtendo desta forma além de benefícios culturais também benefícios económicos. Segundo o Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020), Portugal enfrenta tal como alguns países ocidentais um défice demográfico, caracterizado pelo aumento da esperança média de vida, pelo declínio acentuado da mortalidade infantil, envelhecimento da população, declínio da taxa de natalidade e saldos migratórios desfavoráveis, sendo que de acordo com os Censos de 2011, a população estrangeira tem dado um contributo muito positivo para a demografia portuguesa, tanto para o número de efetivos em idade ativa, tanto para o aumento da taxa de natalidade, contribuindo desta forma para sustentabilidade social e económica. Assim, o acolhimento de refugiados pode ajudar também dentro desta perspetiva a sustentabilidade a médio prazo do próprio estado social (Governo de Portugal, 2015).

A implementação de medidas que favorecem a integração para os refugiados e imigrantes reveste-se de particular importância, pois contribuem para que a sociedade se torne mais justa, rica e solidária, além de que a médio prazo contribuem para a convergência de valores sociais em benefícios para todos os membros da sociedade, pois ao se facilitar a integração, facilita-se o desenvolvimento de capacidades por parte dos indivíduos, participando mais rapidamente de forma pró-ativa na sociedade. (União Europeia, 2010).

Para os requerentes de asilo que lhes é concedido o estatuto de refugiado, ou para os que são acolhidos ao abrigo de um acordo de reinstalação, têm pela frente o processo de integração. Este estende-se desde a sua chegada e termina quando este se torna um cidadão ativo da sociedade no ponto de vista social, económico e cultural, ou quando, retorna ao seu país de origem. O processo de integração não deve ser compreendido por um processo de assimilação ou de uniformização cultural, mas sim pelo acesso aos direitos de cidadania e respeito pela diversidade cultural (Malheiros, 2006).

Integrar estas pessoas na sociedade é um processo em contínua mudança, pois resulta de influências bastantes diversas, seja ao nível macro onde os contextos económicos, sociais, políticos, institucionais e culturais são de grande importância, ou então, ao nível micro, onde dependem dos contextos regionais e locais onde se vão fixar. Os refugiados chegados ao local passam a ser coprodutores de cultura, ao mesmo tempo que se adaptam às circunstâncias e cultura da comunidade de acolhimento, por isso imergem num processo de reconstrução coletiva através da aprendizagem mútua, da troca de saberes e das experiências com os autóctones, uma partilha de práticas entre grupos e comunidades que dividem o mesmo espaço geográfico (Fonseca, 2003).

A integração dos refugiados na sociedade funciona em dois sentidos, colocando exigências quer às sociedades que acolhem os refugiados, quer às comunidades de refugiados envolvidas, requerendo-se a ambas preparação que permita aos refugiados uma adaptação aos estilos de vida da sociedade de acolhimento, sem no entanto perderem a sua própria identidade cultural. Para a sociedade de acolhimento é também importante que as suas instituições se adaptem aos novos perfis migratórios e culturais, à vinda de refugiados com identidades culturais por vezes tão distantes. Assim, para a sua integração devem aceitá-los

como parte integrante da sociedade, implementando medidas que os ajudem a aceder aos recursos e serviços existentes (ibid).

Também o Conselho Europeu para os Refugiados (ECRE), fórum europeu de organizações não-governamentais, defende que a integração de refugiados é um processo multidimensional dinâmico e recíproco, onde os deveres são mútuos, o refugiado deve estar preparado para se adaptar ao estilo de vida da sociedade de acolhimento, sem no entanto, abandonar ou perder a sua identidade cultural. Já a sociedade de acolhimento deve proporcionar ao refugiado meios que facilitem o acesso a recursos e aos processos de tomada de decisão (Matos, 2011). Como já referido, no plano individual é um processo a longo prazo, iniciando-se no momento da chegada terminando quando se torna num membro efetivo e pleno da sociedade, quando ambos, acolhido e acolhedor se tornam num todo, pese embora cada um tenha a liberdade de conservar ou não as suas identidades culturais.

O acesso ao mercado de trabalho é nos dias de hoje cada vez mais importante. Para os refugiados pode ser uma forma também de integração. Para uma grande parte dos indivíduos o trabalho é a atividade humana que ocupa a maior parte do tempo das suas vidas. O trabalho é um elemento estruturante no que se refere ao ciclo das suas atividades diárias, assim como, é um elemento importante na construção psicológica das pessoas. O trabalho pode contribuir para a integração social dos refugiados. Pois o trabalho possibilita a criação de laços sociais, a oportunidade de partilhar atividades com outras pessoas mesmo fora do círculo profissional. O trabalho também é importante e valorizado na constituição da identidade social, contribuindo para o reforço da autoestima. (Giddens, 2001).

Deste modo, para Tito Matos (2011) a integração dos refugiados na sociedade depende em grande parte da possibilidade de se inserirem no mercado de trabalho, de arranjam um trabalho que lhes permita ser mais autónomos principalmente a nível económico. Contudo, grande parte das vezes, os refugiados apenas conseguem ter acesso a trabalhos desqualificados de baixo nível de qualificação, havendo uma maior dificuldade no acesso a outros trabalhos com nível de qualificação mais elevado. Uma boa parte desta situação deve-se ao facto de para estes indivíduos a obtenção de equivalências escolares e de comprovativos das suas competências ser bastante difícil, pois não podem recorrer às

autoridades do seu país de origem. Mesmo conseguindo os certificados, muitas vezes não são reconhecidos em Portugal, o mesmo se passa com os portadores de cursos académicos onde na maioria dos casos as universidades portuguesas não lhe concedem equivalência. Também no ensino secundário são muitas vezes obrigados a realizar exames de equivalência (Matos, 2011).

Para este autor, a certificação de competências, o acesso à formação profissional, assim como, a aprendizagem da língua do país de acolhimento são dos maiores desafios com que os refugiados se deparam quando chegam à Europa, pois necessitam destas competências para ter acesso ao mercado de trabalho e participar socialmente nas atividades da sociedade ou comunidades que os acolhem.

De acordo com o modelo de Opuku, no caso dos refugiados reinstalados, este integra três etapas distintas mas em parte interligadas, a candidatura o acolhimento e a integração. A fase da candidatura caracteriza-se pela presença de algumas barreiras institucionais, a um período de ausência de estatuto legal levando a constrangimentos vários no acesso a serviços e apoios de diversa ordem. A fase da instalação compreende-se pela aceitação do requerente abrangido pela Convenção de Genebra. No entanto, apesar da legalização deste processo, o indivíduo continua a confrontar-se com alguns problemas como desemprego, racismo e outras condicionantes de ordem estrutural, podendo ser suavizada por ajudas de contactos informais e grupos comunitários. A fase final é a da integração que apenas é atingida quando todas as barreiras e obstáculos são ultrapassados, quando é possível que o indivíduo tenha condições para elevar a sua situação do ponto de vista económico e social, usufruindo de todos os apoios sociais e económicos, ser um membro da sociedade (Sousa, 1999). Segundo um estudo da Agência Nacional de Apoio aos Requerentes de Asilo e Refugiados Holandesa (COA) apresentada em Madrid no ano 2007, o processo de integração de um refugiado reinstalado na União Europeia é de aproximadamente entre três e cinco anos (Matos, 2011). Ainda assim, segundo o estudo produzido por Tito Matos (2011), na maior parte dos casos, muitos encontram-se apenas integrados parcialmente pois continuam desempregados, dependendo muito ainda de apoios estatais.

Jorge Malheiros (2006) no seu estudo sobre a integração social e profissional de imigrantes, refugiados e minorias étnicas, identificou um conjunto de áreas em que existe a necessidade de intervenção. Constatou a existência de um “défice de informação dos imigrantes relativamente aos direitos e deveres e à dificuldade em aceder aos serviços que prestam informação” (Malheiros, 2006:14), havendo também problemas de “adequabilidade do conteúdo de informação e do processo de prestação de informação” a estes grupos (idem). Do mesmo modo, muitas vezes os refugiados e imigrantes debatem-se com problemas de carácter legal dificultando a sua integração, confrontam-se com dificuldades em prolongar a sua residência. Verificou-se também alguns problemas por parte dos imigrantes e refugiados na questão da reunificação familiar, acesso à saúde, educação, proteção social e acesso ao emprego.

Os aspetos culturais podem também tornar-se em barreiras no que respeita aos cuidados de saúde pois influenciam a forma como os indivíduos percecionam a saúde e a doença, do mesmo modo, que se criam dificuldades aos profissionais de saúde em lidar com indivíduos culturalmente diferentes. O encontro intercultural a nível de saúde pode gerar fortes reações emocionais, incompreensão ou até atitudes de rejeição. É também importante formar os profissionais de saúde a lidarem com estas situações, a terem conhecimentos sobre a cultura do doente e metodologias capazes de ultrapassar possíveis barreiras linguísticas. Muitos migrantes e refugiados, nunca beneficiaram de cuidados de saúde nas instituições das sociedades ocidentais pela desconfiança e estranheza gerada em relação aos métodos de tratamento, muitas vezes bem diferentes dos da sua origem, fortemente influenciados pelas suas crenças e tradições (Ramos, 2008).

É importante então que profissionais e cidadãos adotem uma atitude de descentramento, para que não tornem como modelo universal a própria cultura e os modelos da sua própria sociedade de modo a facilitar a comunicação intercultural na saúde, o que facilitará a intervenção na saúde aos imigrantes e refugiados. Importa também dotar os profissionais de saúde com competências de cidadania de modo a contribuir para uma interação harmoniosa com o Outro, permitindo-lhe um acesso aos seus direitos de cidadania em pé de igualdade (Ramos, 2008).

Como (Coutinho; Franken; Ramos, 2009) defenderam, experiências vividas pelos indivíduos no contexto sociocultural têm uma influência significativa nos estados emocionais, afetivos e mesmo cognitivos. Importa melhorar a qualidade de vida e integrar bem estes indivíduos que fugiram dos horrores da guerra, de perseguições ou de um quadro de miséria desumana. É importante delinear estratégias partilhadas em sociedade, de forma em que se articulem como um todo, para dar uma resposta eficaz ao grande número de refugiados que tem chegado à Europa.

A integração é muito importante, quer para a estabilidade social, quer para a qualidade de vida dos refugiados. Esta compreende-se por os refugiados manterem a sua própria identidade ao mesmo tempo que de modo livre podem incorporar alguns aspetos e costumes da sociedade que os acolhe. Desta forma, os refugiados terão pela frente uma adaptação aos modos de vida e cultura da sociedade, sendo que também a sociedade de acolhimento procura adaptar-se de igual forma a essa nova realidade. O processo de integração obriga assim a mudanças e adaptações, seja por parte dos refugiados, seja pela sociedade acolhedora, mantendo ambas as identidades culturais, assegurando apoios e igualdade de condições, para que os recém-chegados reforcem o seu sentido de coesão e de responsabilidade, para a contribuição de uma sociedade mais democrática e multicultural (ECRE, 2002 apud Santos, 2012).

Para que a integração funcione é necessário dotar os técnicos das instituições de acolhimento, serviços públicos do estado e sociedade em geral de algumas competências interculturais. Uma sociedade dotada de competências culturais possui ferramentas imprescindíveis para compreender as outras culturas, os seus princípios, as suas práticas ou comportamentos. No entanto como Jorge Malheiros (2011) realça, este princípio da compreensão não significa que se tenha de aceitar obrigatoriamente todos os aspetos dessa cultura, nomeadamente aqueles que atentam contra os princípios fundamentais, principalmente associados aos direitos humanos. Contudo, as culturas são dinâmicas e estas podem-se transformar, reinventar, progredir para a criação de uma sociedade mais coesa, humanista e respeitosa pelos direitos humanos.

A “compreensão” da cultura do outro, mesmo no que concerne a práticas e valores criticáveis ou não aceitáveis, é um elemento essencial para permitir o necessário processo de desconstrução e mudança, no sentido da criação de uma sociedade mais coesa, progressista e marcada por valores humanistas, designadamente o respeito recíproco e os direitos humanos.

(Malheiros, 2011:31)

Outra competência que importa desenvolver é na área da comunicação e da linguística. A interculturalidade passa por uma interação positiva que promove o esforço em interagir com outros grupos, como o caso dos refugiados. Por norma os refugiados que vêm de regiões mais longínquas têm grandes dificuldades em se expressar na língua da sociedade acolhedora. É essencial ter a capacidade de ouvir o outro, perceber pontos de vista, mais que simplesmente traduzir o que dizem, algumas palavras podem ter diversas interpretações dependendo do contexto cultural em que se encontravam. Uma boa capacidade de comunicação ajuda a que o outro se familiarize de uma forma mais célere com o novo meio e inicie um processo de relacionamento com os outros (Malheiros, 2011).

Nas diversas instituições de acolhimento, por vezes os técnicos e a própria sociedade é confrontada por tensões e conflitos que resultam dos interesses dos diversos grupos culturais. É importante que os técnicos e os indivíduos tentem procurar aprender e compreender os diversos pontos de vista, estabelecendo pontes entre os da sociedade de acolhimento e o dos refugiados (idem).

Muitas vezes no seio do senso comum difunde-se a ideia que o processo de integração é da exclusiva responsabilidade dos refugiados, em que este tem de se adaptar a todo o custo à cultura dominante descartando as suas identidades culturais, uma noção associada a ideais nacionais e assimilacionistas que importa demover (Castles et al, 2002, apud Santos, 2012).

A integração na sociedade de refugiados e migrantes deve ser entendida como uma vantagem e não como um fardo, pois a médio prazo pode ser a única resposta para o contínuo envelhecimento da população no mundo ocidental. A Comissão Económica das Nações Unidas, em 2009 avisou que um dos maiores desafios que o continente europeu enfrenta é o do envelhecimento da população. O número de pessoas em idade de trabalhar por cada pessoa com ou mais de 65 anos está em contínuo decréscimo, preocupando cada vez mais os diversos governos e entidades sobre a sustentabilidade dos próprios estados e sociedades europeias (UNRIC, 2009).

Integrar da melhor forma os refugiados é uma opção que não se limita apenas a razões demográficas, humanitárias ou de direito internacional. A diversidade cultural é também um ativo importante em todas as sociedades modernas que merece ser valorizado e salvaguardado.

Para a UNESCO, o intercâmbio cultural e a diversidade, são tão importantes para os seres humanos e para as sociedades, como a diversidade biológica o é para a natureza. A diversidade cultural deve nesse sentido ser considerada um património comum da Humanidade, devendo ser reconhecida e consolidada nas gerações do presente e do futuro. Por isso, em 2001 a UNESCO promoveu a Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural, mostrando desta forma a importância da preservação e respeito pela diversidade cultural.

Esta declaração é também um instrumento de apelo ao respeito pela diferença, cooperação com base no entendimento mútuo, de garantia de paz e segurança internacional. É importante garantir uma interculturalidade harmoniosa entre os vários grupos e identidades culturais, implementar políticas que favoreçam a inclusão e a participação de todos os cidadãos de forma a garantir a coesão social, contribuindo-se assim para que a vitalidade da própria sociedade. Também para que os indivíduos possam fazer as suas escolhas de uma forma livre ao mesmo tempo que desenvolvem também as suas capacidades criativas, contribuindo para a vida coletiva e o bem público. A diversidade cultural pode ser uma via de desenvolvimento, não apenas no que respeita a crescimento económico, mas também, na vertente de desenvolvimento intelectual, afetivo e moral (Unesco, 2001).

### **1.3. O caso português, caracterização dos principais fluxos de refugiados para Portugal a partir do séc. XX**

Apesar de à primeira vista não se encontrarem muitos exemplos de deslocações forçadas para dentro ou fora do território português, salientam-se alguns momentos marcantes no contexto português, ainda que um pouco separados no tempo.

Embora não existam grandes referências que nos informem sobre o movimento de refugiados com a primeira grande crise mundial, no entanto, já se registavam alguns movimentos de refugiados numa escala peninsular, devido às convulsões políticas existentes em Portugal e Espanha (Sousa, 1999).

Na segunda crise mundial, já com consequências mais visíveis em Portugal derivado da guerra em Espanha e acima de tudo da Segunda Guerra Mundial, Portugal torna-se assim num destino privilegiado pelos fluxos de refugiados decorrentes desses fenómenos, principalmente por parte dos judeus que fugiam do regime nazi (idem).

A Segunda Guerra Mundial foi assim um acontecimento de gerou muitos deslocados. Mas a situação ainda se agrava mais quando parte da França é ocupada pelas tropas Nazis. Temendo pela própria vida, milhares de pessoas fogem para a Península Ibérica, principalmente para Portugal. Pela neutralidade assumida e pela sua localização geográfica, Portugal torna-se num destino privilegiado, principalmente para os de origem judaica, apesar de que alguns já vinham com o objetivo de abandonar o continente europeu rumo ao americano. Muitas vidas foram também salvas em virtude dos vistos de entrada passados pelo então Cônsul de Portugal em Bordéus de nome Aristides de Sousa Mendes, que desafiando ordens de António Salazar, permitiu a entrada em Portugal de milhares de pessoas em fuga (Alves & Faria, 2010).

Nos anos sessenta, registou-se também um fluxo de refugiados do Estado da Índia para Moçambique e Portugal, sendo que, por outro lado a oposição política ao poder instituído em Portugal levou também a que muitos portugueses fugissem para outros países da Europa ou do Norte de África (Sousa, 1999).

Durante o período do Estado Novo, Portugal esteve ligado ao deslocamento de muitas pessoas que forçosamente tiveram de abandonar o país. Este período é intrinsecamente ligado à personalidade de António de Oliveira Salazar que governou o país durante mais de quatro décadas sob grande autoritarismo, com uma política repressiva de componentes ideológicos associados ao nacionalismo e a um pensamento conservador, tentando acabar

com todas as fações de oposição. Uma outra característica do regime era a sua ideologia colonialista que procurava a todo custo manter as suas possessões ultramarinas. Contudo, cada vez mais a nível internacional se condenava o colonialismo e encorajava esses povos a procurar a sua autodeterminação e independência. A revolução e a conseqüente queda do regime a 25 de Abril de 1974 devolveram a independência às colónias. No entanto, ao invés de ser um processo pacífico instalou-se o caos. Vários episódios de violência e perseguições deram mote a que cerca de meio milhão de pessoas se deslocassem na maioria com destino ao continente português. Inicialmente foram designados por refugiados, deslocados ou mesmo desalojados, muitos deles já tinham nascido em África, mas muitos tinham nascido no continente português. Um cenário diferente dos portugueses que tinham emigrado para a França, não vinham matar saudades da família, vinham na maioria em uma situação vulnerável, expulsos da própria terra. Apesar de existirem algumas controvérsias com a terminologia a adequar, se seriam ou não considerados refugiados, mais tarde passaram a designar-se por retornados, uma denominação ainda assim pouco aceite por essas pessoas, atendendo ao drama vivido e a todas as suas particularidades (Matos, 2014). Nas palavras de Helena Matos (2014), “chamaram-lhes desalojados, regressados, repatriados, fugitivos, deslocados ou refugiados. Finalmente, em meados, de 1975 tornar-se-ão retornados. O nome colou-se-lhes. Ficaram retornados para sempre. Como se estivessem sempre a voltar “ (Matos, 2014).

Entre os anos 1978 e 1983, salientam-se os pedidos de asilo por parte de cidadãos dos PALOP, principalmente de Angola e Moçambique. Já entre os anos de 1984 e 1990, registam-se dois períodos um pouco distintos: o primeiro entre 1984 e 1988, onde se verificaram uma estabilização de pedidos de asilo a Portugal, já o segundo caracteriza-se por um período de transição para a década de 1990, caracterizada pelo aumento de requerentes de asilo por parte da Roménia, Angola e Zaire. Registaram-se entre meados da década de 1970 e finais da década de 1990, aproximadamente mais de 12.000 pedidos de asilo (Sousa, 1999).

Ainda na década de 1990, mais concretamente em 1998, a tentativa de um golpe de estado desencadeado pelo exército formado por Ansumane Mané para derrubar o então presidente "Nino" Vieira na Guiné Bissau, provocou a fuga de milhares de pessoas, sobretudo para outros países do continente africano. No entanto, da Guiné para Portugal vieram mais de

4000 pessoas, alguns vieram mesmo a bordo da fragata Vasco da Gama que se tinha deslocado à Guiné para resgatar cidadãos portugueses (DN, 2012; AEM, 2016).

Em 1999 os conflitos na ex-Jugoslávia provocaram cerca de um milhão de refugiados. Portugal também ao abrigo das medidas de proteção temporária acolheu perto de dois mil kosovares, distribuindo-os pelos diversos espaços de acolhimento espalhados por todo o território nacional (Público, 2015b).

A década de 2000 foi mais estável e serena ao nível de acolhimento de refugiados em Portugal. Segundo uma consulta aos dados estatístico do Conselho Português para os Refugiados (CPR), neste espaço de tempo (década de 2000), Portugal concedeu a perto de 1500 pessoas provenientes de várias origens o estatuto de refugiado (CRP, 2016).

Segundo o Conselho Português para os Refugiados, até ao final de junho de 2016, foram apresentados a Portugal, 305 pedidos espontâneos de proteção internacional. Segundo o mesmo organismo, estes pedidos equivalem a um decréscimo de 35% em comparação com o ano anterior (CPR; 2016).

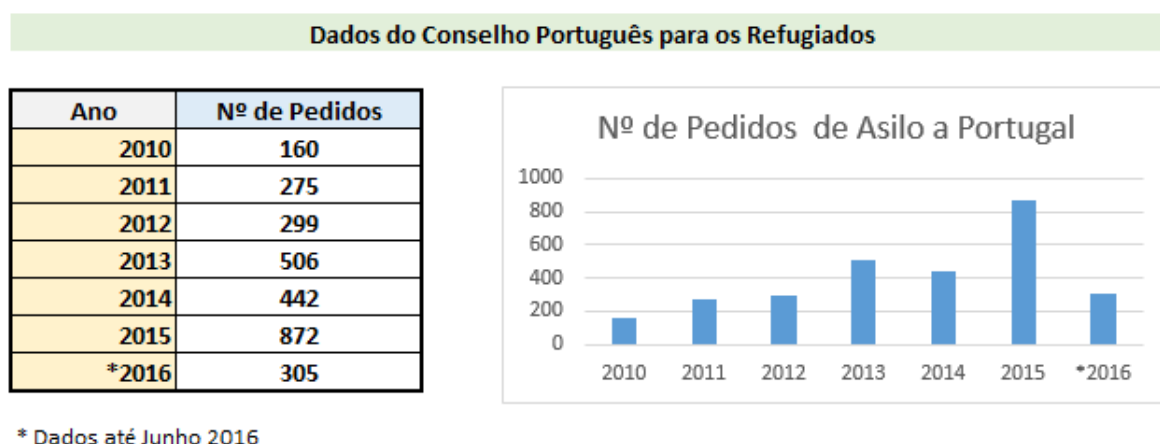


Figura 1 - Número de pedidos de Asilo a Portugal entre 2010 e 2016.

Fazendo agora uma análise mais detalhada aos últimos anos, com ajuda dos dados do Conselho Português para os refugiados, as nacionalidades ou origens mais comuns dos requerentes de asilo são:

<b>Nacionalidades ou origens mais comuns dos requerentes de asilo</b>							
<b>Origem / Ano</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016*</b>
Angola	11						
China						75	
Colombia	16						
Costa do Marfim		17					
Guiné Bissau	10						
Guiné Conacri	43	48	65	80			29
Mali						86	
Marrocos					25		
Nigéria		21	30				
Paquistão					26	60	
Rep. Demo. Congo			17				32
Senegal				66			
Síria			19	146			
Somália		29					
Ucrania					157	368	53

\* dados do 1º semestre de 2016

Tabela 1. Nacionalidades ou origens mais comuns dos requerentes de asilo de 2010 a 2016, dados SEF.

Ainda assim, no que respeita ao acolhimento de refugiados, em comparação com outros países, Portugal não tem sido dos países mais solicitados por parte dos requerentes de asilo. Isto pode em parte estar relacionado com a sua localização geográfica, onde no âmbito da União Europeia o pedido de asilo deverá ser apresentado logo ao país onde o indivíduo entrou. Outras variáveis como a sua situação económica, uma imagem de menor desenvolvimento em comparação com outros países europeus, podem ser motivos da baixa taxa de admissões e concessões de proteção aos requerentes de asilo (Silvestre, 2011). No entanto, há que salientar o aumento significativo de pedidos nos últimos anos. De acordo com os dados estatísticos <sup>7</sup> do Conselho Português para os Refugiados, a partir de 2011, existiu um aumento sustentado de pedidos de asilo a Portugal, passando de uma média aproximada de 147 pedidos (entre 2005 e 2010) para uma média de 479 pedidos (entre 2011 e 2015).

<sup>7</sup> CPR (2016) Dados Estatísticos, <http://refugiados.net/1cpr/www/estatisticas.php>, consultado a 14-10-2016.

### **1.3.1 Proteção e integração dos requerentes de asilo e refugiados em Portugal**

Como já foi referido anteriormente, a integração dos refugiados é um processo complexo e multidimensional pois envolve aspetos jurídicos, económicos, sociais e culturais, por vezes muito distintos mas que ao mesmo tempo se relacionam entre si. É um processo que se pode tornar longo e que no geral termina mesmo com a naturalização dos próprios indivíduos (ACNUR, 2015). Portugal acompanhou em grande parte os desenvolvimentos do direito de asilo internacional, ratificando tratados de proteção internacional, sendo que na prática existiram algumas condicionantes relacionadas com as conjunturas sociais e políticas do momento (Sousa, 1999).

Foi durante o regime liderado por António de Oliveira Salazar que Portugal ratificou a Convenção de Genebra sobre o Estatuto de Refugiados, pese embora sem grandes efeitos práticos não passando de uma mera formalidade, pois as obrigações assumidas apenas passaram a ser cumpridas só em 1976 com a nova Constituição Portuguesa (CPR, 2014).

Face ao aumento substancial de pedidos de asilo nos pós 25 de Abril, o governo português teve de distinguir entre o que se considerava perseguidos e aqueles que chegavam derivado do abandono compulsivo das suas vidas de África, após esses territórios terem deixado o domínio português. Em Portugal, até 1980 ainda não havia uma estrutura formal que tratasse do acolhimento e integração dos refugiados, sendo uma delegação do próprio ACNUR, que desde 1977 assegurava a concessão do estatuto de refugiado. Também a Constituição Portuguesa não previa proteção constitucional além do asilo político (CPR, 2014). Ainda assim, a integração deste fluxo de retornados ocorreu até relativamente bem atendendo ao facto de manterem uma série de relações familiares em Portugal, à carência de mão-de-obra qualificada e a um conjunto de mecanismos informais que apareceram a prestar apoio, facilitando a sua reinstalação e integração. A chegada deste fluxo teve em parte um impacto positivo, principalmente no que respeita à questão demográfica com o rejuvenescimento e aumento da população ativa, aumento de mão-de-obra qualificada, revitalização de algumas regiões e de atividades empresariais (Sousa, 1999).

Na década de 1990 verificou-se de igual modo um aumento de pedidos de asilo devido à desagregação da União Soviética e também a mudanças políticas ocorridas em alguns países do leste, assim, Portugal foi acompanhando as tendências europeias com adoção de medidas mais restritivas. Em 1993 aprova a segunda Lei de Asilo introduzindo uma lógica de controlo baseado na origem, adotando os conceitos de país seguro e terceiro país seguro de acordo com a resolução de Londres datada de 1992. Contudo, na Reunião Internacional sobre o jurídico do asilo em Portugal reconheceram-se os esforços portugueses e sua influência nos princípios europeus (acordos de Dublin, Schengen em 1990 e Resolução de Londres de 1992), ainda que, apesar de a Lei de Asilo de 1993 ter permitido melhorar procedimentos com vista a uma política de asilo solidária e justa, existiam no entanto, um conjunto de recomendações a considerar, reclamando-se soluções e conceções mais abrangentes. Desta forma, em 1998 é aprovada a Lei 15/98 de Março, um diploma avançado dando grandes contributos para a seguinte Lei de Asilo publicada em Junho do mesmo ano que surgiu também da transposição das diretivas europeias, no âmbito da harmonização da legislação europeia (Sousa, 1999).

Já num contexto mais atual, a Lei 27/2008 de 30 de Junho alterada pela Lei 26/2014 de 5 de Maio, produziu a construção de um sistema unificado de asilo e a transposição para o plano jurídico interno de diretivas comunitárias respeitantes à qualificação, procedimento e acolhimento. Um processo que contou com a colaboração do Conselho Português para os Refugiados (CPR) e da Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) (CRP, 2014). Com esta nova lei, Portugal foi convergindo com o contexto europeu em termos de asilo. Portugal faz assim parte de um processo de regime comum de asilo, evitando deste modo pedidos repetidos pelas mesmas pessoas, acompanhando as diversas medidas adotadas que visam a limitação de acesso ao território europeu através das cláusulas inerentes aos países de origem, terceiros seguros e acordos de readmissão. Da mesma forma, este regime comum transferiu para entidades privadas, como as de transportes, determinadas responsabilidades sobre as entradas de indivíduos aplicando pesadas multas aos incumpridores. Regime de contexto europeu que procurou também fixar os refugiados em territórios estratégicos mediante acordos, como aconteceu recentemente com a Turquia. No entanto, em alguns casos, os acordos e mecanismos de distribuição dos refugiados no âmbito europeu parecem insuficientes, tal como parece ter-se verificado recentemente face à enorme

crise e pressão gerada em algumas fronteiras, como o caso da Grécia e Itália. Por conseguinte, com esta recente crise de refugiados, alguns acordos parecem retrair-se estabelecendo novos limites na solidariedade e partilha de responsabilidades (Sousa & Costa, 2017).

A Constituição da República tem como fundamentos principais a "dignidade da pessoa humana" incorporando nos seus direitos fundamentais uma visão universalista a todos e a cada uma das pessoas, não estando estas dependentes da situação em que se encontrem. Deste modo, o direito de asilo é também um direito fundamental da Constituição que pode ser invocado por quem não tenha a nacionalidade portuguesa, mas que sublinha o dever de proteger os refugiados face a ameaças a direitos fundamentais, aos quais o Estado Português não tem qualquer responsabilidade (CPR, 2014).

Desta forma, no caso concreto de Portugal podem beneficiar proteção internacional os que cumpram os seguintes requisitos;

A definição do conceito de protecção internacional consta do artigo 2º, número 1, alínea ab) da Lei do Asilo. Para o ACNUR trata-se da protecção que é dada aos refugiados, individualmente ou em grupo, substituindo a recusa ou a falta de protecção nacional. Com efeito, como decerto se recordarão, um refugiado por definição, não pode contar com a protecção do seu país de origem. Esta protecção tem como objectivo assegurar o respeito pelos direitos fundamentais de uma categoria específica de pessoas (os refugiados).

Para além de retomar a previsão do Estatuto de Refugiado (artigo 3º) estabelecidos quer na Constituição da República Portuguesa, quer na Convenção de Genebra de 1951, a lei de asilo portuguesa consagra, ainda, outro tipo de protecção internacional, a Protecção Subsidiária (artigo 7º) (através da emissão de Autorização de Residência por Autorização de Residência por Razões Humanitárias), que reconhece a protecção por Razões Humanitárias pelo Estado português, no seu território, às pessoas que se encontrem impossibilitadas de regressar ao país da sua nacionalidade ou da sua residência habitual, quer devido à violação sistemática dos direitos humanos que ali ocorra, quer por correrem o risco de sofrer ofensa grave.

(CPR, 2014:5)

No âmbito do procedimento de asilo, existem também algumas entidades com responsabilidades específicas no processo de acolhimento e integração dos pedidos de asilo e refugiados. O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) na qualidade de órgão da polícia, dependente do Ministério da Administração (MAI) Interna que tem como competência decidir mediante fundamento válido a admissibilidade dos pedidos de protecção apresentados em Portugal. Elaborando para o efeito uma proposta fundamentada da concessão ou recusa de protecção, ao qual será dirigida ao Ministério da Administração Interna. Será o Ministro

da Administração Interna a quem compete decidir formalmente a concessão ou recusa da proteção ao requerente. O Conselho Português para os Refugiados, na qualidade de Organização Não-Governamental, sem fins lucrativos, trabalha em exclusivo com os requerentes de asilo e refugiados, desde a fase de acolhimento até à sua integração na sociedade. De acordo com a Lei, este organismo deve ser informado de todos os pedidos de proteção internacional apresentados a Portugal, podendo desta forma contactar os requerentes de proteção e dar, se for o caso, apoio jurídico, assim como, supervisionar os procedimentos de asilo ao abrigo da Convenção de Genebra de 1951 (CPR, 2014).

O processo de asilo integra algumas fases, sendo de salientar que muitos requerimentos podem obter uma resposta negativa. Assim, o indivíduo que pretenda pedir asilo a Portugal deve fazê-lo junto das autoridades policiais, tais como, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a Polícia de Segurança Pública, a Guarda Nacional Republicana ou outra. De seguida, são recolhidos um conjunto de dados pessoais onde também é emitida uma declaração comprovativa da apresentação do pedido de asilo. Nesta fase, o requerente já tem alguns direitos elementares, contudo, também tem o dever de colaborar permanentemente com as autoridades. Posteriormente, o requerente presta declarações no Gabinete de Asilo e Refugiados do SEF, que resultará na elaboração de um relatório ao qual o requerente poderá até 5 dias se pronunciar sobre o seu teor. A primeira decisão será comunicada pelo Diretor Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras no prazo de 20 dias. Caso a decisão do Diretor Nacional do SEF seja negativa, o requerente tem 20 dias para abandonar o país. Caso seja positiva, este transita para a fase de instrução sendo emitida uma autorização de residência provisória válida para 4 meses, podendo ser renovável por iguais períodos. Esta autorização garante já acesso ao mercado de trabalho, ensino, acesso a serviços de saúde e apoio jurídico. Vem agora a fase onde se conhece a decisão do Ministro da Administração Interna. Caso esta seja positiva, é concedido o estatuto de refugiado ou o estatuto de proteção subsidiária. Caso seja negativa, o requerente pode ainda apresentar recurso, mantendo os direitos e deveres intrínsecos à fase em que se encontra. A autorização de residência emitida após a concessão do estatuto de refugiado é válida durante cinco anos, podendo ser renovável, enquanto a autorização de residência por razões humanitárias é válida por um período inicial de 2 anos, podendo também ser renovável. É também emitido um título de

viagem da Convenção de Genebra de 1951 válido por um ano, também renovável (SEF, 2016).

Numa perspetiva de solidariedade internacional, três quartos dos Estados Membros da Organização das Nações Unidas (ONU), comprometeram-se a dar proteção aos refugiados, embora ainda bastante insuficientes atendendo às necessidades existentes. Portugal determinou através da Resolução do Conselho de Ministros nº110/2007 de 21 de Agosto a criar condições para acolher no mínimo 30 pessoas, produzindo mecanismos legais à formação de um programa de reinstalação nacional (CPR, 2015).

Segundo o Conselho Português de Refugiados, a reinstalação de refugiados passa pelas seguintes fases. O primeiro passo passa pela identificação de refugiados carenciados, onde o ACNUR tem um acompanhamento contínuo nesse processo que juntamente com várias organizações não-governamentais tentam garantir o acesso aos que mais precisam, evitando que se façam escolhas arbitrárias. O segundo é o da fase da seleção, esta pode variar de país para país, podendo se recorrer a vários métodos de seleção, cuja última palavra pertence sempre aos estados, tendo em conta as diversas legislações e políticas nacionais. O terceiro passo entende-se pela preparação para a partida onde é fornecida informação básica sobre o país de acolhimento, acesso a programas de orientação cultural e estabelecimento de atitudes ou aptidões necessárias para uma integração eficaz e pacífica no país. Esta fase é uma espécie de preparação orientada para facilitar a adaptação à nova sociedade, ao mesmo tempo que se vão também reunindo informações importantes sobre o perfil e necessidades dos refugiados selecionados. Seguidamente vem a fase da viagem, onde se procede à organização da documentação necessária para a deslocação e informação sobre os procedimentos em viagem, incluindo normas de segurança e cuidados com as crianças. A organização e o transporte de refugiados são efetuados através de uma rede de pessoas e meios articulados com o Observatório Internacional para as Migrações (OIM), que assegura um atendimento aos refugiados no local de destino. Por fim, a quinta fase deste processo passa pelo acolhimento ou reinstalação. Aqui estarão já envolvidos estado, organizações da sociedade civil e autarquias locais, trabalhando em parceria para implementar condições necessárias ao acolhimento dos refugiados. O acesso a alojamento, interpretes e cuidados médicos são algumas das principais medidas a ter em conta nesta fase (CPR, 2015).

Após a sua instalação os refugiados passam a ter direitos, mas também deveres. A liberdade de circulação em território nacional, a suspensão de qualquer processo criminal respeitante à sua entrada ilegal no território, aconselhamento jurídico, serviço de um intérprete sempre que necessário durante o pedido e procedimento, confidencialidade das informações, direito ao apoio social, à saúde, ao trabalho e à educação, são alguns direitos que assistem aos refugiados. Por outro lado, segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras,

deve o requerente de asilo ou refugiado manter o SEF informado sobre a sua residência, comparecer no SEF quando lhe for solicitado, colaborar com as autoridades portuguesas na comprovação e apuramento de factos assim como acatar as leis e regulamentos em vigor no país de acolhimento, neste caso em Portugal.

(CPR, 2014).

Como é natural, a chegada de um fluxo grande pessoas gera sempre alguma apreensão sobre o verdadeiro impacto na sociedade. Os refugiados além do capital humano gerado nos seus países de origem, transportam consigo também modelos culturais e morais das suas próprias sociedades, com todas as suas implicações positivas ou negativas. Para Pedro Serra (2016), os efeitos mais evidentes do impacto global do acolhimento de refugiados encontram-se de uma forma geral relacionados com a economia e o estado social do país de acolhimento, destacando também questões sempre importantes relacionadas com a demografia, segurança social e reunificação familiar. As questões relacionadas com o acesso à habitação, ao emprego, educação, saúde e a própria integração na sociedade são de um modo geral os principais problemas sociais no processo de acolhimento. A demografia é um fator importante na medida que pode reduzir a relação entre dependentes e trabalhadores, atendendo ao facto de um modo geral a maior parte dos refugiados se encontrar ou em idade ativa ou ainda em idade menor, equilibrando assim o crescente número de aposentados do país de acolhimento. Também segundo (Collier, apud Serra, 2016), muitos dos refugiados têm em média mais filhos que os da sociedade acolhedora, tendência que se mantém até que se adaptem aos novos padrões da sociedade de acolhimento. Não obstante, que segundo o Plano Estratégico para as Migrações do Governo Português (2015), não existe uma certeza que preveja que os novos fluxos de refugiados em idade ativa, possam inverter a tendência existente de desequilíbrio em relação à população aposentada.

Podemos verificar através do seguinte gráfico as faixas etárias mais predominantes dos sírios e afegãos que chegaram à Grécia em 2016.

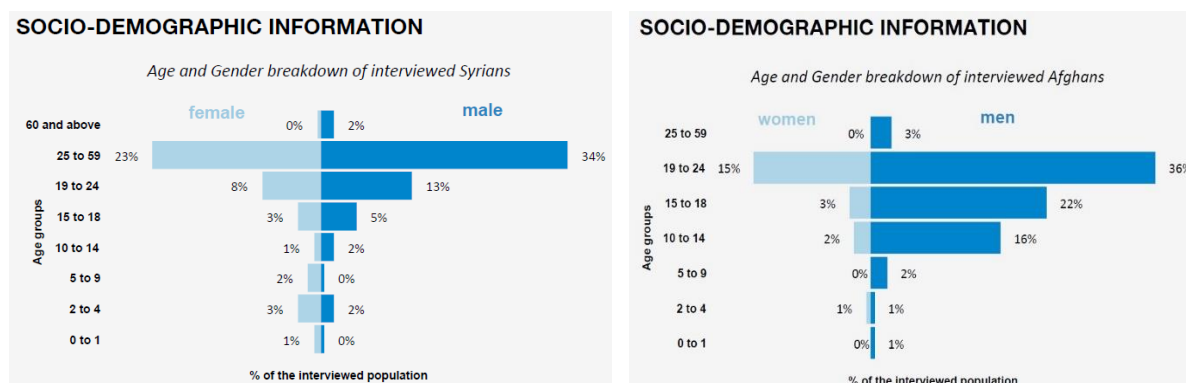


Figura 2 - Gráficos do ACNUR acerca das faixas etárias de sírios (esq) e afegãos (dir) que chegaram à Grécia em 2016, retirado de <http://data.unhcr.org/mediterranean/regional.php>

O mercado de trabalho é também na opinião de Pedro Serra (2016) um aspeto importante, pois apesar de aos refugiados lhes ser concedido um título de residência que lhe confere o direito ao mercado de trabalho nos termos da lei, existe por outro lado, outra questão não menos importante a ter em conta. Nos dias de hoje as poucas oportunidades de trabalho são uma realidade na sociedade portuguesa. Na maior parte das vezes as empresas são favoráveis a que não haja restrições em questões de migração, pois de acordo com os seus interesses evitam pagar salários mais altos, obtendo mais facilmente mão-de-obra a baixo custo. Por outro lado, paralelamente passa a haver outras necessidades, o suporte do desemprego de longa duração dos indivíduos da sociedade acolhedora, das infraestruturas sociais e das prestações sociais do acolhimento dos refugiados (Serra, 2016).

No caso da educação, este é concedido aos refugiados e aos seus familiares em pé de igualdade com os nacionais, já no acesso à saúde tanto os refugiados como seus familiares têm acesso ao Sistema Nacional de Saúde, estando isentos do pagamento de taxas moderadoras (Serra, 2016).

Muitos destes indivíduos chegam com elevadas expectativas à Europa, com uma noção de que se vive bem na Europa com facilitado acesso ao emprego, subsídios sociais, educação e saúde, uma realidade que nem sempre é bem assim. Muitos desconhecem os seus direitos e

deveres, situação ainda mais complicada pelas dificuldades encontradas na aprendizagem da língua portuguesa, poucos dominam o português. Participam também raramente no seu processo de integração, sentindo-se pouco apoiados pelas instituições, levando também a que nem sempre cumpram os planos estabelecidos por elas e pelos seus técnicos. Têm alguma dificuldade em definir um projeto de vida e de integração na sociedade. Um elevado número de refugiados, após três ou quatro anos da sua reinstalação, continuam desempregados ou pelo menos, sem atividade profissional declarada. Os que se encontram inseridos no mercado de trabalho auferem na maioria baixos salários, estando em profissões desgastantes e desqualificadas (Matos, 2011).

Existem ainda assim alguns casos considerados de sucesso, Numa entrevista <sup>8</sup> dada ao Jornal *Online Observador*, Mohammad Pourfarzaneh conta que fugiu do Irão em 1983 com um companheiro de infância com a ajuda de paquistaneses. Embora com o objetivo de chegar aos Estados Unidos, acaba por se instalar em Portugal obtendo uma licenciatura na Universidade do Porto. Mohammad é atualmente dono de uma clínica dentária que fundou com a mulher em Oliveira do Hospital.

Não troco Portugal por nada, ninguém me tira daqui, assegura, por seu turno, Mohammad Pourfarzaneh, de 53 anos, natural de Teerão, dono de uma clínica dentária que fundou com a mulher, em Oliveira do Hospital. (...) A integração foi extremamente agradável e não tive problemas de xenofobia, antes pelo contrário, salienta.

(Pourfarzaneh, in Agencia Lusa 2016)

No plano legal, o estatuto de refugiado após concedido não difere muito do estatuto de imigrante. Permitindo que na generalidade, possamos aceitar que pessoas que tenham autorização de residência em Portugal por razões humanitárias beneficiam de um regime de direitos e deveres iguais aos estrangeiros ou imigrantes residentes em Portugal.

Segundo o relatório MIPLEX 2015, Portugal é o segundo melhor país do mundo num *ranking* de 38 países a acolher imigrantes. Nas palavras deste relatório, "apesar de Portugal ser um país pequeno, esteve quase sempre de braços abertos à entrada de imigrantes no seu território" (MIPLEX, 2015).

---

<sup>8</sup> OBSERVADOR, (2016). "Refugiados há décadas em Portugal realçam integração sem xenofobia", reportagem publicada dia 10-02-2016, Lisboa, Observador, <http://observador.pt/2016/02/10/refugiados-ha-decadas-portugal-realcam-integracao-sem-xenofobia/> [consultado em 22 -04-2016]

Portugal possui assim políticas com avaliação favorável à integração dos migrantes nos parâmetros, mobilidade no mercado de trabalho, reunião familiar, acesso à nacionalidade, políticas de anti discriminação. Com avaliação ligeiramente favorável temos as políticas no acesso à educação, participação política, residência permanente. Onde se obteve uma avaliação menos positiva foi na saúde, mesmo assim com uma avaliação quantitativa situada a meio da escala (MIPEX, 2015).

Portugal recebe assim uma pontuação de 75 valores numa escala de 0 a 100 na tabela do MIPEX 2015, sendo um valor acima do último relatório de 2011. Apesar da crise económica que se verificou, que ainda persiste em Portugal e da pontuação obtida nos indicadores respeitantes ao acesso à saúde, educação e habitação permanente, não ser a melhor, encontram-se mesmo assim numa posição positiva. A crise veio condicionar a vida de muitos migrantes, mas para estes, a perceção que têm do país continua bastante aceitável. Foi também revelado que Portugal é um dos melhores países no acesso por parte dos imigrantes à igualdade de oportunidades e direitos, não deixando de alertar que mesmo assim, existem imigrantes a trabalhar abaixo das suas qualificações, vedando-lhes também o possível acesso a apoios sociais (Lusófona, 2015).

Atendendo que Portugal se comprometeu a receber mais de 10.000<sup>9</sup> refugiados desta nova ‘vaga de refugiados’ no âmbito do acordo da União Europeia, existe uma necessidade acrescida de formação dos recursos e de capacitação de voluntários, de forma a lidar com eventuais problemas sociais derivantes do acolhimento de refugiados. Para Pedro Serra (2016) é imperativo que se criem ferramentas que avaliem o possível impacto do seu acolhimento, para que se possam escolher de uma forma mais consciente e assertiva, quais as iniciativas e o tipo de apoio que se pode prestar a esta causa (Serra, 2016). Dentro desta avaliação sobre o eventual impacto social, existe a necessidade de se criar uma cultura de mediação a fim de sensibilizar a sociedade e envolver o estado. Uniformizar metodologias segundo um conjunto de critérios adaptados ao caso português, que possa ser usado pelas diversas organizações de modo a demonstrar a fiabilidade dos resultados. Pois esta avaliação sobre o impacto social permite tanto aos acolhedores, como aos beneficiários do

---

<sup>9</sup> O primeiro-ministro António Costa disponibilizou-se a receber mais 5.800 refugiados que a quota inicialmente atribuída no âmbito do programa europeu de reinstalação de refugiados. (SEF, 2016, <http://refugiados.net/1cpr/www/costa-10mil20160220.php>)

acolhimento, a criação de um olhar crítico, fomentando a descoberta de novas soluções e processos mais eficazes no acolhimento dos refugiados (idem).

É comum na sociedade encontrar-se quem seja a favor e quem seja contra o acolhimento de refugiados. É uma questão complexa que leva ao esgrimir de uma série de argumentos mais ou menos sustentados.

De acordo com uma investigação levada a cabo pela organização não-governamental "The Tent Foundation", os mais de um milhão de requerentes de asilo que chegaram à Europa em 2015, podem gerar quase o dobro do dinheiro, do que os estados de acolhimento da Europa gastarão em os receber e integrar. O investigador Philippe Legrain (2015) defende mesmo que num espaço de cinco anos, os refugiados poderão ser criadores de postos de trabalho e criarem através da procura de bens e serviços uma nova dinâmica económica, assim como, possam contribuir com o pagamento de impostos para o financiamento da sustentabilidade dos sistemas de pensões (Viana, 2016).

Para Legrain (2016) é muito provável que a integração dos refugiados leve a uma queda de salários e mesmo ao aumento do desemprego entre os trabalhadores do país de acolhimento ou também, ao aumento da dívida pública dos países recetores, no entanto, durante o período de cinco anos seguintes, o produto interno bruto poderá crescer quase o dobro da despesa. Este investigador espera que este estudo possa desfazer o equívoco muitas vezes veiculado na sociedade que os refugiados são um fardo para as sociedades acolhedoras, sendo que estes podem contribuir significativamente para a economia desses países (Viana, 2016).

Dentro do apoio ao seu acolhimento, a “Plataforma de Apoio aos Refugiados” é constituída por várias organizações da sociedade civil portuguesa que apoia os refugiados na presente crise humanitária. Esta trabalha na sensibilização da sociedade para o seu acolhimento e apoio, liderando também alguns projetos de acolhimento e integração, envolvendo várias instituições. Também nas redes sociais, nomeadamente no Facebook, se encontram alguns movimentos de apoio aos refugiados, como o grupo “Apoio aos Refugiados em Portugal” ou o “Movimento de Apoio aos Refugiados” da associação de apoio social Montanha d’afectos.

Já de acordo com Nélson Silva <sup>10</sup>, Portugal não deve acolher os refugiados sem primeiro resolver primeiro os problemas do país e que por conseguinte, apenas os deve acolher de forma unicamente temporária ou transitória e somente para quem cumpre os critérios da Convenção de Genebra (Coelho, 2015). Também o Partido Nacional Renovador, partido político que embora não tenha assento parlamentar defende com clareza que Portugal não deve acolher estes requerentes de asilo. Para o seu líder José Coelho, acolher os refugiados é uma injustiça para com os portugueses que vivem em grandes dificuldades, considerando de igual forma que o seu acolhimento pode pôr em causa a identidade e segurança nacional (Lusa, 2015). Este partido através dos seus canais de comunicações apela ao nacionalismo e ao encerramento das fronteiras à imigração.

O European Social Survey (ESS) na sua 7ª edição do ano 2014/15, apresenta uma pesquisa em vários países da Europa procurando conhecer e estudar as atitudes dos europeus acerca da imigração. Um dos itens deste estudo foi a análise à opinião dos europeus em relação à posição que devem ter os seus governos respeitantes ao acolhimento de refugiados. Verificou-se a mudança de atitude para uma posição mais favorável ao acolhimento por parte de alguns países como o caso da Eslovénia, Alemanha, Dinamarca e Noruega. A Holanda, Bélgica, Hungria e República Checa, apesar de evoluírem para uma posição mais próxima do ponto médio (nem concordam nem discordam) ainda se encontram em campo discordante no que respeita ao acolhimento de refugiados. Portugal tal como se verificou na pesquisa de 2002/03, apresenta-se como o país europeu com maior abertura ao acolhimento de refugiados (Ramos; Louceiro; Graça, 2016).

---

<sup>10</sup> Membro da organização de uma manifestação contra o acolhimento de refugiados realizada em setembro de 2015.

**GRAU DE CONCORDÂNCIA COM MAIOR  
FLEXIBILIDADE NO ACOLHIMENTO  
DE REFUGIADOS**

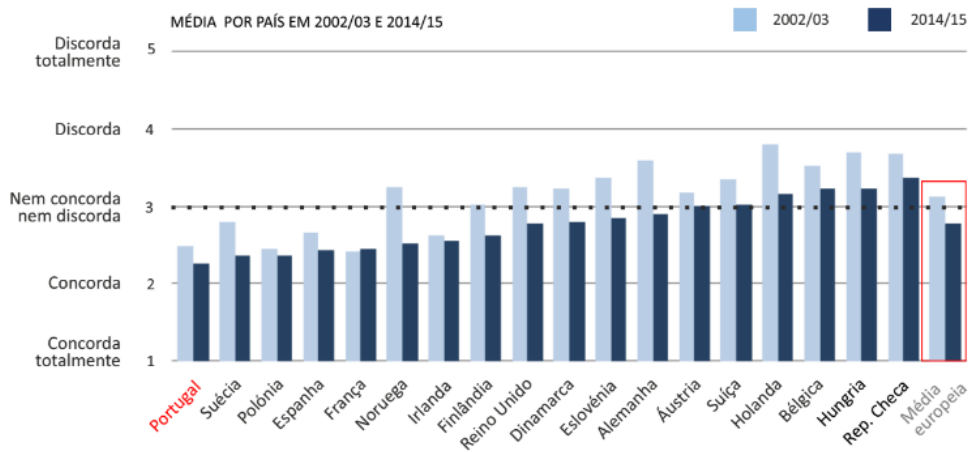


Figura 3 - Gráfico retirado do boletim “Atitudes Sociais dos Portugueses, do Estudo Migrações e Refugiados Atitudes e Percepções dos europeus”, do European Social Survey/ Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Lisboa. 2016

Como verificamos, a integração de refugiados e minorias é um processo complexo, multivariado que envolve muitos organismos, orientados por diversos instrumentos jurídicos, sociais, políticos e económicos. Cabendo a todos o promover da dignidade humana.



## **CAPITULO II – As Representações Sociais**



## 2. A definição de representações sociais

O pensamento representativo é constituído por imagens ou símbolos, possuindo uma validade consensual, flexível e disponível em várias formas, sem no entanto, ter uma validade empírica rigorosa. Desta forma, são as características distintas entre o saber científico e o saber popular, que com base no senso comum, vão gerar aquilo que se considera por representação social. Ou seja, “a ciência era antes baseada no senso comum e fazia o senso comum menos comum, mas agora senso comum é a ciência tornada comum” (Moscovici, 2000:60). Serge Moscovici (1961) classifica as representações sociais como saberes funcionais, permitindo uma organização dos significados do real, tornando-se num elemento vital na comunicação. Através das representações sociais o ser humano vai construindo a realidade. A organização das representações sociais nos indivíduos obriga a uma integração na dinâmica social estabelecida pela estrutura social envolvente. Dentro da estrutura social, existem diversas relações de dominação, sendo que estas vão ter influência na construção das representações sociais sobre determinado objeto. Desta forma, o contexto específico de cada grupo social contribui também para a determinação das representações sociais, mas que por sua vez contribuem de igual modo para a diferenciação dos grupos sociais (Moscovici, 1961,1984 apud Cabecinhas, 2004).

Para esta definição, os teóricos clássicos deram também importantes contributos. Durkheim na sua tese de doutoramento publicada em 1893 intitulada por "da divisão do trabalho social", que deu lugar ao seu primeiro grande livro apresenta o conceito de consciência coletiva definindo-a como "o conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma sociedade" (Durkheim, 2008:50), ao qual afirma que este conjunto forma um “sistema que ganha vida própria, evoluindo segundo as suas próprias leis” (ibid:50). Embora esta não se limite somente ao somatório da expressão ou efeito das consciências individuais (Aron, 2000:290). De acordo com Durkheim, esta consciência, dependendo do tipo de sociedade pode ter uma maior ou menor força e influência. Em sociedades onde domina a solidariedade mecânica, a consciência coletiva exerce uma maior força sobre as consciências individuais. Já nas sociedades onde o domínio é a solidariedade orgânica, este autor defendeu que existe um enfraquecimento das reações coletivas, dando lugar a uma interpretação mais individual acerca dos chamados imperativos sociais (Aron, 2000:291).

Com isso, Durkheim mostra que independentemente de os indivíduos terem uma consciência individual, formas subjetivas de interpretar a vida e o seu mundo em redor, existe uma padronização de conduta e pensamento, uma consciência coletiva, um estado de grupo que se impõe independentemente de um indivíduo. As representações sociais são assim resultantes da coercividade, exterioridade e generalidade dos factos sociais, ou seja, do que deriva do coletivo que por sua vez é produzido para o próprio coletivo. Deste modo, as representações individuais têm pouco peso mediante as relações exteriores. Durkheim defende que as representações sociais são o fio condutor para a produção de comportamentos e de relacionamentos com o meio em que os indivíduos se inserem. Permitem comunicar entre indivíduos, modificar a relação entre os indivíduos. Durkheim também apresenta o conceito de facto social, que define como um conjunto de relações coletivas, com vida própria, externas aos indivíduos e que exercem uma grande influência sobre eles, levando-os a agir e pensar de determinada maneira. As representações sociais são assim a expressão dos factos sociais, sendo que para analisar como os indivíduos agem em relação a uma realidade é também necessário compreender o tipo de sociedade em que estão inseridos (Santos & Dias, 2015:179).

Outros teóricos, como Karl Marx e Engels (1859), sustentaram que a forma como os indivíduos representam o mundo que os rodeia, coincide com o modo como se estabelecem as relações de produção adotadas em cada sociedade. Marx defende que o modo de produção é que determina como se estrutura a vida social e económica. Para este autor, “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (Marx, 1859:25) <sup>11</sup> Desta forma, os indivíduos agem e pensam de acordo com as condições materiais que são independentes das suas próprias vontades. Esta relação com a base material e de produção é que constrói a sua forma de pensar, assentes num sistema desigual ao que faz com que as suas representações sociais tendem também a ser desiguais. Marx contribuiu desta forma para discussão acerca das representações sociais ao considerar que estas resultam destas relações de produção e de materialidade,

---

<sup>11</sup> Obra citada a partir de Marx, Karl Contribuição para a Crítica da Economia Política. Pág. 25 <http://petdireito.ufsc.br/wp-content/uploads/2013/06/MARX-Karl.-Contribui%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-cr%C3%ADtica-da-economia-pol%C3%ADtica.pdf> , consultado a 5-05-2017.

conhecendo-as é possível entender o contexto social e económico que os indivíduos estão inseridos (Santos & Dias, 2015:176).

Já Weber não acreditava que as estruturas seriam completamente externas aos indivíduos, daí que defendia que se deveria concentrar mais a atenção na ação social que somente nos factos sociais como dizia Durkheim. Defendeu que as estruturas sociais são construídas através de um conjunto de interações individuais que em rede vão estabelecendo uma conexão entre o sentido que se dão às coisas e o próprio motivo que leva a agir. É através da compreensão da ação social que por sua vez se compreende a realidade social. Portanto, a ação social dotada de subjetividade, emotiva ou racional é que leva cada indivíduo a agir em determinado sentido. Para este sociólogo as representações sociais resultam de um conjunto de ações individuais dotadas de sentido objetivo, sendo através das interações entre os sujeitos que as representações se vão desenvolvendo (Santos & Dias, 2015:180).

Já dentro da perspectiva do interacionismo simbólico, para George Mead (1910), as representações sociais procuram uma articulação entre o que se compreende por fenómeno individual com o coletivo. Para este filósofo as representações sociais emergem no decurso da interação entre sujeitos onde a consciência dos indivíduos vai-se desenvolvendo no decorrer da experiência social. A ação partilhada entre os indivíduos é que vai fornecer suporte na construção do pensamento simbólico (Fávero, 2005).

Para Erving Goffman (1975), as representações sociais são uma representação da própria vida quotidiana. Os indivíduos estão constantemente representados quando desempenham os seus papéis sociais, quando interagem com os outros. Desta forma, ganha também relevo a esfera espacial onde se desenrola a interação entre os indivíduos. Pois onde os sujeitos atuam, passam também a integrar o espaço dos outros, sendo que em cada relação, em cada interação, vai-se construindo uma socialização cultural ou simbólica que ultrapassa os papéis de cada sujeito (Gil, 2010:1).

As representações podem posteriormente acolher também outras novas representações. Máspoli & Gomes (2004) sustentam com base nas ideias de Berger e Luckman (1973), que a sociedade tem uma relação dialética com o Homem, pois esta é um produto humano mas

ao mesmo tempo é a criadora desse, mantendo-se para além da existência dos próprios indivíduos (Máspoli & Gomes, 2004). Estes foram alguns dos teóricos do interacionismo simbólico que enriqueceram a discussão acerca das representações sociais.

A proposta de Denise Jodelet (1985) para a definição de representações sociais é que estas são modos de conhecimento prático vocacionados para a comunicação e compreensão do mundo social. Estas formas de conhecimento constituídas por componentes cognitivos como imagens, conceitos ou teorias, embora não se resumam somente a estes, são produzidas socialmente e compartilhadas de modo a irem construindo uma realidade comum. Desta forma, para Jodelet as representações sociais são fenómenos do âmbito social que necessariamente têm de ser compreendidos, tanto a partir do seu conteúdo cognitivo, como também pelo contexto em que são produzidos (Spink, 1993:302).

Recuperando as ideias de Moscovici (2000), este sustenta que todas as interações entre grupos de pessoas pressupõem representações, atendendo que em cada ação ou atitude está um lado psicológico representadas pelos indivíduos. Do mesmo modo, pessoas e grupos vão produzindo representações na sua comunicação e interação. As experiências quotidianas dos indivíduos podem não depender diretamente ou unicamente das delimitações afetas às estruturas e instituições da sociedade, as suas vivências e experiências não dependem diretamente das determinações formais. Para este autor, o pensamento é um conhecimento popular de primeira mão, de representação que se afirma também como um modelo de construção da realidade, fora do determinismo do conhecimento formal, é algo partilhado de uma forma mais igualitária, (...) “embora pode ser elevado à função de uma ideologia dominante” (...) (Moscovici, 2000:96).

Assim, e de acordo com Moscovici (1961 apud Sêga, 2000), as representações sociais apresentam-se como uma forma de interpretar e pensar a realidade, uma forma de conhecimento desenvolvida pelos indivíduos de modo a fixar posições em relação a determinadas situações. As representações sociais são importantes na vida quotidiana dos indivíduos. É através delas que os indivíduos definem um conjunto de aspetos da vida, incorporando o nosso pensar e forma de perceber o mundo, um conhecimento social e partilhado que contribui para a criação de uma realidade comum, um pensamento social

partilhado (Arruda, 2002). Como defende Félix Neto (2003), as representações sociais espelham as identidades individuais e sociais tendo em conta a forma de relacionamentos com os outros e também, o modo como se vai construindo uma realidade comum.

Para Marcos Alexandre (2000), o senso comum como modelo necessita de uma padronização estruturada. Esta estrutura caracteriza-se pela informalidade, espontaneidade semi-lógica e flexível onde os indivíduos procuram articular o conhecimento à sua vida sem estarem limitados a regras e convenções. Contudo, é um conhecimento fortemente influenciado pelas tradições e estereótipos, havendo por isso, a necessidade de ser analisado sob uma perceção social e do conteúdo que ele se faz representar.

É através das representações sociais que se estabelece um processo dinâmico na reconstrução da realidade, transformando uma realidade social em categorias mentais que serão princípios geradores de tomadas de posição, atitudes e comportamentos. Desta forma, as representações sociais podem condicionar as diversas formas de expressão do indivíduo, assim como, as interações deste com a própria sociedade, contribuindo de igual modo para a construção e reformulação dessas mesmas representações (Martins, 2005).

A partir das representações sociais, os indivíduos adotam formas de estar e condutas a seguir em sociedade. As suas relações e atitudes com o outro, que o indivíduo desenvolve, deriva das suas representações condicionadas pelo "filtro interpretativo", dependente do significado atribuído a determinada situação (idem).

A representação é uma construção dos indivíduos enquanto atores sociais, uma exteriorização das construções dos sujeitos, daí que na opinião de Jodelet (1989, apud Spink, 1993), estas devam ser estudadas, integrando vários elementos do âmbito mental e social, de linguagem e comunicação que em parte afetam as representações sociais e as próprias realidades.

Para as ciências sociais é importante o estudo das representações sociais, pois estas têm uma grande influência nas atitudes e comportamentos dos indivíduos, permitindo também uma melhor intervenção em determinada realidade social, principalmente os modos pelas quais

os indivíduos vão construindo o seu mundo e formando as suas crenças, estabelecendo deste modo também uma relação entre as representações sociais e as configurações culturais dominantes (Macedo & Cabecinhas, 2012).

As representações sociais ao contrário do que se possa pensar não são apenas um conjunto de conhecimentos erráticos respeitantes a um objeto ou realidade, independentemente do seu rigor, elas constituem-se como o motor de ações sociais, visões sobre o mundo e realidades sociais e culturais, são conceções ideológicas sobre um conjunto de situações que estão permanentes nas relações sociais e na vida humana (Alexandre, 2000). O estudo das representações sociais sobre determinada realidade ou objeto é importante, pois estas têm um carácter social, o homem como ser social vai construindo e desconstruindo as suas relações com o mundo. Através da sua capacidade de comunicar transporta representações sobre os mais diversos aspetos da sua vida, abrindo possibilidades de interação, influência, consenso ou polémica (Idem).

O estudo das representações sociais valorizam o saber comum do indivíduo, como saber legítimo e de transformação social, um saber que orienta a ação permitindo um melhor conhecimento da sociedade, podendo ser usado em ações e intervenções políticas para a transformação de uma sociedade mais coesa, solidária e justa. O estudo das representações sociais permitem um trabalho mediatizado entre o individual e o social, distinguindo-se do mero mito, é um modelo de sistemas explicativos do mundo dos indivíduos (Alexandre, 2000).

Para Moscovici (1976, apud Silvestre, 2011) as representações sociais têm origem em dois processos: A objetivação e a ancoragem. O primeiro reflete a passagem de conceitos ou ideias para esquemas de imagens concretas, já a ancoragem traduz-se no processo de constituição de uma rede de significados em torno do objeto, relacionando-o com valores e práticas. É a objetivação que faz uma ligação das coisas às palavras, aos esquemas conceptuais. Como Doise (1989, apud Martins, 2005:53) disse, (...) "torna concreto o que é abstrato, permitindo compreender realidades exteriores ao indivíduo." A ancoragem precede a objetivação ao municiar um conjunto de referências baseado em experiências e pensamentos que vão permitir a interpretação e enquadramento dos indicadores da

representação. Assim, a ancoragem é o processo que incorpora algo estranho ao indivíduo numa rede de conceitos e categorias que lhe são familiares, tendo assim como função a orientação das condutas e atitudes dos indivíduos, ao mesmo tempo que vai também inserindo as representações no sistema de um conjunto social (Martins, 2005).

## **2.1 A representação social e refugiados**

Não existe muita literatura acerca das representações sociais sobre os refugiados. No entanto, Beatriz Miranda (2008) no seu trabalho "Étude Comparative de la Représentation Sociale des Immigrants et des réfugiés chez les Étudiants Universitaires", faz uma abordagem sobre as representações sociais de alunos do primeiro ciclo de psicologia da Universidade Laval. Concluiu que por regra geral, as representações acerca dos imigrantes e refugiados são de certo modo semelhantes, havendo poucas diferenças nas respostas dos inquiridos. Para os inquiridos, um refugiado é um indivíduo que procura segurança fugindo do sofrimento. Mais de 30% das respostas defendeu a obtenção da cidadania por parte dos refugiados em relação aos imigrantes. Segundo o mesmo estudo, a presença de refugiados é vista como um fator positivo (64%), acreditando que estes acabam por ganhar um sentido de pertença, sendo também da opinião que os imigrantes e refugiados são tão civilizados como os da sociedade de acolhimento. Posto que, alguns conflitos que possam surgir são apenas derivados de algumas diferenças culturais. Na generalidade, defendem que os refugiados devem manter os seus costumes, ao mesmo tempo que também acolhem alguns da sociedade recetora. A língua foi também considerada um fator de peso na sua integração. Os entrevistados consideram que por regra geral, viver numa grande cidade pode ajudar os estrangeiros na adaptação, mas no caso específico dos refugiados este fator pode até ser mais favorecido, se o acolhimento for em cidades mais pequenas. Casar e ter filhos é também um fator importante que ajuda à integração, quer pelo sentido de criar laços com a comunidade, quer na atenuação do choque cultural onde este se dissipa na partilha com alguém da sua cultura, ajudando o refugiado a ter uma leitura concordante da realidade. O mesmo estudo concluiu que a adaptação por parte de indivíduos provenientes da Europa é mais fácil em comparação com o de outras origens, como por exemplo, com os provenientes do médio oriente, principalmente árabes, que com os ataques de 11 de Setembro (2001) ficaram mais sujeitos

aos estereótipos criados e veiculados, alguns até pelos *media*, tornando a sua integração mais difícil. Na generalidade os participantes responderam que o acolhimento de imigrantes e refugiados é positivo, que podem integrar-se e contribuir de forma benéfica para a sociedade (Miranda, 2008).

O conflito na Síria, as ameaças do grupo extremista designado por “estado islâmico”, podem também constituir-se como elementos importantes no aumentar do receio em acolher refugiados, ou influenciar a opinião pública em relação a estes, principalmente, depois de como revelou o Diário de Notícias (2017) o Presidente da Síria Bashar al-Assad ter afirmado em uma entrevista<sup>12</sup> dada em Fevereiro de 2017, que alguns dos milhões de refugiados que fugiram do conflito da Síria são terroristas, opinião também partilhada na altura pelo presidente dos Estados Unidos Donald Trump.

Contudo, um outro estudo publicado em julho de 2016 pela Pew Research Center<sup>13</sup>, dá conta da existência de algumas visões dissonantes em respeito à diversidade, as perspetivas predominantes deste estudo realizado em 10 países da Europa, vão no sentido que a diversidade não traz um impacto positivo para a sociedade. Segundo a mesma fonte, uma grande maioria expressou atitudes negativas respeitante aos refugiados, principalmente os de origem muçulmana. Um dos maiores receios vem ao nível da segurança, cujas preocupações da maior parte estão relacionadas com questões internas de segurança, acreditando que a chegada de refugiados aumenta a probabilidade de ataques terroristas.

Também as representações da história servem muitas vezes de guião à construção de relações sociais e de processos identitários. É então comum que algumas representações sociais dos tempos presentes recuperam a herança dos tempos coloniais, onde o "indígena" proveniente desses espaços, carece de educação e de ensino ao valor do trabalho (Meneses, 2010).

---

<sup>12</sup> Diário de Notícias (2017). "Assad: "Terroristas" escondem-se entre refugiados que saem do país", Lisboa, DN, <http://www.dn.pt/mundo/interior/assad-terroristas-escondem-se-entre-refugiados-que-saem-do-pais-5660485.html> [Consultado em 29-03-2017)

<sup>13</sup> O Pew Reserch Center é uma organização localizada nos Estados Unidos que produz estudos e fornece informações, dados, factos e tendências que moldam o mundo.

Para Roso, Strey, Guareschi e Bueno (2002), muitas das representações sociais em relação a um grupo minoritário não são apenas um dado adquirido derivado de meras evidências físicas ou mesmo culturais, advêm também de relações ocorridas num contexto histórico, político e social. Nas palavras destes investigadores,

a construção das representações sociais sobre as minorias e o estabelecimento das relações sociais e culturais entre minorias e majorias não são consequência natural destes traços culturais ou físicos, mas, sim, uma construção social que é circunscrita por forças de relações político-económicas. O significado do termo minoria varia de acordo com a cultura e o momento histórico.

(Roso, Strey, Guareschi, Bueno 2002:77)

Para Araújo (2003), de um modo geral os refugiados não têm encontrado por parte das sociedades acolhedoras um ambiente recetivo e tolerante à sua presença. Mal recebidos em maior ou menor grau por parte dos membros da sociedade acolhedora, representam para eles uma ameaça à estabilidade económica e social, uma ameaça à manutenção dos seus postos de trabalho, fazendo esquecer que apenas são vítimas, o sentimento de tolerância e humanismo dá assim lugar muitas vezes a alguns sentimentos xenófobos (Araújo, 2003).

Também o boletim "Migrações e Refugiados, Atitudes e Percepções dos Europeus" do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa publicado em 2016 com base em dados recolhidos em 2002/03 e 2014/15, mostram que existe uma perceção de ameaça associada aos migrantes e refugiados. A chegada de estrangeiros é geralmente uma fonte de preocupação para a generalidade dos europeus, pois creem que podem reduzir as ofertas de trabalho, assim como colocar uma maior pressão sobre o sistema de apoios e benefícios sociais. Existe também uma crença geral que estes contribuem para a insegurança e aumento da criminalidade, além de colocarem em risco a identidade cultural ou os valores nacionais (Ramos, Louceiro, Graça, 2016).

## **2.2 O encontro com o Outro, estereótipos e etnocentrismo**

Os mapas conceptuais ou estruturas mentais das representações sociais influenciam a forma como o indivíduo age com o mundo e com o Outro, cumprindo deste modo a sua função social. A familiaridade do indivíduo com o Outro então desconhecido irá gerar uma

representação acerca dele. Este processo vai permitir uma análise sobre as imagens que os portugueses têm dos imigrantes e refugiados, analisando como eles são pensados coletivamente.

Para Natália Ramos (2014), por norma, a alteridade, o Outro, o estrangeiro são interpretados como alguém que desestabiliza e desintegra a cultura dominante, daí que de modo geral, as sociedades definem as suas "fronteiras" e referências culturais excluindo e marginalizando o Outro. Isto porque existe a tendência a avaliar a cultura do Outro tendo por referência a própria cultura. O indivíduo pressupõe que o seu grupo possui hábitos culturais e características próprias indiscutivelmente superiores aos dos outros. Estas posições etnocêntricas geralmente assentam em estereótipos, categorizações rígidas, exageradas e difíceis de eliminar, tornando-se numa perceção cultural que origina comportamentos discriminatórios, fomentando preconceitos negativos sobre determinados grupos (Silva, 2007).

Quando dois grupos culturalmente distintos se encontram existe uma tendência a se influenciarem mutuamente, ao nível das instâncias sociais, institucionais e políticas. Bochner (1982, apud Neto, 2002), nas suas pesquisas desenvolveu um conjunto de princípios que refletem uma generalidade de reações psicológicas dos indivíduos na ocorrência de um contato intercultural. Dos vários resultados obtidos anteriormente, este autor agrupou-os em quatro categorias, tais como, genocídio, assimilação, segregação e integração. O primeiro foi bem visível em vários momentos da história, como o holocausto nazi onde um grupo eliminou outro no contato intercultural. A assimilação verificou-se após a Segunda Guerra Mundial, onde vários países implementaram uma política de assimilação em que os grupos minoritários teriam de se submeter à cultura dominante, tentando criar uma homogeneidade cultural por parte dos valores culturais provenientes do ocidente. A segregação refere-se a uma política de contato intercultural, exclusiva ou separada onde as sociedades e os grupos se desenvolvem separadamente, tendo como exemplo, o que se verificou com o apartheid na África do Sul. Por último, a que mais se descreve como a preferencial para um contato intercultural é a integração, onde os diversos grupos mantêm a sua identidade cultural, mas ao mesmo aderem ao outro grupo dominante em aspetos que reconheçam importantes (Neto, 2002).

Segundo Byrne (1971), no contato intercultural, quanto maior for a semelhança, maior será a atração. As várias pesquisas demonstraram que a presença de um outro sistema de valores diferentes do endogrupo retira ao mesmo, o sentido de carácter supostamente universal, único e natural, pondo em causa a sua estabilidade (Byrne, 1971 apud Vala, 2003:55).

Também diversos acontecimentos sem ligação direta a determinados grupos minoritários podem alterar as atitudes no encontro intercultural com o Outro. Por exemplo, os vários atentados ocorridos [Nova Iorque (2001), Boston (2013), Paris (2015), outros], têm contribuído para o ampliar de hostilidades e o aumentar de argumentos contra alguns grupos minoritários. De acordo com Bizawu (2016), o medo de atentados terroristas e o fluxo em massa por parte de requerentes de asilo está a fazer aumentar o ceticismo em muitos governos do mundo ocidental, no que respeita à proteção dos direitos humanos. Tem sido notório, a série de medidas que alguns governos europeus têm feito de forma a conter a chegada de indivíduos aos seus territórios (Bizawu, 2016).

No caso particular de Portugal, embora o discurso dominante o caracterize como um país aberto, tolerante e de anti-discriminação, alguns estudos ainda continuam a demonstrar a vários níveis, inúmeras crenças e atitudes preconceituosas para com os grupos minoritários (Vala, 2003).



### **CAPITULO III**

## **As Novas Tecnologias de Comunicação/Informação e Redes Sociais, associadas às Representações Sociais**



### 3. Conceito e emergência dos *media*

A informação sempre teve uma grande importância nas sociedades, é a única forma de transmissão de conhecimentos e experiências. Ela reduz as incertezas e ao mesmo tempo altera o sistema. Toda a partilha de informação necessita de um suporte de comunicação. Não pode existir informação sem que exista um meio de comunicação. A informação é sempre codificada, cujo código deve ser dominado pelo recetor, toda a informação irá gerar um impacto nos seus recetores (Sousa, 2002).

Segundo Guazina (2007:51), a palavra *media*, [ou *mídia*] teve origem em pesquisas americanas sobre comportamentos eleitorais, propaganda e opinião pública nos períodos pré e pós-guerra nas décadas de 20 e 40 do século passado. Apesar da variação de léxico entre “*media*” ou “*mídia*”, poderemos considerar que ambos representam de modo genérico, os meios de comunicação em massa, que com um conjunto de técnicas procuram difundir mensagens de forma variada de informação, conhecimento, imagens, arte e outros conjuntos de elementos de índole cultural.

Se tivermos em conta o longo período da existência do ser humano, os *media* são meios de comunicação mediatizados relativamente recentes. A emergência da imprensa deu-se nos finais do séc. XVIII, início do séc. XIX. A rádio iniciou as suas emissões já em pleno séc. XX, atingindo o seu momento mais destacado na década de 30. Já a televisão apareceu pela década de 20 e 30 acabando por se massificar depois da II Guerra Mundial, com grande presença nas sociedades atuais. Na década de 90 apareceu por fim a internet, que permitiu o aparecimento e suporte de múltiplas plataformas que ganham cada vez mais terreno em relação aos outros meios tradicionais (Lopes, 2012). Seria muito difícil imaginar hoje o mundo ocidental sem estes meios, pois cada vez mais as sociedades dependem da circulação de informações ou mensagens por estes meios.

Portanto, foi já em finais do século XX que os fluxos de informação se tornaram mais presentes na vida das pessoas. Desta forma, grande parte dos indivíduos passaram a estar quase permanentemente ligados ao mundo por intermédio da difusão multivariada dos *media*. Principalmente por imagens reproduzidos nos diversos ecrãs, como pela televisão,

computadores, telemóveis. Estas novas formas de comunicação penetraram na esfera pública e vida privada dos indivíduos, alterando a forma como estes se relacionam com os outros, a sua consciência e o seu quotidiano (Subtil, 2006).

Assim, genericamente podemos considerar que um *media* ou mídia é um meio que suporta comunicação. Os meios de comunicação social ou *mass media* são aqueles que difundem informação para uma grande audiência com perfil muito variado e heterogéneo. Também, por vezes os meios de comunicação são apropriados por indivíduos ou pequenos grupos, dando lugar a uma desmassificação de produção e consumo de produtos mediatizados. Dá-se então um processo de segmentação dos meios de comunicação, levando a uma personalização destes meios, alterando o seu padrão tradicional. Dentro dos *media* em geral, temos a televisão, a internet, rádio, cinema, redes sociais digitais, imprensa nos mais variados moldes e muitas outras formas onde se difunde informação e conhecimento. Existem dentro dos *media* meios unidirecionais como a televisão, a rádio, e meios bidirecionais como o caso do telefone, televisão interativa e internet. Contudo, estas fronteiras estão gradualmente a esbater-se com a chegada de novas formas de comunicar. Cada vez mais se fala em multimédia, cujo principal meio interativo é a internet. Graças a esta evolução tecnológica, a rádio e outras plataformas podem passar a usar imagens e outras formas simbólicas em parte semelhantes à televisão, dando-lhe uma característica multimediática. Caminha-se cada vez mais para uma convergência mediática (Sousa, 2002).

Para Maria Cruz, (2011), professora e investigadora de ciências da comunicação da Universidade Nova de Lisboa, "a espécie humana se caracteriza de modo essencial, pelo desenvolvimento de capacidades simbólicas, imaginárias e comunicacionais" (Cruz, 2011:26). Os meios de divulgação foram acompanhando os meios tecnológicos e as inovações humanas, tal como as técnicas de impressão e de ilustração, fazendo passar as suas mensagens e ideias cada vez mais para um número maior de pessoas, chegando mais longe e mais rápido.

### 3.1 Os novos *media* e as redes sociais

Depois da Segunda Guerra Mundial e principalmente depois da década de 70 do século passado, as novas tecnologias de informação e comunicação ofereceram uma nova dimensão e relação entre os diversos espaços do mundo, que se denominou por "aldeia global". Novas estruturas de comunicação e inovações tecnológicas permitiram que se atualizem e façam circular informações ou conhecimento por todo o mundo, quase em tempo real (Rolnik, 2013).

Castells (2005) defende que o mundo se encontra num processo de transformação associado a um novo paradigma tecnológico assente nas novas tecnologias de informação, embora distribuído de forma desigual no mundo. Este sociólogo também referiu que a sociedade "pós-industrial" passou-se a denominar nos diversos discursos de "sociedade da informação", onde as novas tecnologias permitem com maior economia e rapidez, novos processos industriais e uma nova relação com a economia e sociedades (Castells 2005).

Desde meados da década de 1990 que a internet começou a despertar a atenção pública. Desde aí, as vendas de computadores aumentaram tal como o número de pessoas que se ligaram à rede. Os computadores e a internet que antes eram recursos quase limitados às elites passaram a ser amplamente utilizados, merecendo também uma atenção cada vez maior do investimento público. Hoje, a partir de um simples *smarphone*, as pessoas conectam-se à rede permitindo-lhes criar novos espaços de interação, gerando também novas oportunidades de negócio, entretenimento, emprego, contato social e participação política.

Castells (2007) disse que as redes são formas bastante antigas da atividade humana, no entanto, nas últimas décadas ganharam uma nova vida ao se transformarem em redes de informação graças à tecnologia digital como a internet. Os sistemas tecnológicos derivam de produções sociais, sendo estas determinadas pela própria cultura. A cultura dos criadores da internet é que deu forma a este novo meio de informação. Este sociólogo sustenta que a cultura é uma construção coletiva, que fala mais alto que as simples preferências individuais, influenciando o comportamento e atividades humanas que pertencem a essa cultura, como é o caso dos utilizadores da internet.

O desenvolvimento cada vez maior do mundo digital trará mecanismos mais eficientes ao mundo físico. À medida que cada vez existem mais conexões às novas redes de informação, mais utilizadores se ligarão a ela, maiores serão os ganhos de produtividade, abrindo as oportunidades aos indivíduos e talentos de todo o mundo (Schmidt & Cohen, s.d).

O mundo digital fez aumentar o fluxo de informações, criou um mundo desterritorializado sem barreiras de tempo e espaço, virado para a aprendizagem com múltiplas possibilidades de comunicação. Com isto, colocam-se grandes desafios às novas sociedades. Exigem-se novas competências para interagir neste novo mundo, que os indivíduos sejam criativos, flexíveis e que encontrem soluções inovadoras para os problemas de hoje e de amanhã (Lisbôa & Coutinho, 2011). A nova sociedade de informação caracteriza-se pelo seu processo de mudança constante, mais flexível, descentralizada e multifuncional. Esta nova era digital e de informação em rede vem afetar diretamente a organização das sociedades no plano económico, político e social (Takahashi, apud Lisbôa & Coutinho, 2011).

Também estas novas formas de comunicação têm contribuído para a reconfiguração dos espaços e criação de novas estruturas na sociedade. A comunicação mediada foi transformando o meio e a forma como as pessoas se relacionam. Como (Levy 1998 apud Lisbôa & Coutinho, 2011) refere, o ciberespaço representa assim um novo espaço de comunicação onde todos podem contribuir para o seu crescimento através da divulgação de conhecimento, saber e informação (Lisbôa & Coutinho, 2011). Passou também a existir uma profunda alteração na forma como olhamos para o espaço, tendo os internautas de imaginar e conceituar um lugar, um espaço na vida real, estabelecendo-se aqui uma interdependência entre os dois espaços (Ribeiro, 2007).

Desta forma, como se constata, a afirmação da internet como novo meio de comunicação fez surgir novas formas de interação social, como as comunidades virtuais que com base na comunicação *on-line* implementaram novas formas de socialização até aqui limitadas territorialmente. Alguns investigadores defendem que a expansão das redes podem conduzir a um isolamento social, porque o indivíduo pode refugiar-se numa comunicação em anonimato, socialização aleatória ou simulada, abandonando uma interação física. Na opinião de Castells (2007), estas conclusões padecem de algumas limitações, devendo-se

referir apenas a estudos empíricos dos primeiros utilizadores de internet, podendo estar descontextualizados com os tempos atuais. Por outro lado e segundo alguns autores como (Di Maggio, 2001, apud Castells, 2007), com base numa série de inquéritos, concluíram que a internet tem um efeito positivo na interação social, além de que até pode aumentar o grau de exposição a outras fontes de conhecimento e sociabilidade.

As relações sociais não são um simples somatório e único das estruturas, tal como também, a sociedade não corresponde a uma simples soma de indivíduos. As estruturas derivam não apenas de uma realidade diretamente visível, mas sim, de modelos construídos em conformidade com esta. Para Strauss (1996), “as relações sociais são a matéria-prima empregada para a construção dos modelos que tornam manifesta a própria estrutura social. Em nenhum caso esta poderia ser reduzida ao conjunto das relações sociais, observáveis em uma sociedade” (Lévi Strauss 1996:315,316, apud Marzochi, 2015). Deste modo, os indivíduos não comunicam unicamente por unidades de informação quantificáveis e transmissíveis, mas sim, através de estados de espírito constituídos por representações, ou seja, a interação dos indivíduos na internet e outros meios tecnológicos em rede é sustentado pelo seu raciocínio, memória, representações. Através do ciberespaço o indivíduo procura consolidar as relações fragilizadas e anomias da vida social, tentando estabelecer novas ligações ou novas relações (Marzochi, 2015).

Os novos cenários virtuais além de contribuírem para o crescimento de produção de conhecimento e manifestação de práticas culturais, suportam também o aparecimento de comunidades virtuais, uma agregação de relacionamentos sociais que representam um conjunto de interesses partilhados (Lisbôa & Coutinho, 2011). Através das comunidades virtuais, pode verificar-se a difusão de um conjunto de pontos de vista sobre determinadas realidades, indivíduos, expressão de sentimentos e crenças. Podem até encorajar a que a sociedade tome determinadas opções, ou a agir de determinada forma em relação a determinadas realidades ou indivíduos. Como refere Smith (1999),

as comunidades virtuais são comunidades simbólicas, ou seja, cujos membros “estão conectados primariamente pelas trocas simbólicas (no caso, eletrônicas), mais do que pela interação face a face.

(Smith, 1999 apud Recuero, 2008:137)

A chegada da internet e dos novos ambientes virtuais possibilitaram também condições a uma maior produção e diversidade de discursos, fornecendo novos ambientes sociais, tornando possível novas formas de representação e de contato com novas experiências, histórias, ou com novas formas de perceber o mundo (Lima, 2009). Na rede ou nos ambientes virtuais dos *media*, os indivíduos na sua interação emitem determinadas impressões, constroem imagens e estratégias de representação onde articulam significados de forma a passar intenções, crenças e opiniões, constituindo-se como um fenómeno de representação da vida coletiva (Lima, 2009). Uma informação colocada num sítio da internet ou numa página de uma rede social fica disponível logo de imediato em qualquer parte do mundo, reduzindo as barreiras do tempo e mesmo do espaço.

Para Recuero (2008:90), o "aparecimento de redes sociais na internet pode ser considerado um comportamento emergente e auto-organizado". Podendo a ideia da existência de uma "aldeia global" ser considerada como o advento da desterritorialização dos laços sociais. Castells (2007) disse que para alguns autores como Wellman (1997) e Mark Smith (1999), os laços sociais estão em processo de ampliação através do desenvolvimento dos meios de comunicação, não se limitando a pequenos grupos, sendo mais fluidos, menos fortes, mas mais amplos, o ciberespaço está a mudar o meio físico-social do ser humano. Atualmente, facilmente se constata que a internet está a ser um instrumento essencial na comunicação e organização por parte de agentes políticos, movimentos sociais, grupos de interesse que cada vez mais a utilizam para informar ou dominar, recrutar e organizar, tornando o ciberespaço cada vez mais num terreno disputado (Castells, 2007).

Assim, alguns *media*, nomeadamente aqueles que permitem uma interação bidirecional como a internet e redes sociais têm sido apropriados por movimentos sociais favorecendo estes, o aparecimento de novas formas de ativismo digital. Os movimentos sociais tendem a apropriar-se dos *media* de forma a mobilizarem-se, ao mesmo tempo tentam influenciar a opinião pública e as suas representações acerca de determinada realidade, tendo como objetivo pressionar o poder político a agir em determinado sentido (Pereira, 2011). Para Recuero (2008), os sistemas e as redes sociais estão em constante mudança, não sendo esta necessariamente negativa, mas que implica um novo aparecimento de padrões estruturais, levando as pessoas a adaptarem-se à nova tecnologia e utilizar a rede para criar novos

padrões de interação, sociabilidade e organizações sociais. Estas novas formas de interação e organização social são suportadas pela existência da circularidade de informações, fazendo com que os processos sociais, coletivos e da estrutura social se mantenham.

Desta forma, a internet e o ciberespaço vão ganhando um papel importante e instrumental na expressão de protestos sociais, políticos e na consolidação das dinâmicas dos movimentos sociais. Os novos movimentos sociais do séc. XXI passaram a direcionar para a rede, as suas ações coletivas com objetivos de transformar valores e crenças das instituições sociais. Movimentos ambientalistas, feministas, a favor de direitos humanos, nacionalistas, a favor de determinados grupos étnicos, contra ou a favor da imigração, têm privilegiado esta ferramenta para abrir novas vias à mudança social. Isto na opinião de Castells (2007) deve-se aos seguintes factores: os movimentos sociais na era da informação movem-se essencialmente tendo em vista os seus valores culturais. Outra característica apontada é o facto de a sociedade em rede conseguir preencher o vazio deixado por organizações e grupos organizados de forma estritamente vertical, herdados da época industrial. O terceiro fator apontado por Castells, relaciona-se com o facto de os movimentos sociais atualmente serem mais específicos e definidos. Como o poder vai circulando cada vez mais pelas redes, ignorando por vezes os próprios estados-nação, os movimentos sociais são confrontados com a necessidade de fazer frente a esses poderes, usando por sua vez a rede para comunicar e produzir as suas ações simbólicas (Castells, 2007:172).

Vários acontecimentos ocorridos nos últimos anos, tais como a chamada “Primavera Árabe” decorrida em finais de 2010, inícios de 2011 no Médio Oriente e no Norte de África, não teriam o impacto que tiveram, ou mesmo seriam possíveis, se não tivessem como suporte os *media* e redes sociais. Segundo Borges (2012), vários serviços digitais como o Facebook e Twitter ajudaram a fortalecer as manifestações populares espalhando-se por vastas regiões. Após a emergência destas revoltas, na Tunísia, num período de poucos meses, verificou-se uma adesão em massa a estas redes, coincidindo com a saída dos tunisinos às ruas a exigir a queda do regime.

Para Castles (2011), as insurreições protagonizadas nesse ano no mundo árabe constituíram-se como das mais importantes transformações que as novas tecnologias de informação, mais

propriamente a da internet, introduziram e facilitaram na vida dos indivíduos, sendo um marco na história social e política da humanidade. Este sociólogo reconhece que a internet pode por si só ser a condição suficiente para a revolta, pois a raízes desta encontram-se na exploração e opressão, no entanto, estes movimentos de revolta apenas foram possíveis graças à densidade e mobilização proporcionada pela internet e tecnologias de informação. A cultura digital ou cibercultura tem ganho cada vez mais terreno na investigação das condutas dos indivíduos (Castells, 2011, apud Mazzotti & Campos, 2013).

A rede social do Facebook tornou-se num espaço fértil para os investigadores das ciências sociais e comunicação pois é um local de grande interação, é uma rede dedicada a manter e formar relações, assim como, a trocar impressões entre utilizadores. Esta plataforma permite uma interação entre utilizadores independentemente de serem amigos, podendo também fazê-lo de uma forma mais privada através de um *chat*. Os utilizadores podem também criar, partilhar documentos, imagens ou frases com o seu grupo ou contactos. Aproveitando as ideias de Castells (2011), verificamos que estas redes apontam para novas formas de comunidade e associação de indivíduos, para o estabelecimento de novos laços. Estas redes sociais são estruturas compostas por pessoas que de forma virtual partilham valores e objetivos, trocam e produzem saberes, crenças de forma coletiva conectados em função de traços identitários, tal como acontece nas reproduções de representações sociais (Mazzotti & Campos, 2013). Uma das características dos grupos e redes sociais em ambiente virtual é a capacidade de agregar ou desagregar pessoas ao grupo. Recuero (2008) sustenta que esta dinâmica se pode designar como clusterização, onde existe um conjunto de indivíduos que estabelecem mais conexões que a maioria do grupo, sendo bastante importantes na estrutura, pois são os grandes responsáveis pela difusão de informações em determinado grupo.

Uma das características mais interessantes das redes sociais e internet é o cariz coletivo, o facto de ser um espaço alimentado por todos os que a utilizam. Lévy (1998) define como consciência coletiva o conhecimento criado nas redes sociais, um conhecimento composto pelos vários conhecimentos existentes em uma comunidade (Macedo, 2013). Desta forma, as redes sociais podem funcionar como uma alternativa à cultura mercantil dominante na sociedade, seja ao nível económico, político ou social, confrontando de igual modo a hegemonia e os poderes da estrutura social (idem). Como se pode constatar, muitos temas e

assuntos que circulam pelas redes sociais, passam a tornar-se virais vindo mais tarde a ocupar as agendas mediáticas dos grandes meios de comunicação social. Também segundo a Filipa Silva (s.d), psicóloga e terapeuta, numa entrevista à revista “Prevenir” considerou que a falta de tempo motiva a forte permanência dos portugueses nas redes sociais. A falta de tempo disponível, a escassez de recursos económicos aliado às pessoas estarem mais exigentes e intolerantes, leva a que muitas vezes se virem para as redes sociais, onde tudo é mais imediato, cómodo e produtor de uma sensação mais instantânea. Nas palavras da mesma investigadora, no ambiente virtual os indivíduos podem projetar ou fazer passar apenas o positivo, levando a que sejam reconhecidos no imediato por isso. Quanto menos agradável for a realidade, maior necessidade têm os indivíduos de a transformar, daí que recorram à realidade virtual, às redes sociais onde tudo se torna mais fácil, com gostos rápidos e onde existe sempre alguém disposto a iniciar uma comunicação (Silva, s.d).

Por outro lado, assistimos hoje a uma convergência mediática que nas palavras de Sofia Macedo (2013) veio abrir portas a uma nova forma de cultura onde quase tudo é permitido, onde se manipula informações e imagens, onde se caricaturam determinadas realidades. Dentro de um único espaço dá-se visibilidade a determinado conteúdo sob a apresentação de diferentes formatos, quando antes teria de circular em diferentes meios.

As redes sociais abriram também novas oportunidades aos meios de comunicação social, basta verificar a quantidade de seguidores que têm os principais *media* portugueses nas redes sociais, como o Facebook ou o Twitter, para perceber a importância que estas têm no ecossistema da comunicação social. Atualmente um dos maiores desafios é saber aproveitar e disputar estes novos espaços sem perder a sua identidade, tentando aumentando a sua visibilidade ou audiência, apresentando novos serviços onde tentam potenciar a sua própria marca (Obercom, 2016). De acordo com o Observatório da Comunicação (Obercom, 2016), através dos questionários feitos aos públicos e consumos de *media*, estudo promovido pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social, revelou que mais de 70% leem as notícias da imprensa através da rede social do Facebook (Obercom, 2016). De acordo com a mesma fonte, um número significativo de inquiridos (70,6%) utilizam a rede social do Facebook como principal canal de acesso às notícias. Este facto vem reforçar a importância que as redes sociais têm na mudança do paradigma tradicional de difusão de conteúdos noticiosos, abrindo novas oportunidades ao tratamento de notícias por parte dos diversos órgãos de

comunicação (ibidem). Também os principais *media* portugueses estão presentes nas redes sociais, principalmente no Facebook, partilhando permanentemente os seus conteúdos.

### **3.2 Os *media* e redes sociais como meios de difusão das representações sociais.**

Como vimos anteriormente, através dos *media* e redes sociais são-nos diariamente projetadas múltiplas informações, seja através de imagens, som e escrita que de uma ou outra forma tentam criar, mudar e formatar as nossas opiniões ou atitudes, influenciando também as nossas relações sociais (Alexandre, 2001:113).

Os *media* são deste modo canais de difusão e expansão de representações sociais de uma sociedade, pois a propagação alargada de algumas representações sociais deve-se em grande parte aos meios de comunicação social. Uma representação só ganha um carácter de "verdade e de realidade quando é partilhada" (Cabecinhas, 2004:132). Pelo que as imagens veiculadas dão por si só, uma ideia de consenso, de real. A chegada e o reforço dos meios audiovisuais ajudaram a potenciar e alargar o universo de imagens e símbolos, conferindo-lhe materialidade, tornando-as realidade (Cabecinhas, 2004). Também, segundo Doise (1993, apud Shmizu, 2004), estes são eficazes na difusão e no transformar de ideias, factos, crenças, imagens e opiniões, tornando-se em elementos importantes na orientação de condutas.

Moscovici (1961) debruçou-se sobre o modo como a comunicação social intervém nas diversas dimensões das representações sociais. Deste modo, distinguiu cerca de três sistemas dependentes do momento histórico e dos grupos sociais que a recebem. A primeira é a difusão, que se define pelo sistema de comunicação em massa que se dirige a vários grupos sociais sem uma intenção objetiva de convencer, mas sim o de chegar o mais longe possível. Já a propagação visa um determinado grupo em particular com objetivos específicos de regular e integrar determinada informação no raciocínio dos indivíduos. Por último, a propaganda, sistema bem antigo cuja finalidade é de convencer e afirmar a identidade do

grupo. Fortemente reguladora, constrói e combate as representações mediante os objetivos da sua origem, incita os recetores a determinados comportamentos (Neto, 1998:446).

Moscovici (1961, apud Neto, 1998:447) estudou também como a comunicação social ou os *media* podem afetar determinados aspetos cognitivos dos indivíduos. Para que isso aconteça, apresentou três condições essenciais. A primeira designou por dispersão da informação sobre o objeto da representação. Esta defende que os sujeitos não têm acesso a toda a informação acerca do objeto, atendendo a um conjunto de barreiras culturais e sociais adjacentes, acabando por ser influenciados por informações indiretas de forma numerosa e distorcida. A segunda condição está relacionada com a posição de cada grupo social, pois esta determina os interesses particulares respeitantes a certos aspetos do objeto, resultando em desinteresse relativo a outros aspetos, limitando a visão global desse objeto. Por último, a necessidade que os indivíduos têm de dar discursos coerentes sobre determinado objeto, principalmente quando ajuda a preencher incertezas no conhecimento acerca do objeto. Deste modo, a informação derivada da comunicação vai ajudá-lo a preencher o conhecimento acerca do objeto, não deixando de se constituir como uma pressão a aderir às opiniões dominantes do grupo (Neto, 1998:447).

Através dos novos *media* é possível a cada utilizador ou *cibernauta* partilhar senso comum construído socialmente, contribuindo por sua vez para novas perspetivas e mudanças no comportamento dos indivíduos. Este senso comum vai ter influência no modo como os indivíduos interpretam e incorporam determinada realidade. Da mesma forma, pode determinar em parte a orientação das suas ações em relação ao mundo, daí que as representações sociais encontrem nos novos *media* um instrumento privilegiado na sua difusão. Os novos *media* tornaram-se assim um espaço privilegiado na análise das representações sociais, pois são mediadores de realidades construídas a partir das representações dos indivíduos. Os *media* são também um instrumento de transmissão de informação, de onde a realidade pode ser produzida, mantida e reparada (Carey 1973, apud Porto, 2008:212). Patrick Champanhe (1993), entende que os *media* não só apresentam como também representam a realidade. Compreender os *media*, é compreender as tendências, representações e expressões culturais da sociedade, sendo cada vez mais um meio importante de análise (Porto, 2008).

Assim, a internet e as redes sociais podem funcionar como uma plataforma construtiva das esferas públicas, ou seja, como um espaço de disputa, debate, definição de determinados significados sociais, podendo também ser um instrumento de reforço da legitimidade democrática, ou então, desfavorável à democracia. Muitos indivíduos desiludidos com o regime democrático e com os políticos não acreditam na participação eleitoral como um mecanismo reformador e de mudança, procurando então através destes espaços virtuais outras formas de manifestar os seus interesses, posições e insatisfação acerca de determinados assuntos (Pereira, 2011).

A internet abre condições a um processo de reflexão e interação, pois permite que as interações se façam em multi-fluxos, seja de um para um, ou de um para muitos, no qual as informações podem veicular entre os níveis locais, nacionais ou mesmo globais. As redes sociais e a internet possibilitam aos grupos sociais o trazer para a discussão ou esfera pública questões que até ao presente estavam silenciadas. As redes sociais pela sua estrutura com os seus canais informativos e rede de contactos permitem que estas questões sejam tematizadas e articuladas, oferecendo a possibilidade da inclusão e produção de informações sobre temas que até aqui se encontravam quase inexistentes (Pereira, 2011).

Verificamos que com o advento da internet e das redes sociais os grupos a favor de causas, ideais, políticas, problemas sociais proliferam. Cada um partilha determinados valores e interesses em comum, alimentados ou suportados por uma sensação de empatia ou compreensão que aos poucos vai conquistando novos elementos.

Todavia, para Vinícius (2015) o uso intensivo da internet contribui para algum radicalismo e intolerância. Na rede têm surgido polémicas e debates acesos entre os participantes com opiniões divergentes, "há uma relação direta entre esse tipo de comportamento e a racionalidade dos algoritmos, responsáveis pela distribuição e organização de dados nas redes sociais. O problema é que quase ninguém tem consciência disso" (Vinícius, 2015). O mesmo autor entende que a arquitetura do funcionamento da própria internet está associada a outros fatores como os culturais, políticos e sociais. O fluxo de informações nas redes sociais é interrupto e contínuo, recebemos permanentemente informações muitas vezes filtradas por algoritmos informáticos, colocando-nos perante um volume repetido sobre o

mesmo assunto. Esse volume gera por vezes uma geração de urgência em relação a determinadas questões, incidindo no comportamento e mobilização de pessoas em relação a alguns assuntos ou causas, levando-as também a um comportamento aceso de polémica. Esse sentimento coletivo de urgência elimina em parte o tempo de reflexão, gerando um consenso generalizado e tendencioso em relação a determinadas matérias (Vinícius, 2015).

### 3.3 Os refugiados nos *media*

De acordo com Silvestre (2011), os *media* exercem grande influência na tematização de assuntos para a atenção pública, assim como ajudam na difusão de conhecimentos estruturando e construindo uma imagem sobre determinada realidade. Deste modo, os *media* podem contribuir para uma percepção coletiva ou para a construção de um “imaginário social” acerca do refugiado e da sua própria definição (Silvestre, 2011:56,57).

Enquanto intervenientes no processo de representações, os *media* têm, assim, a capacidade de condicionar a percepção sobre o “Outro”. A questão da comunicação mediática e do modo como esta se refere a grupos sociais minoritários é, pois, de grande importância, daí se afirmar, no relatório de 2005 da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais (CMMI), que “o processo de integração deve fundamentar-se num discurso público, político e mediático objectivo sobre as migrações internacionais.

(Silvestre, 2011:56)

Uma pesquisa levada a cabo por Cunha & Santos (2006) sobre alguns estudos sobre os *media*, integração e minorias étnicas, revelou a existência de algumas construções discursivas acerca do Outro, atribuindo-lhe um conjunto de aspetos discriminatórios sustentados por um conjunto de categorias socialmente construídas. Por norma, são factos baseados em fontes primárias de ordem institucional, deixando para segundo plano as fontes não institucionais onde se integram cidadãos comuns. Esta prática tende a difundir a visão dos grupos dominantes e um conjunto de estereótipos criados grande parte com base em acontecimentos fora do “consenso social”, projetados por notícias e histórias esquisitas, dramáticas ou mesmo até violentas. De igual modo, também se concluiu que o tratamento feito aos acontecimentos segue o registo dado a outros grupos sociais mais fragilizados, numa perspetiva em que as forças do mercado são quem dita um conjunto de práticas, priorizando as que podem ter um maior retorno de audiências. Da mesma forma, existe a tendência aos acontecimentos em que envolvem grupos étnicos minoritários, dramatizando

as suas ações, a serem tratadas como desviantes ou fora do padrão, de acordo com os anseios e expectativas dos grupos sociais dominantes (Cunha & Silva, 2006).

No que respeita aos refugiados, alguns discursos presentes nos *media* usam de forma indiferenciada e na maioria das vezes errada os termos “requerentes de asilo” e “imigrantes económicos”. Outras vezes utiliza-se na mesma situação e de modo descontextualizado o termo de "requerente de asilo" e "imigrante ilegal", ancorando estes a uma situação de ilegalidade que vai gerar ao recetor um clima de desconfiança e medo, potenciando alguns posicionamentos xenófobos e hostis em relação aos grupos minoritários (Silvestre, 2011). Em vários contextos é comum aparecerem mais imagens de figuras oficiais de governos que de requerentes de asilo e refugiados, regalando-os sempre para segundo plano. Do mesmo modo, são raras as vezes em que os refugiados são retratados de forma identificável, aparecendo apenas em grupos numerosos anónimos, em imagens de multidões em movimento muitas vezes com os rostos encobertos fora de um contexto doméstico e familiar. Dando a sensação que estes indivíduos não querem ser identificados, remetendo-o para uma noção de criminalidade ou ilegalidade, ao invés, de se evidenciar a situação de vulnerabilidade em que se encontram. Também, as questões ligadas aos direitos humanos são muitas vezes negligenciadas, a situação vulnerável dos indivíduos é também secundarizada. Raramente são objeto de exploração "as experiências dos refugiados na sociedade de acolhimento e o seu possível contributo nesta, bem como, as causas pelas quais os requerentes de asilo procuram proteção internacional" (Silvestre, 2011:59). No entanto, imagens respeitantes às condições existentes no país de origem dos requerentes de asilo e refugiados podem em parte motivar uma certa preocupação mais humanista, pese embora, este olhar dependa sempre das relações históricas e político-económicas entre os recetores das imagens e os indivíduos requerentes de asilo. Muitas práticas de intervenção humanista gravitam em torno da própria história da humanidade, do colonialismo entre muitos outros (Silvestre, 2011).

Nos últimos anos, estas questões têm tido uma maior atenção por parte de vários estudos, alguns sustentados por diretivas internacionais e comunitárias de forma a analisar as notícias, promover o rigor e a informação de forma responsável quando se fala em migrações ou diferenças étnicas. Vários fatores mundiais têm potenciado os fluxos migratórios, alguns

com direção à Europa. Assim, aos *media* acresce a responsabilidade de serem um instrumento aliado à construção de uma Europa multicultural e amiga da diferença, ao invés de estimular sentimentos discriminatórios, ou ser um instrumento difusor de construções estereotipadas. Assim, é também necessário uma contínua formação e especialização dos profissionais em áreas relacionadas com as migrações, cidadania e discriminação. Sendo também importante pensar na criação de conteúdos produzidos por grupos ou empresas independentes constituídos por cidadãos, com proveniência em diversas origens étnicas de forma a fornecerem conteúdos complementares aos apresentados ou fornecidos em exclusivo pelos grandes *media* (Cunha & Silva, 2006).

Segundo o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (2005) existem de facto no âmbito da prática jornalística um conjunto de representações negativas quer em relação às minorias étnicas, quer em relação ao Outro.

As conclusões dos estudos promovidos pelo Observatório da Imigração do então designado Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), remetem, contudo, para a existência de um conjunto de representações negativas do Outro, embora se trate de uma temática sobre a qual a prática jornalística deva ser socialmente responsável

(Silvestre, 2011:64).

Salienta-se também o facto de constantemente se relacionar ainda de forma genérica, acontecimentos criminais a imigrantes e minorias étnicas, sendo muitas vezes esta associação feita de forma descontextualizada e com pouco rigor, esquecendo-se na maioria das vezes de se ter em conta os contextos sociais e políticos que muitas vezes esses fenómenos ocorrem, assim como, de uma série de variáveis e aspetos ligados à sua integração na sociedade de acolhimento (ibid).

Os jornalistas têm assim o desafio de representar o Outro sem contribuir para o incentivar de uma cultura de desigualdades baseada no estereótipo, devem fazer a prática jornalística num exercício de alteridade. Relatar um facto pode ter várias formas, é importante conhecê-las e suscitar a reflexão de públicos mais variados. É comum muitas vezes nos *media* se retratarem indivíduos socialmente mais vulneráveis de forma exploratória sem ouvir todas as partes, construindo uma oposição binária entre o "selvagem e o civilizado", estabelecendo fronteiras e excluindo tudo aquilo ao qual não se pertence. A seleção de imagens muitas

vezes obedece também a um critério que constrói um modelo ideológico e cultural às informações que acompanha (Paula, 2016).

Todavia, na opinião de Gabrielle Paula (2016), alguns casos podem apelar a uma maior sensibilidade da opinião pública em relação aos refugiados. O ano de 2015 até teve alguns momentos desses que acabaram por ser simbólicos. Como foi o caso da foto que correu o mundo do menino sírio de nome Aylan de três anos que morreu num naufrágio dando à costa na Turquia, evidenciando as condições desumanas que essas pessoas passam de forma a fugir de perseguições, guerras e pobreza. Ou então, como fez o jornal brasileiro Zero Hora, que através de uma repórter acompanhou a trajetória de uma família síria a partir da ilha grega de Kos até à Alemanha. Durante a viagem iam sendo publicadas fotos e vídeos, tentando mostrar traços culturais e costumes que são comuns praticamente em todo o mundo, comportamentos próximos do universal, mostrando que em muitos aspetos existem mais afinidades que diferenças. Este tipo de reportagens contribui para a desconstrução de estereótipos, salientando o lado mais humano das pessoas que sonham com uma vida melhor e em segurança. Os meios de comunicação têm assim o dever de ser rigorosos na difusão da informação. Os próprios jornalistas colocam-se numa posição de poder que lhes assiste a possibilidade de contribuir para o reconhecimento e compreensão da diferença, devendo muitas vezes primeiro contextualizar as origens dos próprios problemas que originaram o fluxo de refugiados. Importa que os *media* reflitam sobre as representações que praticam em relação a estes (Paula, 2016).

## **PARTE II – OPÇÕES METODOLÓGICAS**



## **CAPITULO I – Metodologia**



## 1. Delimitação do campo de pesquisa

Segundo um estudo da Bareme Imprensa Crossmedia, em 2015, cerca de 1,4 milhões de portugueses acedem a notícias e informação através das redes sociais (Marktest, 2015). Cada jornal ou meio de comunicação tem o seu público com características e localizações muito próprias. Também de acordo com dados do Netpanel da Marktest (2014), existem diferenças entre os vários títulos de informação. Assim, enquanto que no norte do país existe uma maior afinidade com o Jornal de Noticias, no sul prevalece o Correio da Manhã, já na grande Lisboa tendem a escolher o Diário de Notícias. O Jornal Público era em 2014 o sítio de informação *on-line* com mais visitas ultrapassando os 1,3 milhões de utilizadores únicos (SapoTek, 2014).

Atendendo então aos vários perfis de públicos, procurou-se escolher uma amostra diversificada, ou seja, vários *media*, com audiências distintas. Desta forma, dentro do conjunto dos *media* existentes em Portugal, optou-se pelo Jornal Público (Grupo Sonae), Correio da Manhã, (Grupo Cofina), Jornal de Noticias e Diário de Noticias (Global Media Group) e SIC-Noticias (Impresa SA). Dentro deste universo seleccionaram-se posteriormente as notícias relacionadas com o acolhimento de refugiados em Portugal.

No Correio da Manhã, Jornal de Notícias, Diário de Noticias e SIC-Notícias foi escolhida a notícia<sup>14</sup> de dia 7 de Março de 2016 cujo título é quase coincidente entre eles: “Grupo de 64 refugiados chega/ou a Lisboa”. Já no Jornal Publico esta notícia do dia 7 de Março de 2016 foi noticiada com um título ligeiramente diferente, “Chegada de 64 refugiados é uma forma de Portugal “dizer não ao fecho de fronteiras” (Publico, 2016).

Juntamente com a partilha na rede social, estes órgãos de comunicação acrescentaram mais alguma informação como podemos verificar através do seguinte quadro:

---

<sup>14</sup> Verificar as fontes das notícias no final do projeto na secção dos anexos

<b>Nome do <i>Media</i></b>	<b>Data da Notícia</b>	<b>Título da Notícia</b>	<b>Partilha na Rede Social</b>
Correio da Manhã	07-03-2017	“Grupo de 64 refugiados chega a Lisboa”	“Duas dezenas de crianças estão incluídas neste grupo”
Jornal de Notícias	07-03-2017	“Grupo de 64 refugiados chegou a Lisboa”	“Deverão chegar mais cerca de 50 refugiados na quinta-feira”
Diário de Notícias	07-03-2017	“Grupo de 64 refugiados chegou a Lisboa”	“Dos 68 refugiados previstos, chegaram 64. Só uma família não embarcou, por "razões de saúde", revelou ministro-adjunto”
Jornal Público	07-03-2017	“Chegada de 64 refugiados é uma forma de Portugal “dizer não ao fecho de fronteiras”	“Chegaram de madrugada a Lisboa num voo vindo da Grécia. Portugal acolheu nesta segunda-feira um novo grupo de mais de 64 refugiados”
SIC-Notícias	07-03-2017	"Grupo de 64 refugiados chegou hoje a Lisboa"	“Chegaram esta madrugada, vindos da Grécia”

Tabela 2 – Amostragem dos *media* e notícias em estudo.

Todas estas notícias informam sobre a chegada de um avião proveniente da Grécia com 64 refugiados, na maioria oriundos da Síria e do Iraque ao qual segundo o ministro-adjunto deverão ser colocados em várias instituições localizadas em 15 cidades portuguesas.

Foram selecionados e recolhidos nesta pesquisa cento e trinta e oito (138) comentários da rede social do Facebook distribuídas pelas diversas notícias partilhadas por estes meios de comunicação social. A seleção teve em conta um conteúdo legível sobre uma posição ou um sentido de opinião acerca do acolhimento de refugiados, assim como, o valor qualitativo e a ligação lógica de cada comentário a uma posição ou crença respeitante a estes. Também integraram no seu universo, aqueles que produziram uma dinâmica ou uma reação, desde

que tivessem como objetivo o manifestar de uma opinião ou atitude sobre o seu acolhimento. Foram detetados ainda assim um conjunto significativo de comentários sem uma posição ou opinião explícita sobre os refugiados e seu acolhimento. Muitas vezes resultante do tipo de interação muito característica destas plataformas virtuais em que facilmente se descontinua os diálogos para fora do tema das publicações, enveredando por vezes para conversas mais passionais, como o seguinte comentário, “Trocamos esses refugiados pelos presidentes e governantes portugueses dos últimos 40 anos!” (leitor SIC-Noticias). Dessa forma, esses comentários não foram tomados em consideração para este grupo de análise, assim como, aqueles que revelavam ser no essencial uma repetição de outros já existentes.

Sobre a caracterização dos comentadores, podemos ter em consideração que de acordo com dados da Facestore, em Portugal em termos de género a utilização do Facebook é quase semelhante, verificando-se que 51% dos utilizadores são homens e 49% mulheres. No que respeita às faixas etárias mais frequentes, estas situam-se entre os 25 e os 34 anos de idade (Facestore, 2016).

Tendo em consideração a informação pessoal tornada pública pelos comentadores das notícias e que integraram o universo deste estudo, verificou-se que se refletem a várias faixas etárias, situando-se na maioria entre os 25 e os 50 anos. No que respeita a profissões, pelo que consta nos seus perfis públicos, grande parte são trabalhadores por contra de outrem, através de variadas profissões, havendo um número residual de aposentados e estudantes. As habilitações académicas que alguns comentadores colocaram no seu perfil referem-se a diversos níveis quase equivalentes em número, o antigo liceu, frequência do ensino secundário, curso ou frequência universitária são os da maioria, sendo raros os casos de mestres ou doutorados. Olhando de forma mais detalhada, verificou-se uma maior existência de leitores que frequentou um nível superior académico nos que comentaram a notícia partilhada pelo Jornal Público.

## 2. Metodologia e instrumentos de análise

Como Michaelis (1998:1368) refere, o método ou metodologia é o "conjunto dos meios dispostos convenientemente para alcançar um fim e especialmente para chegar a um conhecimento científico ou comunicá-lo aos outros". A metodologia é que vai ajudar o investigador a materializar toda a atividade científica da pesquisa, pois no domínio do conhecimento científico não basta apresentar resultados e conclusões, é necessário explicar as fases e o tratamento que as informações foram sujeitas durante o percurso da pesquisa.

Para esta investigação de cariz exploratório, privilegiou-se o método qualitativo, dado que este estudo tem características mais orientadas para a descoberta, para o explorar a partir de uma perspetiva de dentro. Esta escolha permitiu analisar de uma forma holística os comentários e representações sociais dos intervenientes da rede social acerca do acolhimento dos refugiados em Portugal. Neste caso, a investigação teve também uma forte componente descritiva, porque tratando-se de um estudo de caso, existiu a necessidade de fazer uma análise mais detalhada, chegar às raízes e às construções das representações sociais dos comentadores das notícias na rede social. Como (Chizzotti, 2003:222) disse,

diferentes tradições de pesquisa invocam o título qualitativo, partilhando o pressuposto básico de que a investigação dos fenômenos humanos, sempre saturados de razão, liberdade e vontade, estão possuídos de características específicas: criam e atribuem significados às coisas e às pessoas nas interações sociais e estas podem ser descritas e analisadas, prescindindo de quantificações estatísticas.

(Chizzotti, 2003:222)

A opção pelos métodos qualitativos permitiu uma melhor interpretação das especificidades e características dos comentadores, chegando mais facilmente aos significados produzidos nos comentários. A técnica qualitativa implica a partilha de factos entre pessoas, proporcionando a extração de significados visíveis que apenas são perceptíveis com uma atenção minuciosa (Chizzotti, 2003). Na opinião de Patrícia Silva (2013), a pesquisa qualitativa tem características e especialidades que a distingue das outras metodologias de pesquisa. Quando analisamos realidades sociais, percebemos que muitas informações da vida dos indivíduos não podem ser quantificadas. Tal como Flick (2009) defendeu, um dos pontos fortes da pesquisa qualitativa é permitir estudar as relações sociais tendo em conta as pluralizações existentes na vida dos seres humanos. A vida social dos indivíduos é sujeita a

um conjunto de mudanças e elementos, como estilos e formas de vida, subculturas, vários níveis de socialização e ambientes que vão condicionando e influenciando a sua forma de ver o mundo. Para isso, na investigação científica sobre uma realidade social, há que empreender uma nova sensibilidade que compreenda as verdadeiras manifestações e que possa oferecer uma maior familiaridade com aquilo que vai ocorrendo na esfera da vida dos sujeitos (Silva, 2013).

Através da pesquisa qualitativa, podemos considerar todos os elementos relevantes das relações sociais, de todas as dimensões e envolvências da esfera social dos indivíduos, respeitando as suas perspetivas e pontos de vista (Silva, 2013). Esta pesquisa sobre as representações sociais acerca do acolhimento dos refugiados, permite-nos não só considerar os significados dos indivíduos como meros recetores, mas também, como vão compondo as suas interpretações e crenças à medida que interagem uns com os outros nas redes sociais. Como estes vão partilhando as suas experiências e as suas interpretações acerca deste fenómeno. Na pesquisa qualitativa, as realidades sociais são estudadas de uma forma holística, salientando a importância de uma compreensão mais ampla e integral dos fenómenos, ao invés de os representar de uma forma isolada. A escolha qualitativa para este estudo proporcionou um olhar mais profundo dos elementos no próprio ambiente natural, ou seja, neste caso no ambiente virtual onde os utilizadores partilharam diretamente as suas opiniões, permitindo obter perspetivas intrínsecas ao universo dos significados dos indivíduos. Interpretar o que pensam os indivíduos acerca do acolhimento dos refugiados, o que representa ser refugiado, as atitudes acerca do seu acolhimento, os valores interculturais destes e suas expectativas sobre o possível impacto na sociedade portuguesa, são variáveis que não podem ser rigorosamente quantificáveis e facilmente operacionalizáveis, pois fazem parte da perceção e subjetividade dos indivíduos.

Neste estudo optou-se também pela técnica da observação não participante, o investigador não tomou qualquer iniciativa no desenvolvimento dos comentários colocados por parte dos indivíduos, mantendo-se impercetível, apenas como mero espectador. O método utilizado foi designado por etnografia ‘digital’, com base numa recolha de dados em ambiente virtual sobre crenças, atitudes, comportamentos, significados em relação ao acolhimento de refugiados, tendo sempre em consideração o universo cultural da sociedade de acolhimento,

deste caso da portuguesa. A experiência etnográfica nas palavras de Ricardo Campos (2015) é sempre de natureza multissensorial, apelando a uma imersão onde os diferentes sentidos podem ser invocados. Algumas das principais características da etnografia é o mover do próprio investigador da sua própria cultura para o interior do fenómeno. Este método é composto por um conjunto de técnicas e procedimentos que vão desde a prática de recolha de dados, a uma certa convivência com os sujeitos que farão parte da pesquisa, embora neste caso não se verifique essa interação. A essência do método etnográfico passa pela função de explorar determinada realidade tendo em conta o seu contexto e perspetiva cultural. Nas palavras de Spradley (1978, apud Lima; Dupas; Oliveira; Kakehashi, 1996), a etnografia é a

descrição de um sistema de significados culturais de um determinado grupo, objetivando entender um outro modo de vida, mas do ponto de vista do informante. O trabalho de campo, então, inclui o estudo disciplinado do que o mundo é, como as pessoas têm aprendido a ver, ouvir, falar, pensar e agir de formas diferentes. Mais do que um estudo sobre as pessoas, etnografia significa "aprendendo com as pessoas.

(Spradley 1978, apud Lima; Dupas; Oliveira; Kakehashi, 1996)

Assim sendo, no que respeita a este trabalho pretendeu-se com a etnografia também mergulhar no mundo dos comentadores e nos seus pontos de vistas acerca desta questão. A etnografia permite uma perspetiva qualitativa do fenómeno aproveitando a multiplicidade do olhar e subjetividade do próprio investigador, não deixando no entanto, de estar sujeita a alguma crítica, dada a demasia exposição à consciência subjetiva do investigador. Contudo, a observação dos comentários e interação dos comentadores das notícias na rede social, tornou possível ao longo deste processo o levantamento contínuo de hipóteses (Ferraz; Pelegrinelli; Matos , et, 2009).

A escolha pela observação em ambiente virtual e pela técnica da etnografia virtual, deveu-se também ao facto de presentemente a internet estar incluída na vida quotidiana das pessoas, contribuindo para o modificar das suas experiências, e para o transformar de muitos aspetos da vida em comunidade e da interação social. As novas tecnologias podem também servir como auxiliares na pesquisa das ciências sociais, facilitando o contacto ou a observação de realidades sociais. Yara Mitsuishi (2007) defende que “algumas etnografias virtuais têm uma semelhança inerente às etnografias tradicionais” (Ribeiro, 2007:256), apontando mesmo alguns exemplos como a obra de *Play Between Worlds* de Taylor (2006). Do mesmo modo, a internet alarga horizontes e realidades em estudo, como as comunidades virtuais e as suas

agregações sociais ou interações no ciberespaço. A etnografia passa também a poder observar práticas *on-line* ou *off-line* ao mesmo tempo, passando a investigação, interpretativa, subjetiva e simbólica para o meio tecnológico (idem).

A observação é uma técnica bastante útil na investigação do comportamento dos indivíduos e da sua vida social. Tendo em conta os objetivos desta pesquisa é o procedimento que melhores condições oferece ao estudo das representações coletivas dos indivíduos. A observação transcende a simples constatação de factos, sendo também um processo complementar aos sentidos onde se selecionam evidências empíricas que vão servir para a interpretação dos fenómenos sociais. A opção pela variante não participante justifica-se por esta técnica de observação permitir também envolver-nos nas experiências sociais, culturais e históricas dos indivíduos, compreendendo melhor a razão das suas crenças, representações e significados acerca dos refugiados e do seu acolhimento na sociedade portuguesa. O facto de o campo ou universo da pesquisa se encontrar em ambiente virtual, obriga a uma maior atenção à linguagem e sentido dos seus discursos, procurando interpretar singularidades, atitudes, definições e conceitos muito pessoais dos indivíduos.

Esta técnica tem aspetos positivos pela facilidade de recolha e gestão dos dados recolhidos, assim como, redução de custos e de tempo, dada a possibilidade da recolha poder ser em qualquer momento e qualquer hora. Apesar de não existir um contacto direto com os intervenientes, esta técnica pode também se constituir como uma vantagem na medida de não se exercer nenhuma interferência sobre os observados e as suas ações, apenas se observam as interações e comentários dos indivíduos nas caixas de comentários às notícias partilhadas pelos *medias* nas redes sociais. A recolha dos elementos sem recorrer à interação com os participantes, requereu algum conhecimento acerca da forma como funciona a plataforma do Facebook, assim como, alguma familiaridade com a linguística utilizada em ambiente virtual.

A recolha dos comentários e texto foi um trabalho desenvolvido ao longo de um mês e meio<sup>15</sup>. Os comentários selecionados foram alvo de tratamento, nomeadamente a ocultação

---

<sup>15</sup> Recolha feita de 10 novembro a 20 de dezembro de 2016. Os comentários recolhidos foram produzidos pelos leitores durante o mês de março de 2016.

do nome do utilizador, ao qual se procedeu a uma análise cuidada ao sentido e intenção das suas palavras. Embora esta metodologia de recolha de dados pareça levantar algumas dúvidas no que respeita aos princípios éticos, onde os indivíduos ou comentadores devem ser informados que estão a fazer parte de um estudo, apesar dos seus comentários serem públicos, atendendo que os comentários apenas são numerados sem qualquer referência a qualquer elemento que os identifique ou que respeite a dados pessoais, não se viola o princípio da confidencialidade. Salvaguarda-se assim o seu anonimato, recolhendo apenas as suas opiniões e comentários, ou seja, o *corpus* que será objeto de análise.

No que respeita ao acolhimento dos refugiados, existem duas posições antagónicas. Se por um lado alguns são a favor da sua vinda para a Portugal, outros são contra. Procurou-se na análise de conteúdo da informação e comentários uma conduta ética emancipada de qualquer conceção preconcebida que possa contaminar a interpretação de resultados, procurou-se sempre o caminho da neutralidade científica. Como disse Marcos Ferreira, “Pensar e conhecer o social é sempre intervir nele” (2013:170). Assim, teve-se em conta os riscos e benefícios das conclusões ou interpretações, seja para os sujeitos que fizeram os comentários, seja para os próprios refugiados. Pois sempre que se estudam comportamentos ou atitudes dos seres humanos, remete-nos sempre para a dimensão ética, pois implica sempre a construção de ideias sobre um sujeito ou atores sociais, havendo conseqüentemente sempre implicações morais. De qualquer modo e atendendo que este estudo pode contribuir para o debate acerca de uma questão sensível, como é o acolhimento de refugiados, para a tolerância e educação social, os benefícios serão certamente maiores que qualquer eventual dano.

Deste modo, após selecionado o *corpus* de análise, ou seja, o conjunto de comentários validados, procedeu-se à técnica da análise de conteúdo, construindo indicadores ou categorias a fim de conseguir-se interpretar de forma mais legível os significados, intenções e as posições do grupo em estudo.

A análise de conteúdo é uma das técnicas mais usadas nos estudos empíricos das ciências sociais e humanas. A análise de conteúdo permite reduzir a matéria de análise a uma dimensão mais manejável de forma a se produzirem as inferências válidas dos elementos do

*corpus* de análise. Deste modo, através dos discursos dos utilizadores veiculados nos seus comentários, definiram-se as categorias temáticas de análise tentando dar resposta ao problema levantado no estudo, assim como, compreender o sentido e a posição dos comentários, as suas significações, descodificando o que está a ser comentado em relação às notícias sobre o acolhimento dos refugiados.

Nesta pesquisa a análise de conteúdo é muito importante, pelo que este processo obriga a muita atenção e cuidado. Analisar os comentários dos leitores das notícias requer um olhar multifacetado, atendendo à pluralidade ou polissemia de significados que os comentadores atribuem às suas expressões. Assim, uma das primeiras questões a colocar, é o que significa a mensagem concretamente? Na opinião de Claudinei Campos (2004) o método de análise de conteúdo estende-se até duas fronteiras: a primeira diz respeito à linguística tradicional e a outra à parte do sentido propriamente dito das palavras, aquilo que se designa por hermenêutica. Se na parte do domínio da linguística tradicional se procuram os estilos formais da linguagem utilizada pelo comentador, os efeitos de sentido e da retórica, por outro lado, na parte da hermenêutica, procurou-se conotações e sentidos que formam o campo semântico de um enunciado ou comentário.

Para o mesmo autor a comunicação humana quer por meio da escrita, quer por meio oral, apresenta um conjunto rico de visões cujo carácter polissêmico a torna ainda mais valiosa, permitindo-nos com o método qualitativo recolher uma variedade de interpretações. No entanto, nem sempre esta análise foi ou é simples, muitas vezes nem sempre aquilo que está escrito é aquilo que o sujeito queria dizer, ou então, a mensagem não é o suficiente clara, podendo transmitir alguma ambiguidade de sentido, o que nos leva a algumas dúvidas, podendo contagia-la com a nossa própria subjetividade.

Tal como defendido por Campos (2004), também este processo da análise de conteúdo foi constituído por várias fases: a primeira foi uma breve exploração prévia do material, dos comentários às notícias através de algumas leituras flutuantes do *corpus* ou universo selecionado. Desta forma, esta leitura prévia ainda sem grande compromisso ajudou a organizar e ir sistematizando de uma forma global as principais ideias e significados gerais veiculadas nos seus comentários. O objetivo principal nesta fase é que com uma leitura

menos aprofundada, se promova uma melhor assimilação do material em estudo, mas que de uma forma até menos estruturada se consigam já prever os indícios iniciais, de forma a ir consolidando e estruturando melhor as pistas que procuramos. A segunda fase é uma das mais importantes, é a seleção das dimensões de análise. Uma pesquisa desta natureza é orientada por questões que precisam de uma resposta, conduzidas pela prévia componente teórica. Assim, estas unidades de análise vão incluir palavras, expressões, pequenos textos que tendo em conta os objetivos do estudo, nos levem a induções sobre as significações norteadoras das verdadeiras representações dos comentadores das notícias. A terceira fase compreende-se pela categorização e subcategorização. Este processo entende-se pela operação e classificação dos elementos, ou seja, pelo caracterizar das categorias tendo em conta o seu grau de proximidade a determinadas variáveis ou significados. Este processo de codificar, de marcar as unidades de análise e o agrupar em categorias é subjetivo, teve-se aqui em conta um pouco a frequência e repetição de conteúdos, expressões, sentidos produzidos, e até repetidos por uma grande parte dos sujeitos ou comentadores (Campos, 2004:613,614).

Desta forma, procedeu-se à sistematização do conteúdo de forma a atribuir um significado mais fidedigno aos comentários dos leitores. Em primeiro identificam-se determinadas palavras-chaves usadas nos diálogos ou comentários, os temas de maior interesse dos leitores quando falam nos refugiados, um grupo de palavras mais combinado nas suas expressões. Depois teremos de saber quais as características e atributos associados aos diversos objetos, ou seja, quais as atitudes favoráveis ou desfavoráveis em relação ao objeto, ao acolhimento. Seguidamente importa conhecer o tipo da associação e relação entre os objetos, seguindo a direção de análise associativa das ocorrências, do sentido das afirmações dos sujeitos que comentam estas notícias (Silva & Pinto, 2014).

Deste modo, após a colheita de dados foram constituídas unidades de significação, orientadas pelas hipóteses e referenciais teóricos. Posteriormente o tratamento dos dados estará sujeitos à inferência e interpretação, culminando numa análise reflexiva. (Mozzato & Grzybovski, 2011)

As categorias foram sendo construídas desde as primeiras impressões acerca dos comentários das notícias, tendo em conta os objetivos do trabalho resultando em cerca de duas categorias principais, o refugiado ou o seu significado e o acolhimento de refugiados. Depois dividiram-se em duas subcategorias, uma respeitante a uma posição assumidamente favorável ao seu acolhimento, e outra de recusa. Estas subcategorias visam explicar e apreender uma possível explicação dos seus discursos. Por norma, as subcategorias são compostas por termos-chave que irão atribuir um sentido.

Dentro das subcategorias foram delimitadas as unidades de registo que se caracterizam por pequenos segmentos de determinado conteúdo dos comentários orientados pelos objetivos e problemática deste trabalho. Selecionaram-se algumas palavras ou mesmo expressões, que possam fazer inferências de modo a poderem integrar uma categoria. De forma a validar e garantir a fidelidade à análise foram também constituídas unidades de contexto, com um conteúdo textual mais extenso, considerado como um segmento de texto que caracteriza a unidade de registo.

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Indicadores/Unidades de Registo</b>	<b>Unidades de Contexto, exemplos:</b>
O Refugiado	- Significado e o que representa o refugiado	- Quem foge de ameaça; - Quem quer melhorar a sua situação, migrante económico; - Terrorista.	<i>"Os refugiados são refugiados e não emigrantes! Eles não saíram do seu país para ter uma vida melhor; saíram simplesmente para terem uma vida! Fugiram de um clima de guerra e terror!"</i>
Acolhimento de Refugiados	-Aceita o seu acolhimento	- Razões Humanitárias; - Razões Demográficas; - Razões Pró-Multiculturais.	<i>"Que falta de compaixão..... Inacreditável. Compara-se desemprego a refugiados de guerra..."</i>
	-Recusa o seu acolhimento	- Razões económicas, sustentabilidade; - Razões de Segurança, medo; - Razões culturais e étnicas; etnocentrismo, xenofobia.	<i>"A resposta para a quebra de natalidade dos portugueses resultante da instabilidade laboral e crise económica é a importação em massa de pessoas sem qualquer ligação cultural connosco, sem qualquer hipótese de emprego, trazendo ainda o risco acrescido de ataques terroristas (agora e depois da radicalização de segundas gerações)? Que raio de argumento é esse? A resolução desse problema não é por aí de certeza.</i>

Tabela 3. Categorias da análise de conteúdo dos comentários recolhidos.

Na interpretação dos resultados foi tido em conta o suporte teórico já previamente pesquisado e trabalhado. Este enquadramento com o campo teórico é importante pois permitiu chegar a uma explicação dos factos, assim como, aumentar o seu nível de fidelidade.

## **PARTE III – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**



## **CAPITULO I - O “Terreno” da Investigação**



## 1. Ambiente de participação

As notícias compartilhadas pelos *media* nas redes sociais resultaram numa dinâmica interativa, gerando através dos argumentos dos participantes processos de conflito, cooperação e mesmo disputa. De acordo com Lima (2009), através destas plataformas, os indivíduos têm a oportunidade de emitir opiniões e articular crenças ou estratégias de representação da vida coletiva. Opiniões que segundo (Lisbôa & Coutinho, 2011) sustentam-se também com base num conjunto de interesses compartilhados e na tentativa de difusão dos próprios pontos de vista de forma a influenciar a opinião pública e política. De registrar que deste conjunto, alguns participantes revelaram uma posição favorável ao acolhimento de refugiados, sendo muitos, os que manifestaram uma posição assumidamente negativa no que respeita ao acolhimento destes indivíduos.

Estas dinâmicas tiveram um alcance significativo na sua difusão, verificou-se em alguns comentários muitas dezenas de “gostos”, o que mostra que muitas pessoas leram os comentários dos diversos leitores colocados nas partilhas destas notícias. Os “gostos” em alguns comentários podem ser interpretados como uma forma de aprovação e identificação com a opinião apresentada através do comentário, pelo que aqueles que obtêm mais “gostos” podem considerar-se como as opiniões mais compartilhadas ou que geraram mais empatia pelos leitores das notícias.

Veja-se o caso da notícia partilhada na SIC-Notícias obteve mais de 468 gostos, 55 partilhas com muitas respostas e “gostos” aos diversos comentários que os leitores foram colocando. Ficou também evidente o ambiente de participação coletiva facilitado pelas redes sociais e *medias* digitais.



Figura 4 – Interatividade da notícia partilhada pela SIC-Noticias

Ao contrário dos meios tradicionais esta ferramenta digital permitiu abrir os espaços de debate onde qualquer utilizador com uma conta ativa no Facebook tem a oportunidade de comentar e opinar, apresentar os seus pontos de vista, motivando a que se desencadeiem determinadas posturas sobre a questão do acolhimento de refugiados. Através das caixas de comentários das notícias partilhadas, os indivíduos tiveram a oportunidade de emitir um conjunto de representações e significados para uma grande audiência acerca dos refugiados e do seu acolhimento.

Uma das características destas redes sociais é o cariz participativo, um espaço que vai ser alimentado de forma partilhada e que vai modelando uma consciência coletiva com base no conhecimento partilhado pelos utilizadores (Macedo, 2013). Após colocados, os comentários ficaram de imediato disponíveis, podendo essa informação ser partilhada ou comentada em qualquer parte do mundo onde exista uma ligação de internet. Esta interação bidirecional é uma forma de comunicação que também pode favorecer o emergir de movimentos mais ativistas ou mesmo grupos sociais que se mobilizam com o objetivo de

influenciar a opinião pública e pressionar o poder político a agir em determinado sentido sobre uma realidade (Pereira, 2011).

O discurso dos participantes deixam também perceber a construção de um processo de construção identitária acerca do Outro. No entanto, como Recuero (2009) defende, dada a ausência de comunicação no modo frente a frente, a identidade dos sujeitos é estabelecida através das informações e comentários que deixam na rede. Esses comentários podem tanto criar repulsa como empatia, sendo que grande parte das representações apropriadas dependem também da percepção de quem são os atores (Recuero, 2009). Como este participante que está solidário com o que dizem outros comentadores.

(...) "realmente está realidade não será nada fácil...compreendo muitos comentários aqui...também sou imigrante...mas onde estou trabalho tudo certinho...e o mais importante respeito as pessoas ao meu redor e as leis...por isso acho que quem quer que fosse a entrar noutra País e noutra cultura...teria que respeitar primeiramente" (Comentário #17).

O fluxo de percepções, sentimentos e perspectivas na rede são aprofundados por um laço social que também apela ao conhecimento, como tenta fazer este participante, "(...) toda a história já provou que imigração em "massa" trás grandes consequências sociais, desde da queda do Império Romana á imigração em massa no séc. XX" (Comentário #83). Para Ribeiro (2005), estas representações resultam porque é possível produzir uma interação na rede social, é através da comunicação virtual que os diversos atores sociais as estabelecem, e estas são reconhecidas pelos outros indivíduos (Ribeiro, 2005, apud Recuero, 2009). Segundo Augusto (2012), nesta rede ocorrem estas interações com base em motivações, experiências de vida e conhecimentos aos quais interagindo com novos conhecimentos irão produzir novas interpretações subjetivas de determinada realidade, podendo de igual forma provocar mudanças estruturais sobre a forma como os indivíduos encaram o mundo (Augusto, 2012). Poderemos cada vez mais constatar esta realidade pela crescente apropriação das redes sociais por movimentos sociais, ativistas, partidos políticos e mesmo empresas. Como este participante que apela ao ativismo, (...) "Parem de opinar isto e aquilo e façam alguma coisa por uma bandeira q dizem amar" (Comentário #4).

Como referido, existiram leitores a favor e recusando o acolhimento dos refugiados. Dentro dos que defendem o acolhimento destacam-se as razões humanitárias, residualmente foram elencadas outras com menor expressão, como a questão demográfica e multicultural. Já no que respeita à recusa, existiram várias dimensões, sendo as que evidenciaram maior expressão foram as razões de ordem económicas e as culturais ou étnicas cuja maioria era também acompanhada por alguns estereótipos. Por fim, também se verificaram alguns argumentos contra o acolhimento sustentados com base em razões de segurança, associados em grande parte ao temor de aumentar a probabilidade de ações terroristas. Como defende (Cunha e Silva, 2006), algumas destas representações derivam em parte pelo facto de a prática jornalística e dos *media* atribuírem ou associarem representações negativas respeitantes às minorias e também aos refugiados. Em muitos casos, têm-se veiculado nos *media* acontecimentos criminais aos quais são associados de forma genérica e sem uma investigação aprofundada a estes indivíduos, ao mesmo tempo que se retratam de modo a se formarem vários estereótipos.

## 1.2 As representações do refugiado

As representações sociais edificam-se dentro de uma ligação entre diferentes dicotomias, o individual e o social. Se por um lado esta ancora-se ao mundo subjetivo dos sujeitos, é através da representação de cada pessoa que ela vai percorrer o domínio social de forma a conseguir ganhar um nível de generalização consolidada. A construção das representações sociais sobre uma realidade, como o caso concreto dos refugiados e do seu acolhimento, passou por um processo transformativo na sua representação. Inicialmente cada comentador neste processo foi acrescentando, facetas e atributos particulares aos refugiados. Estas vão sendo construídas, mas ao mesmo tempo transformadas, sofrendo pelo meio influências provenientes de vários sujeitos, *media*, experiências (Guareschi, 2000). Deste modo, atendendo a estas influências sob os comentadores, foram-se construindo representações mais positivas e outras mais negativas, algumas mistas sobre os refugiados e o seu acolhimento. Como podemos verificar através dos seguintes exemplos:

(...) "agora é vê-las andar todas tapadas na rua, não respeitam os costumes da terra onde vão e nós temos que aguentar isto... escumalha!!" (Comentário #37).

(...) “Fogem com os filhos pais , etc .para os proteger. Nos nao faziamos o mesmo? Que culpa teem eles? So querem estar em segurança com as suas crianças” (Comentário #41).

“Acho muito bem ajudar k precisa,mas infelismmente daqui a uns anos,k deixar de haver ajuda financeira,a maior parte vão dar em sem abrigo,mas uns poucos a a juntar aos k já temos,podemos ver o caso de muitos sem abrigo k a no nosso pais vindos do leste europeu,k andar por essas cidades fora sem eira nem beira.” (...) (Comentário #49).

Pese embora os comentadores destas notícias não tenham discutido de modo claro sobre o estatuto de refugiado, constata-se embora de forma indireta pelos comentários algumas representações acerca deste, principalmente através da crença generalizada que os refugiados são migrantes económicos, cuja intenção é de apenas procurar melhorar as suas condições de vida, situação por exemplo verificada neste comentário:

...(Estão a “apoiar esses gajos a tirar a casa,empregos etc etc dos europeus.” (Comentário #132)

Nos comentários recolhidos, poucos associaram a representação dos refugiados ao convencionalizado. Ainda assim, alguns associaram o seu deslocamento ao motivo de fuga de um conflito ou guerra como estes participantes fizeram através destes comentários;

“Os refugiados são refugiados e não emigrantes! Eles não saíram do seu país para ter uma vida melhor; saíram simplesmente para terem uma vida! Fugiram de um clima de guerra e terror! Como podemos ser tão intolerantes? (Comentário #86)

“Que falta de compaixão. Inacreditável. Compara-se desemprego a refugiados de guerra...” (Comentário #87)

Verificamos num outro comentário, que apesar de evidenciar que existe pelo meio o drama da guerra, parece interpretar que quem foge desta é igualmente um migrante económico e não um refugiado.

"Pois mas os portugueses emigraram no tempo da Guerra mas ninguém lhes deu NADA, se quiseram ter casa tiveram de trabalhar no duro, estes não veem trabalhar mas sim receber subsidios" (...) (Comentário #20)

Uma crença que vem também ao encontro das conclusões de uma pesquisa levada a cabo pelo European Social Survey (ESS) na sua 7ª edição do ano 2014/15, em que analisou até que ponto os refugiados podem ser percecionados como imigrantes. Verificou-se a nível europeu um aumento da associação entre o que são imigrantes e refugiados, principalmente quando os imigrantes pertencem a grupos étnicos oriundos de países pobres não europeus (Ramos; Louceiro; Graça, 2016).

Também alguns participantes associam os refugiados a sem abrigos, pedintes, pobres ou mendigos associados a um sentimento de rejeição como podemos verificar nos seguintes comentários.

(...) o estado em nada nos ajuda a estes só falta estender o tapete vermelho enquanto os nossos dormem ao frio. (Comentário #117)

“Ajudem os nossos sem abrigo” (Comentário #35)

No lado oposto a esta corrente, uma outra participante refuta estas opiniões sublinhando que os refugiados não são simples sem abrigos mas sim vítimas de guerra,

(...) refugiados não são sem abrigos, são vítimas de guerra!!! é uma situação extraordinária...  
fds qe estupidez,(...) (Comentário #110)

Dentro daquilo que representa o refugiado verifica-se que alguns leitores associam estes indivíduos ao terrorismo, um dos leitores disse que com o acolhimento de refugiados,

“em breve vão começar a rebentar bombas a nossa porta.” (Comentário #37).

Os discursos veiculados por estes leitores levam a interpretações impregnadas de pânico sociais e culturais, caracterizados por um conjunto de elementos de ordem cultural que resultam na representação de uma ameaça, do terror. Representações que vão no sentido dos resultados dos estudos "Pew Reserch Center" (2016) e boletim "Migrações e Refugiados, atitudes e percepções dos europeus" também publicado em 2016, que mostrou que existe uma crença geral que estes contribuem para o aumento da criminalidade, aumentando também a probabilidade de ocorrerem atos de terrorismo.

Também dentro do discurso dos comentadores às notícias verificou-se a frequência do uso de algumas palavras quando se referiam aos refugiados ou ao seu acolhimento. As palavras associadas aos refugiados nos discursos analisadas foram de “imigrantes”. Em outros diálogos falava-se na burca ou associou-se um pouco os refugiados ao islão e à cultura árabe, às suas formas de vestir e de estar. Dentro deles também se associam estes a uma cultura de violência, frequentemente em alguns comentários constatou-se a associação das palavras "invasão islâmica", "lixo", "assassinos", "bombas", "terroristas" e "bandidos". Como se verifica no seguinte conjunto de comentários,

"Mais lixo em Portugal (Comentário #131),  
"em breve vão começar a rebentar bombas a nossa porta" (Comentário #37),  
"Que refugiados? digamos bandidos assassinos" (Comentário #127),  
(...) "contra a invasão islâmica da europa (Comentário #58),  
"são todos terroristas", "vão implantar a sharia"(...) (Comentário #69).

Apesar disto, ainda houve alguns comentários que associaram refugiados a fuga de guerra, subentendendo-se que tiveram uma leitura diferente de outros comentadores que os associavam a meros imigrantes. Como esta participante, "Gente mesquinha se cá houvesse Guerra, não gostavam de ser ajudados?" (Comentário #61)

Dentro de alguns diálogos também se verificou com alguma frequência o uso da palavra "vergonha" quando se referiam ao acolhimento de refugiados, dando a entender que são contra o seu acolhimento, como este participante escreveu, (...) "que vergonha de País que abandona os seus cidadãos e ajuda os outros " (Comentário #113).

Algumas representações sociais podem também estar ligadas ao campo ideológico dos comentadores das notícias. A ideologia na perspetiva de Guareschi (2000) é definida pelo modo de agir, de criar ou mesmo de produzir determinadas relações sociais (Guareschi, 2000:41). Segundo o mesmo autor, a ideologia tem uma importância vital na transformação, produção ou reprodução das subjetividades, nas crenças dos próprios indivíduos, na forma como vivem as suas vidas e como constroem os seus significados respeitantes ao mundo e a determinadas realidades.

"E de quem é a culpa????? De todos vós q continuam a votar nos mesmos palhaços de sempre q vos roubam diariamente. Agora vem esta escumalha em forma de cordeiros, mas com raça de lobos. Parem de opinar isto e aquilo e façam alguma coisa por uma bandeira q dizem amar. Votem num partido NACIONALISTA!!!!!!" (Comentário #4)

Apesar de as representações sociais e as ideologias se aproximarem, as primeiras são mais amplas podendo integrar o domínio ideológico (Guareschi, 2000).

## 1.3 Razões favoráveis ao acolhimento de refugiados

### 1.3.1 Questões demográficas

Dentro da aceitação do seu acolhimento, foram poucos os comentários que invocaram razões demográficas para o seu acolhimento. Existiu por parte destes comentadores uma ideia intuitiva da necessidade de receber pessoas para fazer face à nova conjuntura demográfica presente em Portugal. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), registaram-se nos Censos de 2011 um aumento de municípios com decréscimos populacionais superiores a 10%, cuja maioria se encontra localizada no interior do país. Esta nova conjuntura trará certamente algumas consequências em diversos domínios da vida social. A sociedade terá de procurar dar respostas às necessidades de uma população cada vez mais envelhecida, tentando reintegrar os cidadãos idosos e criar redes formais que deem suporte às suas necessidades. Do mesmo modo, o aumento de idosos na população irá gerar uma maior pressão sobre a sustentabilidade do estado social, nomeadamente devido ao aumento das prestações sociais, agravado pela diminuição da população ativa. Perante isto, apenas a migração pode ser uma solução a curto prazo para atenuar este cenário. É então importante integrar cidadãos estrangeiros que procuram uma vida melhor, quebrar barreiras à sua entrada, procurando desta forma aumentar o grupo de indivíduos em idade ativa, contribuindo deste modo para a sustentabilidade social (idem). A chegada de refugiados pode dar o seu contributo para atenuar este problema cada vez mais evidente nas sociedades ocidentais. Um fenómeno que facilmente se comprova e cuja preocupação tem sido manifestada por diversos governos.

Uma situação que não deixou de se refletir na preocupação deste participante à notícia partilhada pelo Jornal Público.

(...) “Portugal é um país envelhecido e resulta da mistura de muitas culturas. Das 64 pessoas, 20 são crianças. Não serão bons indicadores?! Temos tantas aldeias, tantas vilas cheias de pessoas idosas, com falta de crianças.” (...) (Comentário #65)

De facto, como já referido as projeções demográficas de Portugal para as próximas décadas antevêm uma transição demográfica caracterizada por um envelhecimento demográfico. Tal como outros países da Europa, Portugal tem sentido desde da década de 60 do séc.

passado uma alteração na sua estrutura etária demográfica. Registou-se uma diminuição das faixas etárias com menos de 20 anos e um crescimento muito significativo do número de indivíduos com 65 ou mais anos. Várias projeções veiculadas por entidades quer a nível nacional, quer internacional, mostram que nas próximas décadas se assistirá a um contínuo aumento da população idosa em relação à população mais jovem resultando na diminuição da população total. O alargamento da faixa de população idosa relaciona-se também com a melhoria registada nos últimos anos das condições socioeconómicas contribuindo para o aumento da esperança de vida à nascença (Sousa, 2009).

Dentro do mesmo alinhamento de ideias houve quem sublinhasse a importância da chegada de pessoas, embora não distinga em concreto o que representa do ponto de vista legal um refugiado, associa-o à imigração não deixando, no entanto de salientar a importância da chegada de indivíduos ao nosso país e do seu suposto contributo para o desempenho demográfico.

“pois olhe que há mais de 20 anos que a Europa só cresce demograficamente devido à imigração, ao contrário do que sugere! E muito antes da crise já era essa a realidade! É só consultar imensos estudos sobre o assunto” (Comentário #70)

Contudo, este argumento das carências demográficas foi posto em causa por outro comentador cuja resposta defende que para combater o fraco desempenho demográfico, principalmente os níveis baixos da natalidade, não passam pela chegada destes indivíduos, mas sim por medidas de apoio à natalidade. Dentro da sua mensagem não deixou também de denominar estes indivíduos por “pseudo-refugiados”, não lhe atribuindo deste modo os direitos que lhe estão atribuídos e convencionados.

“A resposta para a baixa taxa de natalidade é importar gente de fora? Isso já passa para genocídio demográfico, algo que os iluminados liberais gostam muito. Que tal apresentar medidas de apoio à natalidade? O problema não é não se conseguir fazer crianças mas sim famílias com o ordenado mínimo terem que descontar uma porrada de dinheiro para estes pseudo-refugiados” (Comentário #40)

### **1.3.2 Razões humanitárias e de solidariedade**

Cerca de um quarto dos comentários revelaram uma posição favorável ao acolhimento de refugiados em Portugal, justificada na maioria por razões humanitárias e de solidariedade.

Para estes, o acolhimento de refugiados é um ato de altruísmo, entendendo o seu acolhimento como um dever humanitário, pois os refugiados são vítimas, fogem de cenários de guerra e terror. Talvez dentro das diversas opiniões partilhadas nos comentários é a representação mais aproximada do que consiste a definição de refugiado convencional e dos seus objetivos.

(...) “Fugiram de um clima de guerra e terror! Como podemos ser tão intolerantes? Mesmo que hajam questões a ser tratadas, não podemos responder logo de forma hostil. Isso é de um egoísmo grosseiro.” (Comentário #97)

“Sejam Bem Vindos! Façam por merecer este País que vos acolhe de coração e que com certeza vos vai fazer esquecer o inferno da guerra de onde vêm! E vamos todos lutar pela Paz no mundo para que um dia possam regressar aos vossos países!!.. não há melhor sitio no mundo que a nossa terra!” (Comentário #98)

(...) Respeito quem não pensa assim, mas temos de pensar sempre "e se eu estivesse no lugar deles" (Comentário #84)

Todavia, um dos participantes alertou que é necessário diferenciar entre o que é considerado humanitário e o que é apenas sustentar indivíduos, fazendo passar a ideia de que o acolhimento dos refugiados representa apenas mais um encargo para os autóctones, e não um ato de ajudar ou atenuar o sofrimento de um conjunto de indivíduos que foge de uma ameaça. No mesmo sentido, este participante aborda embora de forma pouco explícita, o fator cultural associado, transmitindo a crença que as culturas entre os portugueses e a pertencente aos refugiados podem resultar num choque intercultural, com base no que ocorreu em outros países, não dando contudo exemplos concretos que possam sustentar essa afirmação.

“É preciso distinguir solidariedade com sustentação... mesmo com grandes choques culturais que acontecem nos outros países não aprendemos.” (Comentário #115)

Também se verificou a existência de alguns comentadores a favor do acolhimento, principalmente por razões humanitárias, tentando reforçar a sua posição argumentando que o seu acolhimento pode não se constituir como uma despesa ou um fardo para o país, visto que o seu acolhimento é apoiado por fundos da União Europeia.

“UE vai pagar a Portugal por cada refugiado recebido em Portugal. Tenham calma que eles trazem rendimento para o país” (...) (Comentário #114)

(...) “não são os portugueses que lhes vão pagar as despesas dos refugiados.” (Comentário #43)

(...) “Caso não sabia também, para que Portugal receba estas pessoas, é a União Europeia que está a pagar. Do seu bolso não vai sair nada.” (Comentário #99)

Houve participantes que sustentaram a sua posição favorável ao seu acolhimento pelo número pouco significativo de pessoas a receber em relação aos membros da sociedade acolhedora, defendendo que o impacto na sociedade é mínimo.

“Então não vai... O meu pai é emigrante, foi para a Alemanha com 23 anos. Eu tenho 45 e desde os três que convivo com a realidade alemã. Três milhões de turcos muçulmanos nunca fizeram moossa na cultura alemã e são 64 refugiados sírios que vão desgraçar Portugal.” (Comentário #100)

De facto, segundo o que o Primeiro-ministro António Costa referiu, Portugal tem como número de referência no que respeita ao acolhimento de refugiados cerca de 10.000 pessoas (Publico, 2016). Este número corresponde a uma ínfima parte (menos de 0,1%) da população portuguesa, dados que vão no sentido oposto à crença de uma possível invasão islâmica proferida por alguns participantes respeitante ao acolhimento de refugiados.

### **1.3.3 Razões multiculturais**

Apesar da existência de muitos argumentos na literatura sobre as vantagens do multiculturalismo, nos comentários a estas notícias poucos usuários falaram no facto de Portugal ser um país multicultural, que a sociedade portuguesa resulta de muitas culturas oriundas de vários pontos do mundo, embora não tivessem desenvolvido muito mais acerca do multiculturalismo, sendo este cada vez mais evidente em todas as sociedades.

“Se as pessoas lessem e soubessem um pouco mais de História ficavam caladas ao fazerem determinados comentários. Portugal é um país envelhecido e resulta da mistura de muitas culturas.” (Comentário #65)

"respeitem a lei civica. Somos um estado leigo no que toca a religião, mas trazemos no coração uma grande tradição de multiculturalismo e povos de muitos sítios do mundo :) Por isso sera facil para nos ajudar na integração!!! " (Comentário #69)

Um País multicultural que integra várias identidades culturais pode obter bastantes dividendos económicos e sociais, atendendo ao recurso económico que a diversidade carrega, o capital humano. Para isso, é importante que se criem condições para que os

diversos domínios culturais interajam de modo a se enriqueçam mutuamente (Ramos, 2014). Também a UNESCO considera que a diversidade cultural é enriquecedora e criativa, abre novas possibilidades de escolha e pode mesmo ser empreendedora se olharmos para ela pela perspectiva económica. O multiculturalismo aponta para o caminho de construção de uma sociedade mais justa em que oferece a igualdade de oportunidades a todos, contribuindo deste modo para uma maior participação económica, cultural e cívica (Unesco, 2009).

São muitos os discursos dos participantes desta investigação que mostram um distanciamento entre o “nós” e o Outro. Em nenhum comentário se referiram aos refugiados como pertencente a grupos culturais e étnicos que já integram a sociedade portuguesa. Por exemplo, entre os refugiados existe um número significativo de muçulmanos, também na sociedade portuguesa existem comunidades muçulmanas já consolidadas. Desta forma, aflora a crença entre os comentadores que a sociedade portuguesa é monocultural, sustentando que as identidades culturais dos refugiados pouco ou nada têm a ver com a portuguesa, nem nunca tiveram qualquer influência sobre os seus costumes, sendo que recebe-las pode colocar em causa a coesão social. Como Ramos (2014) refere, geralmente o Outro, o estrangeiro, é interpretado por alguém que vem desestabilizar ou desintegrar, o "seu mundo", a cultura dominante, pois as sociedades definem fronteiras e referências excluindo o outro. Tendem a avaliar o comportamento e cultura do Outro, tendo por referência a sua própria cultura. Como este participante manifesta, (...) "os refugiados são árabes, ou sejam pessoas que não se integram, que mesmo no estrangeiro, vivem dentro de uma redoma, que não se integram em sociedade alguma" (#Comentário 106).

## **1.4. Razões desfavoráveis ao acolhimento de refugiados**

### **1.4.1 Razões económicas**

De acordo com Araújo (2003), de modo geral, os refugiados não têm encontrado muita recetividade nas sociedades acolhedoras pois representam uma ameaça à estabilidade económica e social, colocam pressão no mercado de trabalho e vão consumir mais recursos ao país. Foram os vários argumentos dentro do âmbito económico que mais foram elencados

nos comentários quando se falou no acolhimento de refugiados. Do total, cerca de aproximadamente metade dos comentários recolhidos invocam razões económicas e de sustentabilidade, salientando os problemas financeiros e estruturais portugueses, justificando desse modo o não acolhimento destes indivíduos. Num modo geral, pelos seus comentários muitos destes participantes confundem o que representa um refugiado, esquecendo que são indivíduos que procuram refúgio devido aos conflitos e a ameaça de vida a que estão sujeitos no seu país e não apenas pessoas cujo objetivo é o de procurar uma vida melhor ou vir exclusivamente consumir recursos. Não existe também por parte da maioria dos comentadores uma noção explícita sobre a diferença do que se define por refugiado e migrante económico. Grande parte dos comentários salienta que Portugal tem ainda muitos problemas sociais para resolver, um participante chega a questionar porque é que os outros países islâmicos não os recebem. Vários participantes recusam o seu acolhimento justificando que Portugal tem grandes carências estruturais ao nível da saúde, habitação, educação e bastante pobreza sendo por isso insustentável acolher estas pessoas. A expressão “primeiro os nossos” foi repetidamente usada por vários participantes às várias notícias e também em vários argumentos contra o acolhimento de refugiados.

“Não tomamos conta da nossa miséria. Mas fingimos que somos beneméritos. Sempre a mentir. Atirar pó para os olhos, é a especialidade atual. Mentiras, men” (Comentário #60)

“Sei que eles tem direito a quem tem melhores condições ...E os nossos? Quem olha para eles? Temos tanta gente a passar fome e sem teto...” (Comentário #33)

Da mesma forma, existe também a crença generalizada que os refugiados são pessoas que vivem exclusivamente de subsídios sociais, não pagam impostos, não contribuem em nada para a sociedade, vivem na maioria em agregados familiares numerosos, sendo que muitas vezes se dedicam a roubos e furtos. Para a maior parte não acrescentam nada de positivo para a sociedade.

“Muitos não trabalham, vivem de subsídios e alguns que trabalham não descontam para os impostos, subalugam casas, ate existem zonas aqui em que a policia tem dificuldade em os controlar. Roubam tudo, desde bicicletas, tlm, carros, etc. Enfim de pessoas destas só quero distância. Os 24 milhões a que você se refere e com os quais Portugal ajudou a Turquia já davam para o abatimento da dívida que os portuguese têm para com a União Europeia...” (Comentário #95)

“realmente temos o melhor País e melhor região para receber refugiados.....não temos trabalho, temos falta de muita coisa e ainda temos de "alojar" mais uns !quantos".....vive-se

bem em Portugal, mas não somos nós!!! Tenham paciência meus amigos, mas eu não estou de acordo com esta escolha, a nível nacional, não apenas regional. Já agora, se é a União Europeia que financia este "alojamento", porque existem campanhas de ajuda?!?! Desculpem mas NÓS PORTUGUESES estamos em primeiro. Lamento!!" (Comentário #81)

No entanto, na opinião de (Silva; Lacerda; Jorgensen, 2011), acolher os refugiados pode representar um benefício para o crescimento económico do país pois com a chegada de refugiados chega também mais conhecimento, uma nova força de trabalho e novos saberes que podem ser aproveitados pelos diversos setores económicos do país. Também muitos destes indivíduos assim que chegam ao país acolhedor rapidamente se transformam em consumidores aumentando a procura de bens e serviços. Ou seja, de forma paradoxal são também agentes económicos, podendo contribuir para a atividade económica.

As narrativas de alguns participantes mostram que há um sentido de contestação ao seu acolhimento salientando também uma desigualdade de tratamento em relação aos cidadãos nacionais, onde para eles, uns trabalham para os outros. Ao mesmo tempo, os refugiados acabam por ser bodes expiatórios onde recaem as culpas alheias dos problemas nos serviços de saúde, da miséria, dos problemas no acesso à habitação, ao emprego.

“Venham que isto e um paraíso...para voces. Os de ca que se f... So tem que trabalhar para voces passarem 18 meses a boa vida com tudo pago e casa de luxo medicos de familia para todos. Vou ali ser refugiado e ja volto” (Comentário #103)

“Tantooooos Portugueses ,sem casa,sem emprego,,,,,,este tipo de solidariedade devia ser só para países onde a sua população não se encontra nas nossas condições de miséria,desemprego,falta de habitação.....que vai agora para fazer(figura de rico).....que vergonha de País que abandona os seus cidadãos e ajuda os outros.....só nos faltava esta vergonha para a miséria ser completa...” (Comentário #113)

Também um número significativo de participantes não tiveram em consideração que o acolhimento de refugiados é apoiado financeiramente por fundos europeus de forma a partilhar mais equitativa as responsabilidades de acolhimento destas pessoas que procuram proteção internacional, como demonstra este comentário, “eu também acho somos sempre os coitadinhos que recebemos todos depois nós o povo é que vai pagar a factura” (Comentário #64). Contudo, o Parlamento Europeu aprovou no dia 13 de Abril de 2016 no seu orçamento rectificativo uma disponibilidade de 100 milhões de euros, como apoio de emergência para dar resposta às necessidades humanitárias da atual crise de refugiados (Parlamento Europeu, 2016).

## 1.4.2 Questões de segurança, medo, terrorismo

Embora em menor número, existiram também alguns comentários recolhidos que invocam questões de segurança, justificando dessa forma uma posição desfavorável ao acolhimento de refugiados. Grande parte destes tem por base a crença e temor que estes possam vir a cometer atos de terrorismo ou atentar contra a segurança do país. O medo ganha ainda outra dimensão quando se associam os refugiados ao Islão, acreditando que com a chegada de refugiados estes submeterão a sociedade acolhedora aos seus princípios e costumes, principalmente pelo modo da violência. Existe em alguns comentários uma nítida associação do Islão à violência, um sentimento de ‘islamofobia’, projetando uma imagem estereotipada acerca destes indivíduos.

"Em breve a vinda da sharia em Portugal! Acho bem apedrejar as mulheres de adúltero. Atenção! Mulheres não podem comentar. Sois objectos aos olhos do Islão !" (Comentário #104)

"Acho que vou emigrar para o Taiti... porque NUNCA ME SUBMETEREI AO ISLAO !!! Quem defende esta gentalha desconhece completamente a geopolítica mundial... isto é a restauração do Imperio Otomano na Europa mas desta vez vai domina-la por inteiro graças a gente e políticos completamente parvinhos... ou ainda não viram todas as exigências da Turquia para entrar na comunidade europeia? Quando virem vossas filhas e mulheres violadas e cabeças cortadas será tarde para se arrependeram!!!" (Comentário #105)

Algumas ideias aqui projetadas, principalmente quando definem a existência de uma associação entre refugiados e terrorismo, vêm também ao encontro do estudo realizado pela Pew Research Center (2016), onde concluiu que os recentes ataques em Paris e em Bruxelas reavivaram alguns temores das sociedades europeias em relação ao terrorismo. Esse estudo concluiu que os refugiados e a ameaça ao terrorismo se encontram muito relacionados. Em cerca de oito de dez países europeus onde ocorreu este estudo, os cidadãos que responderam aos inquéritos acreditam que a chegada de refugiados fará aumentar a probabilidade de terrorismo. Foi também bastante evidente que alguns comentadores associam o terrorismo ao Islão.

Aos que gostam muito desta tralha islâmica desejo que lhes invadam a casa e que sejam fortemente [xxxx] por eles (...) (Comentário #94)

“Agora a seguir vao explodir o que? Cristo rei? Forum de almada num fim de semana cheio de gente? Esperemos pra ver.” (Comentário #27)

No entanto, apesar destas crenças, não existem dados que comprovem que a chegada de refugiados possa fazer aumentar substancialmente o risco de atentados terroristas, sendo representações construídas sem que a realidade ou factos em concreto as sustentem, até porque, eles são também vítimas do próprio terrorismo.

O terrorismo deve ser interpretado tendo em conta o contexto histórico, cultural, político e o que conduz as suas motivações, evitando análises individuais que acabam por produzir estereótipos e injustiças. É errado atribuir o terrorismo a uma personalidade concreta, por exemplo a uma religião. No mundo ocidental existe uma tendência crescente em ligar o terrorismo ao Islão. Contudo, um estudo feito pelo investigador Juergensmeyer (2004, apud Oliveira; Alves; Junior; Scognamnillo, Ferreira, Abjuad, Gilmará, Rocha, 2013) em que analisou um conjunto de religiões, como o cristianismo, judaísmo, islamismo e budismo, revelou que afinal todas elas permitem, ou mesmo requerem, alguma dose de violência em defesa da sua doutrina e fé. Muitas vezes, também não é tomado em consideração o facto de a globalização e mundo "moderno" gerar cada vez mais desigualdade e exclusão. Alterando deste modo as relações no mundo onde cada vez mais se substituem os valores da solidariedade, fraternidade, igualdade e valores coletivos, pelos interesses individuais e económicos, com o objetivo de alcançar determinados estilos de vida (Oliveira; Alves; Junior; Scognamnillo, Ferreira, Abjuad, Gilmará, Rocha, 2013:16).

### **1.4.3 Razões culturais, étnicas, etnocentrismo**

Alguns dos comentários recolhidos apontaram razões do âmbito cultural para justificar uma posição desfavorável ao seu acolhimento. Para a recusa do seu acolhimento são elencados alguns preconceitos relacionados com seus costumes, sua forma de estar, revelando em alguns casos a construção de estereótipos acerca deste “outro”, caracterizando-os como violentos, que não se integram, não se assimilam nem querem assimilar à cultura e costumes da sociedade acolhedora, são também intolerantes. Esse “outro” tende a ser percecionado como diferente, como contrário, com valores diferentes, como elementos desagregadores, como demonstra este comentário, (...) "porque não se querem nem nunca integrarão" (Comentário #96).

Geralmente os indivíduos acreditam que o seu grupo e sociedade possuem características culturais indiscutivelmente superiores aos dos outros. Esta posição de superioridade perante os outros aparentemente diferentes, sustenta-se em estereótipos e categorizações rígidas sendo difíceis de eliminar, originando comportamentos e atitudes discriminatórias para esses grupos (Silva, 2007).

Nos diversos comentários existiu de forma abrangente e frequente uma postura etnocêntrica em relação aos refugiados.

"Mas esse "terreno" devia ser ocupado por portugueses e não por estrangeiros. Ponto 2 -Nem por azar os refugiados são árabes, ou sejam pessoas que não se integram, que mesmo no estrangeiro, vivem dentro de uma redoma, que não se integram em sociedade alguma, que são violentos e que são intolerantes para com as outras religiões "(...) (Comentário #106)

"O que está em causa é algo muito importante que você imprudentemente esquece e cito dois ou três casos: 1º- A Violência que os árabes colocam em tudo na vida e que exercem contra terceiros e nesse sentido são racistas. 2º A Intolerância Religiosa .Impõem a religião deles a terceiros pela violência das armas. Por fim tratam as mulheres, TODAS ELAS como se fossem cães. Não digo isto porque tenha lido. Eu vivi num prédio onde a maioria das pessoas eram Algerians, árabes portanto. É disto que estamos a falar, coisas da vida concerta." (Comentário, #107)

Também se verificou em alguns comentários a opinião de que o acolhimento de refugiados atenta contra a identidade construída socialmente do país. No entanto, são as visíveis diferenças culturais que permitem a construção de identidades, donde emerge a noção que se pertence a um grupo, que existe a consciência que o indivíduo se identifica como diferente do outro. São os contactos com outras culturas que motivam o aparecimento de defesas identitárias por vezes vividas em conflito, dando-lhe um movimento de isolamento no sentido de preservar a identidade. Dentro das defesas identitárias cria-se idealização do outro, de natureza axiológica, projetando nele um sentimento de ameaça, o Outro é considerado muitas vezes ameaçador, inferior, selvagem e que não se adapta. (Ramos, 2014). Como referido, existiu ao longo dos diversos discursos uma permanente associação dos refugiados ao Islão, para uma parte destes comentadores os refugiados são muçulmanos, a representação que demonstram sobre o muçulmano é da “desculturalização” de cidadania, que estes não se adaptam às sociedades ocidentais, que vivem em grupos étnicos fechados, que não se relacionam com os outros. Como Amaral (2016) sustenta, quando se fala em

refugiados, principalmente aos de origem islâmica, são-lhe geralmente logo associadas algumas características como primitivo, bárbaro, agressivo, ameaçador e que supostamente não se integra nem se quer integrar.

“Diga lá então os muçulmanos adaptaram aos países que os receberam quais ou foram os seus pais que se adaptaram a eles? Pois eu vivi na Inglaterra e vi bem a adaptação dos muçulmanos, vi eles a formarem cidades dentro de cidades em que tudo é deles inclusive a da não entrada de não muçulmanos, nessas ruas, a de ouvir dizer para mulheres europeias para se vestirem, (...) (Comentário #108)

Como se pode verificar neste comentário, existem também alguns participantes que vivem ou viveram em outros países da europa. Estes reforçam as suas convicções sobre a inadaptação dos refugiados ao mundo ocidental com base em experiências que obtiveram quando viviam em outros países. Tentam também estabelecer uma distinção entre os emigrantes portugueses e os refugiados, em que os emigrantes portugueses são bem-comportados, trabalham e respeitam o país que os acolhe, ao contrário do que supostamente esperam dos refugiados.

“Realmente está realidade não será nada fácil...compreendo muitos comentários aqui...também sou imigrante...mas onde estou trabalho tudo certinho...e o mais importante respeito as pessoas ao meu redor e as leis...por isso acho que quem quer que fosse a entrar noutro País e noutra cultura...teria que respeitar primeiramente...”(...) (Comentário #17)

Alguns comentadores quando se referem aos refugiados fazem também algumas observações sobre a sua forma de estar, de vestir, de lidar, criam um modelo muçulmano, um estereótipo associando-lhe determinados comportamentos de uma forma generalizada sem grande rigor.

(...) “e olhe que elas estavam vestidas, nunca ouvi ninguém emigrante de outros países dizerem para as mulheres inglesas se irem vestir, inclusive quando estão de biquíni no parque a apanhar sol, e não são refugiados sírios são refugiados islâmicos, com mentalidades do séc VII” (...) (idem)

Outros comentadores também sustentaram a sua posição contrária ao acolhimento de refugiados tendo por base questões puramente religiosas, temendo a expansão do Islão pela Europa, colocando a hipótese de a sua religião, atualmente dominante, ser submetida para

uma posição subalterna ao Islão, veem o Islão como uma ameaça às suas tradições e costumes, como foi o caso deste leitor;

“De mansinho de mansinho eles vão ocupando toda a europa, casam com europeias e europeus convertem nos e aos filhos, e muito em breve tudo isto será islamita como da vontade de Maomé (...)” (Comentário #112)

Verificam-se também aqui a existência de relações de poder, talvez com base em circunstâncias históricas e que muitas vezes voltam a ser usadas como forma de argumento para justificar determinadas crenças sobre um facto. Para Roso, Strey, Guareschi e Bueno (2002), algumas representações sociais respeitantes a alguns grupos recuperam a herança das relações ocorridas em determinado contexto histórico, político e social. Outras, de acordo com Meneses (2010) derivam das relações estabelecidas nos tempos coloniais em que o "indígena" proveniente desses lugares carece de educação e ensino do trabalho.

Como se verifica através do comentário deste participante que defende que o acolhimento destes indivíduos se integra num processo de colonização em curso dando mais poder aos muçulmanos.

“Mais lixo muçulmano para continuar o processo de colonização, mais miséria, mais poder aos muçulmanos” (Comentário #50).

No alinhamento deste comentário em resposta a este leitor uma leitora respondeu em forma de pergunta tentando desconstruir o preconceito apresentado, questionando qual a base que sustentava essa afirmação.

(...) “Conhece pessoalmente muitos ciganos, muçulmanos ou marroquinos para dizer asneiras desse tipo? Se não conhece nenhum que trabalhe então o problema é seu. Por acaso esqueceu-se que para saber onde eles trabalham, o caro [CM] tem que conhecer algum primeiro??”(...) (Comentário #51)

Como podemos constatar existiu uma grande diversidade de opiniões, umas com mais frequência, assim como algumas mais sustentadas que outras, revelando os comentários que não existe um conhecimento muito rigoroso acerca da questão dos refugiados e do seu acolhimento.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi direcionada para a compreensão das representações mais expressivas acerca do acolhimento de refugiados em Portugal. Neste último capítulo retomaremos as linhas essenciais que sobressaem da análise dos resultados informadas pela teoria que enquadra o pensamento sobre este tema na ciência social. Assim, fomos analisar o discurso dos leitores e comentadores a um conjunto de notícias de março de 2016 acerca da chegada de 64 refugiados a Lisboa, partilhadas nas redes sociais pelos (Correio da Manhã, Jornal Público, Jornal de Notícias, Diário de Notícias e SIC-Notícias) órgãos de comunicação social portugueses.

A pesquisa mostrou, tal como já referido por Pereira (2011), que a rede social do Facebook funcionou como uma plataforma de construção de representações, aliando-se à ação do debate coletivo e ao envolvimento dos cidadãos na expressão das suas crenças e opiniões, em relação a uma realidade concreta sobre o que representa o refugiado e o seu acolhimento. Esta plataforma constituiu-se também como um meio alternativo bidirecional em que os indivíduos puderam criar, comentar e partilhar informação de um modo livre, sem mecanismos de censura, podendo afastar-se das opiniões uns dos outros, mas mostrando interesse comum no assunto das notícias em análise daqueles que aparentemente partilham as mesmas opiniões que eles. As notícias partilhadas pelos diversos órgãos respeitantes ao acolhimento de refugiados em Portugal motivaram um conjunto significativo de comentários e também de “gostos”, reforçando algumas narrativas expostas pelos leitores. Este espaço virtual funcionou como mecanismo mediador de partilha de senso comum construído de modo coletivo, contribuindo desta forma para novas perspetivas e até possíveis mudanças comportamentais dos sujeitos perante os refugiados. Através das representações veiculadas pelos comentários, é possível ir interpretando tendências e perspetivas dos indivíduos acerca de determinada realidade (Porto, 2008).

Em alguns momentos elevou-se a discussão entre os utilizadores, esgrimindo-se opiniões e argumentos, gerando uma espécie de corrente, proporcionando mais comentários e respostas. Uma consciência coletiva formada não porque existe um elemento ou um participante mais

sábio que os outros, mas sim, porque estamos num contexto de dinâmica de discussão em grupo (ainda que de forma virtual). Este tipo de interação e sinergia, provocadas pelo próprio cenário grupal, deixou emergir um conjunto de representações, sendo alimentadas por todos os participantes, podendo mesmo tal como refere (Macedo, 2013), constituir-se como uma alternativa a uma possível hegemonia de pensamento.

Apesar de o estatuto de refugiado ser implementado a nível internacional, através de convenções e tratados internacionais (Convenção de Genebra, de OUA e Declaração de Cartagena) com o propósito de garantir proteção às pessoas que se veem obrigadas a fugir do seu país de origem ou do lugar de onde residem, por ameaça ou perseguição das suas liberdades e da própria vida, esta definição parece não se encontrar incorporada nas representações sociais de muitos cidadãos. Grande parte dos participantes deste estudo não demonstrou um conhecimento em rigor sobre estatuto de refugiado e o que ele representa, poucos foram os que opinaram com a consciência que os refugiados são vítimas de guerra e não apenas imigrantes económicos ou simples mendigos resultantes de uma guerra. Como verificamos neste comentário, “tantos imigrantes do bem que vem pra europa trabalhar e são deportados por pura ignorância... (...) (comentário #18). Em nenhum comentário se definiu estes indivíduos como requerentes de asilo.

Como Edwards (2015) salientou, esta mistura de termos pode ter sérias consequências na vida e segurança dos refugiados, pois deixa de lado as salvaguardas legais de proteção aos refugiados, prejudicando o apoio público de forma a garantir-lhe proteção. O facto de serem considerados por meros migrantes pode em parte condicionar a forma como estes indivíduos serão integrados na sociedade, pois enquanto os refugiados são admitidos e estão sob proteção internacional, os migrantes sujeitam-se a outros critérios de seleção e às políticas locais de migração.

São muitos os discursos que demonstram uma opinião desfavorável ao acolhimento dos refugiados, sendo grande parte justificada por razões económicas e de sustentabilidade. Um conjunto significativo dos participantes deste estudo considera que o acolhimento dos refugiados resultará em mais pressão sobre o estado social e mercado de trabalho. Convém ainda referir que há ainda discursos que deixam perceber a existência de carências estruturais ao nível da pobreza, considerando por isso contraproducente o seu acolhimento. Há também

nestes discursos um reforço à ideia de o país se fechar sobre si mesmo, passando esta mensagem pelo discurso da necessidade de apoiar em primeiro lugar os cidadãos nacionais.

O discurso “Nós” e “Eles” ou o “Outro”, também esteve muito presente ao longo dos comentários, considerando os refugiados como indivíduos com padrões culturais muito diferentes da sociedade portuguesa, fator que na opinião dos participantes porá em causa a sua integração, ponto de vista que também poderá constituir-se como uma barreira à própria inclusão. Para Ramos (2011, 2014), a confrontação com a diversidade, a alteridade, com a aparente diferença são continuamente influenciadas por um conjunto complexo de representações, suposições culturais, conceções ideológicas e políticas. Este movimento de fechamento é um conjunto de defesas identitárias, de negação da diferença cultural respeitante a uma defesa de unidade comum. Este é acompanhado por uma idealização do Outro onde o sentimento de ameaça é projetado (idem). Um número muito significativo de comentadores recusou a ideia do seu acolhimento, sublinhando a ideia que o Estado oferece todas as condições aos refugiados, desprezando as necessidades dos seus cidadãos que com bastantes dificuldades trabalham e pagam impostos.

A literatura tem mostrado que mesmo pessoas que se acham não preconceituosas, acabam por discriminar quando tentam justificar a sua ação. Os argumentos mais salientes na discriminação aos grupos minoritários passam pela suposta ameaça económica, à segurança e também à matriz cultural da sociedade de acolhimento. Esta perceção de ameaça serve como legitimação ao próprio preconceito (Pereira e Vala, 2010). Deste modo, as questões culturais e étnicas também foram referenciadas em vários comentários, onde se verificou o enraizamento de um conjunto de estereótipos norteando em parte as relações ou posições dos comentadores em relação aos refugiados e seu acolhimento. Alguns indivíduos creem que os refugiados não se integram nem se querem integrar na cultura dominante, assim como, são violentos, preguiçosos, subsídio-dependentes, e que em nada podem contribuir de positivo para a sociedade portuguesa. Dentro do conjunto de estereótipos atribuídos aos refugiados, alguns associaram-nos a terroristas referindo que a sua presença fará aumentar a probabilidade de atentados. Da mesma forma, alertam que os refugiados não aceitam os outros costumes culturais, e que irão tentar submeter a sociedade de acolhimento aos seus

valores e princípios, principalmente aos do Islão. Alguns participantes questionaram porque é que os outros países muçulmanos não os recebem, tendo de ser os europeus a acolhê-los.

Neste grupo de investigação foi sempre mais difícil perceber um discurso favorável ao acolhimento dos refugiados, pois este ainda que aparecesse estava frequentemente referenciado em menor número. Com um discurso favorável, foram muitos os que invocaram a solidariedade e outros motivos humanitários associados, tentando em alguns momentos desconstruir os argumentos do grupo de comentadores em negação ao seu acolhimento. Dentro dos elementos favoráveis ao acolhimento, ainda existiam alguns comentários que salientaram a importância da possibilidade de um contributo demográfico e também o facto de a própria sociedade portuguesa derivar da combinação de várias culturas ou da proveniência de vários lugares.

Em suma, o que verificamos é que existe uma complexidade de entendimentos retratados pelos discursos e que deixam perceber uma mescla de entendimentos que exaltam a rejeição. Desde logo, percebemos que emergiram de concepções etnocêntricas, com a prevalência de repulsa sobre o acolhimento dos refugiados. Estas carregam vários estereótipos em relação aos refugiados sobre a sua forma de viver em sociedade, a sua cultura, os seus reais interesses, censurando o seu modo de ser ou estar. Estas representações sociais resultam de uma construção de conhecimento coletivo, de natureza social, partilhado que visa definir uma ordem, explicar uma realidade, ou seja, apreender, decodificar e por fim categorizar esta realidade. Estas representações partilhadas nestes comentários vão construindo um modelo sobre o refugiado, orientando em parte as atitudes destes indivíduos para com eles (Rechena, 2011). Estas trocas de comentários detentores de pontos de vista e saberes partilhados, distribuídos pelas diversas notícias, produzem "teorias", embora pouco sustentadas, mas com algum alcance que lhes permitem justificar determinadas condutas e atitudes face a esta realidade, refletindo identidades individuais e sociais deste grupo de indivíduos (Neto, 1998). A repulsa a determinados grupos minoritários parece justificar-se pela generalização de determinados comportamentos, pelas dificuldades do dia-a-dia dos indivíduos que criam condições à construção de uma espécie de "bodes expiatórios", pela informação pouco rigorosa que por vezes se difunde nos *media*, pela construção coletiva de estereótipos que aos poucos se vão incorporando nas representações sociais, formatando-as.

De acordo com Cunha & Santos (2006), alguns estudos apontam para a existência nos *media* de algumas construções acerca dos grupos minoritários, atribuindo-lhe um conjunto de aspetos e particularidades com base em categorias socialmente construídas sem grande rigor. Do mesmo modo, existe uma tendência nos *media* a apresentarem acontecimentos em que envolvem grupos étnicos minoritários, dramatizando as suas ações e tratando-as como desviantes ou fora do comum, criando condições à construção coletiva de representações negativas acerca desses grupos.

Também como Neto (1998) defende, os meios mediáticos podem também alicerçar determinadas crenças e representações sobre a problemática dos refugiados, pois os indivíduos, quer pela complexidade de determinadas realidades, quer também por algumas variáveis do âmbito social e cultural não conseguem ter acesso a toda a informação de modo rigoroso, sendo esta muitas vezes transmitida de modo indireto com saberes cheios de distorções, exercendo influência sobre as opiniões dos indivíduos.

Na globalidade os comentários às notícias assumiram uma posição específica em relação ao objeto de representação, aos refugiados e ao seu possível acolhimento. Esta posição levou a um interesse mais particular por certos aspetos e características dos refugiados, e um desinteresse mais evidente por outros, como o seu estado vulnerável e risco de vida associado à sua fuga. Esta focalização vai impedir que os sujeitos tenham uma visão mais holística acerca da problemática dos refugiados, ao mesmo tempo que vão tentando desenvolver discursos coerentes sobre os refugiados.

Como refere Carmo (2001), a sociedade é um palco onde coabitam diversos e diferentes interesses sociais, fazendo com que exista um conflito permanente gravitando à volta desses interesses. No entanto, é esse conflito que alimenta a dinâmica social (Carmo, 2001:35). O modelo da "frustração-agressão" do preconceito defende que os preconceitos, a repulsa e discriminação se acentuam quando as pessoas de uma sociedade se tornam mais frustradas pelo meio social onde vivem. Desta forma, os elevados níveis de desemprego, as experiências de pobreza, a crise económica presente nos últimos tempos nas sociedades ocidentais podem resultar num aumento tendencial a reagir de forma mais hostil com os

outros grupos. Esta atitude mais agressiva foi quase uma constante em uma série de comentários como o seguinte, “esses gajos só vem para a Europa para fazerem o que querem, (...) estão a apoiar esses gajos a tirar a casa, empregos etc etc dos europeus que andam a passar fome e a dormir na rua... (...)” (comentário #132). Como muitas vezes essa hostilidade é incapaz de provocar uma mudança, esta é muitas vezes orientada para um outro alvo mais desprovido de poder, frágil ou incapaz de poder responder a essa agressão, esta ideia é também defendida por (Neto, 2002).

Cabe deste modo também ao Estado, implementar políticas sociais e económicas que reduzam estas frustrações ambientais promovendo a dignidade humana, para que a sociedade possa integrar de forma mais harmoniosa quanto possível os refugiados. A integração dos refugiados em Portugal podem também constituir-se como uma oportunidade para aprofundar a interculturalidade e diluir estes preconceitos, contribuindo assim para uma sociedade mais justa e solidária. Para isso é importante que as várias entidades governamentais e não-governamentais promovam o conhecimento e a educação intercultural, a igualdade, a tolerância, o conhecimento e respeito pela cultura do Outro, beneficiando das vantagens de uma sociedade multicultural.

Durante esta pesquisa existiram algumas dificuldades em aprofundar algumas crenças, pois como é característico nestes ambientes, alguns comentários são produzidos de forma informal, fragmentada e sem grande cuidado. No entanto, este estudo pode futuramente ser complementado por outros, levantando outras hipóteses, podendo mesmo envolver grupos e movimentos sociais que vão aparecendo nas redes sociais e que se posicionam em várias perspetivas, favoráveis ou contra o acolhimento dos refugiados.

## BIBLIOGRAFIA

- ABRANTES, Pedro (2014). “Para uma Introdução à Sociologia de Informação”, Lisboa, Universidade Aberta
- ACIME, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (2003). “Actas do I Congresso Imigração em Portugal: Diversidade-Cidadania-Integração”, Lisboa, Acime
- ACNUR, (2010). “Sri Lanka: Aumenta número de refugiados retornados,” Genéve, ACNUR, <http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/sri-lanka-aumenta-numero-de-refugiados-retornados/> [consultado em 02-09-2016]
- ACNUR (2015a). “Um milhão de refugiados e migrantes fugiram para a Europa em 2015”, Genebra, ACNUR noticia de 22.12.2015, <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/um-milhao-de-refugiados-e-migrantes-fugiram-para-a-europa-em-2015/> [consultado em 08-03-2016]
- ACNUR, (2015b). “Quem pode ser considerado refugiado?”, Genebra, ACNUR, <http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/perguntas-e-respostas/> [consultado em 02-02-2016]
- ACNUR, (2015c). “Relatório do ACNUR revela 60 milhões de deslocados no mundo por causa de guerras e conflitos”, Genebra, ACNUR, <http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/relatorio-do-acnur-revela-60-milhoes-de-deslocados-no-mundo-por-causa-de-guerras-e-conflitos/> [consultado em 29-06-2016]
- ACNUR, (2015d). Estatísticas, Genéve, ACNUR, <http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/> [consultado em 02-09-2016]
- ACNUR (2016). “Em meio a onda de violência, ACNUR pede medidas urgentes para atender refugiados na América Central”, Genéve, ACNUR <https://nacoesunidas.org/em-meio-a-onda-de-violencia-acnur-pede-medidas-urgentes-para-atender-refugiados-na-america-central/> [consultado em 02-09-2016]
- ACNUR, (2016b). “OEA e ACNUR promovem mesa redonda de alto nível sobre proteção às vítimas de violência no Triângulo Norte da América Central”, Genéve, ACNUR [http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/oea-e-acnur-promovem-mesa-redonda-de-alto-nivel-sobre-protecao-as-vitimas-de-violencia-no-triangulo-norte-da-america-central/?sword\\_list\[\]=&no\\_cache=1](http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/oea-e-acnur-promovem-mesa-redonda-de-alto-nivel-sobre-protecao-as-vitimas-de-violencia-no-triangulo-norte-da-america-central/?sword_list[]=&no_cache=1) [consultado em 02-09-2016]
- ACNUR (2016c). “O ACNUR está preocupado com barreiras contra refugiados e solicitantes de refúgio nas fronteiras europeias”, Genéve, ACNUR,

- <http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/o-acnur-esta-preocupado-com-barreiras-contrarefugiados-e-solicitantes-de-refugio-nas-fronteiras-europeias/> [consultado em 06-09-2016]
- ADUS, Instituto de Reintegração do Refugiado - Brasil (2016). “Declaração de Cartagena”, Brasil, ADUS, <http://www.adus.org.br/declaracao-de-cartagena/> [consultado em 31-08-2016]
- AEM, Agenda Europeia da Migração (2016). “A experiência Portuguesa”, <http://www.refugiados.acm.gov.pt/a-experiencia-portuguesa/> [consultado em 21-03-2016]
- ALEXANDRE, Marcos (2000). “O papel da mídia na difusão das representações sociais”, *Comum* v6, nº17, Rio de Janeiro
- AMARAL, Rodrigo (2016). “Violência Cultural: xenofobia, terrorismo e o Advento da Intolerância nas Relações Transnacionais”, São Paulo, UNESP, Unicamp, PUC-SP
- ANDRADE, José (2006). “A Política de Proteção a Refugiados da Organização das Nações Unidas - Sua Gênese no Período Pós-Guerra (1946-1952)”, Brasília, Universidade de Brasília.
- ARAÚJO, (s.d). “Guerra civil Síria”, <http://www.infoescola.com/historia/guerra-civil-siria/> [consultado em 26-12-2015]
- ARAÚJO, Washington (2003). "O Desafio de ser refugiado", in ROSITA, Milesi (org), 2003, “Perspetivas e Realidades”, Brasília, Edições Loyola pag. 35- 44
- ARON, Raymond (2000). *As Etapas do Pensamento Sociológico*, 5ª Edição, tradução de Sérgio Bath, São Paulo, Martins Fontes
- ARRUDA, Ângela (2002). “Teoria das representações Sociais e teorias de gênero”, Rio de Janeiro, UFRJ
- AUGUSTO, Leci (2012). “Redes Sociais como Espaços de Representações, Sociabilidades, Conhecimento e Arte na Pós Modernidade”, II Congresso Internacional de TIC e Educação, Lisboa
- ÁVILA, Carlos (2014). *O golpe no Chile e a política internacional (1973): ensaio de interpretação*. *História*, v33, nº1, jan/jun, São Paulo, CUUB.
- BARRETO, Luiz (org). “Refúgio no Brasil, Protecção Brasileira aos Refugiados e seu impacto nas Américas”, Rio de Janeiro, ACNUR

- BARRETO, Luiz & LEÃO, Renato (2010). “O Brasil e o Espírito da Declaração de Cartagena”, Brasil, Revista Forced Migration, Edição 35 de Julho de 2010, <http://www.fmreview.org/sites/fmr/files/FMR35brasil.pdf> [consultado em 31-08-2016]
- BAUMGARTEN, Maíra; TEIXEIRA, Alex; LIMA, Gilson, (2007). “Sociedade do conhecimento: novas tecnologias e desafios para a produção de conhecimento nas ciências sociais, sociedade e estado”, nº 2, vol. 22, Brasília ICS-Campus Universitário Darcy Ribeiro.
- BEZERRA, Adalgiza (s.d). “O refúgio: Instrumento Concretizador do Direito a um lugar seguro”, Araguaina, ITE  
<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=deb18dd9b750fc8c> [consultado em 19-03- 2016]
- BIZAWU, Sébastien (2016). "Criminalização dos Migrantes e Refugiados no Espaço Shengen: Choque de Civilização ou de Cultura na Era dos Direitos Humanos?", v2, nº1, Jan/Jun.2016, Oñati, Conpedi Law Review
- BOHN, Carla; DANDOLINI, Gertrudes; SOUZA, João (2011). “Redes Sociais: uma Interpretação do Ciberespaço Social”, Revista Novas Tecnologias na Educação - RENOTE 01/2011; UFSC
- BORGES, Thassio (2012). “Redes sociais foram o combustível para as revoluções no mundo árabe”, Opera Mundi, Brasil, uol.  
<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/18943/redes+sociais+foram+o+combustivel+para+as+revolucoes+no+mundo+arabe.shtml> [consultado em 07-04-2016]
- CABECINHAS, Rosa (2004). "Representações Sociais, Relações Intergrupais e Cognição Social", Braga, Universidade do Minho.  
<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/03.pdf> [consultado em 19-09-2016]
- CAMPOS, Ricardo (2015). “Da etnografia digital à monografia digital”, Lisboa, CEMRI-Uab
- CAMPOS, Claudinei (2004). “Método de Análise de Contéudo: Ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde”. Rev Bras Enferm, Brasília (DF) set/out;57, UNICAMP
- CARDOSO, Fátima (s.d). “O que as redes sociais estão a mudar em nós”, Lisboa, SapoStyle, <http://lifestyle.sapo.pt/vida-e-carreira/comportamento/artigos/o-que-as-redes-sociais-estao-a-mudar-em-nos> [consultado em 10-05-2016]
- CARMO, Hermano (2001). “Antropologia das Religiões”, Lisboa, Universidade Aberta

- CARMO, Hermano (coord.) (2001). “Problemas Sociais Contemporâneos”, Lisboa, Universidade Aberta
- CARMO, Hermano e FERREIRA, Manuela Malheiro. (2008). “Metodologia da investigação: guia para a auto-aprendizagem”, Lisboa. Universidade Aberta
- CASTLES, Stephen (2005). “A Sociedade em Rede Do Conhecimento à Acção Política”, Lisboa, Imprensa Casa da Moeda.
- CASTELLS, Manuel (2007). “A Galáxia Internet- Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade”, 2ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- CHIZZOTTI, António (2003). “A Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais: Evolução e Desafios, Revista Portuguesa de Educação”, ano/vol. 16, numero 002, Braga, Universidade do Minho, UM
- CORDEIRO, Ana (2016). "Portugal entre os países que mais se opõem a acolher imigrantes", Lisboa, Público, in Publico, Jornal (2016) edição *online* de 30-11-2016, <https://www.publico.pt/2016/11/30/sociedade/noticia/portugal-entre-os-paises-que-mais-se-opoem-a-acolher-imigrantes-1753095> [consultado em 30-11-2016]
- COELHO, Sara (2015). “Cerca de 150 pessoas protestaram contra o acolhimento de refugiados por Portugal”, Notícia de 20-09-2016, Lisboa, Observador, <http://observador.pt/2015/09/20/cerca-de-150-pessoas-protestaram-contr-o-acolhimento-de-refugiados-por-portugal/> [consultado em 23-05-2016]
- CORRÊA, Emílio (2012). “Judaísmo e Judeus na Legislação Portuguesa, da Medievalidade à Contemporaneidade”, Lisboa, Universidade de Lisboa
- CORREIA, João (2014). “O papel das redes digitais na configuração epistemológica dos debates de sociedade”, in Estudos em Comunicação, Revista nº 15, Especial, Maio de 2014, Covilhã, UBI.
- COUTINHO, Maria; FRANKEN Leda; RAMOS, Natália (2009). “Migração e qualidade de vida: um estudo psicossocial com brasileiros migrantes”, Campinas, Estudos de Psicologia.
- CPR, Conselho Português para os Refugiados, (2014). “Protecção dos refugiados: Contexto Nacional, Curso e-Learning de Sensibilização sobre Asilo e Refugiados (SAR)”, 6-Rev. 2 de Dezembro de 2014, Lisboa, CPR
- CPR, Conselho Português Para os Refugiados, (2015). “Reinstalação de Refugiados”, Lisboa, CPR, <http://www.cpr.pt/> [consultado em 07-04-2016]

- CPR, Conselho Português para os refugiados, (2016). “Dados Estatísticos”,  
<http://refugiados.net/1cpr/www/estatisticas.php> [Acedido em 30 de Agosto de 2016]
- CRUZ, Maria (2011). “Comunicação, cultura e arte: a comunicação do património mundial no museu do Côa”, Lisboa, IGESPAR
- CUNHA, Isabel & SANTOS, Clara (2006). “Média, Imigração e Minorias Étnicas II”, Lisboa, ACIME
- DEBIAGGI, Sylvia & PAIVA Geraldo, (Org) (2004). “Psicologia, E/Imigração e Cultura”, Brasil, Casa do Psicólogo
- DEDIHC, Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (2016). “Qual a diferença entre ‘refugiados’ e ‘migrantes’?”, Paraná, DEDIHC,  
<http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=3780&tit=Qual-a-diferenca-entre-refugiados-e-migrantes> [consultado em 31-08-2016]
- DN, Diário de Notícias (2012). “Guineenses lembram medo na fuga há 14 anos para Portugal”. Notícia de 06-05-2012 <http://www.dn.pt/globo/cplp/interior/guineenses-lembram-medo-na-fuga-ha-14-anos-para-portugal-2486387.html> [consultado em 21-03-2016]
- DN, Diário de Notícias, (2014). “A invasão soviética da Hungria em 1956”, Lisboa, DN, notícia de 23-10-2016, <http://150anos.dn.pt/2014/10/23/a-invasao-sovietica-da-hungria-em-1956/> [consultado em 29-03-2016]
- DURKHEIM, Émile (2008). Da divisão do trabalho social, 3ª edição, tradução de Eduardo Brandão, São Paulo: Martins Fontes
- ECRE, Conselho Europeu para os Refugiados e Exilados (s.d). “Posição do ECRE sobre a Integração dos Refugiados na Europa”, ECRE, Brussels,  
<http://www.ecre.org/component/downloads/downloads/125.html> [consultado em 05-04-2016]
- EDWARDS, Adrian (2015). "Refugee' or 'migrant' - Which is right?", Geneve, UNHCR,  
<http://www.unhcr.org/55df0e556.html> [consultado em 28-03-2016]
- EGLER, Tamara (s.d). “Ciberespaço: novas formas da interação social”, Rio de Janeiro, IPPUR, <http://cumincad.scix.net/data/works/att/5716.content.pdf> [consultado em 08-04-2016]
- EUROPEIA, União (2010). Manual de Integração para Decisores Políticos e Profissionais, France, Comissão Europeia.
- EUROPEU, Parlamento (2006). “Revolução Húngara de 1956, tentativa de reunificação de uma Europa dividida.” Bruxelas, Parlamento Europeu,  
<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+IM->

PRESS+20061020IPR11874+0+DOC+PDF+V0//PT&language=PT [consultado em 29 de março de 2016]

- ERC, Entidade Reguladora da Comunicação (2014). “Públicos e Consumos de Média, O Consumo de Notícias e as Plataformas Digitais em Portugal em mais Dez Países”, Lisboa, DDLX
- EXPRESSO, (2015). “Mais de um milhão de refugiados chegaram à Europa este ano”. Notícia de 22-12-2015, Lisboa, Expresso  
<http://expresso.sapo.pt/internacional/2015-12-22-Mais-de-um-milhao-de-refugiados-chegaram-a-Europa-este-ano> [consultado em 25-03-2016]
- FACESTORE, (2016). “Estatísticas do Facebook”, Porto, Facestore,  
[https://facestore.pt/estatisticas\\_do\\_facebook](https://facestore.pt/estatisticas_do_facebook), [consultado em 30-11-2016]
- FARIAS, Úrsula (2008). “Saldo de uma guerra: os refugiados Hútu de Ruanda”, Revista Espaço Académico, nº 91, Dez. 2008. UCAM
- FÁVERO, Maria (2005). “Desenvolvimento psicológico, mediação semiótica e representações sociais: por uma articulação teórica e metodológica”, Brasília, Universidade de Brasília, Psic.: Teor. e Pesq. vol.21 no.1 Brasília Jan./Apr. 2005,  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722005000100004>, [consultado em 13-10-2016]
- FELLER, Erika (2011). Direito Internacional dos Refugiados, Unidade 2, Brasília, ACNUR,  
[http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2011/Direito\\_Internacional\\_dos\\_Refugiados\\_-\\_Programa\\_de\\_ensino](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2011/Direito_Internacional_dos_Refugiados_-_Programa_de_ensino), [consultado em 31-03-2016]
- FERRAZ, Daniel; PELEGRINELI, Denise; MATOS, Ecivaldo, (2009). “Etnografia Virtual: Uma Tendência para Pesquisa em Ambientes Virtuais de Aprendizagem e de Prática”, São Paulo, Universidade de São Paulo
- FERREIRA, Marcos (2013). A ética da investigação em ciências sociais, Lisboa, UTL,  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522013000200007> [consultado em 21-09-2016]
- FONSECA, Maria (2003). “Integração dos imigrantes: estratégias e protagonistas”, Lisboa, Universidade de Lisboa
- GIDDENS, Anthony (2001). Sociologia, 6ª Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian traduzido de Sociology, 4ª Edition, Polity Press.
- GIL, Ana (2010). “O Espaço Performativo do Cotidiano Analisado de Acordo com a metodologia Sócio-interacionista de Erving Goffman, Espaços de Socialização de Coletivos, representação e Formação dos Territórios”, Porto Alegre, UFPR
- GOMES, Antônio (2004). “As representações sociais e o estudo do fenómeno do campo religioso, Ciências da religião: História e Sociedade”, ano 2, nº 2, 2004. sl,

- <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cr/article/viewFile/2315/2164> ,  
[consultado em 13-10-2016]
- GUARESCHI, Pedrinho (2000). “Representações Sociais e Ideologia”, Revista de Ciências Humanas, EDUFSC, Edição Especial Temática, Florianópolis, EDUFSC
- GUAZINA, Luziane (2007). “O conceito de Mídia na Comunicação e na Ciência Política: Desafios Interdisciplinares”, Porto Alegre, Revista Debates, , v.1, n.1, p. 49-64, jul.-dez. 2007
- LAROUSSE, Encyclopedie (2016) “Birmanie en Birman Myanmar”, france, Larousse, <http://www.larousse.fr/encyclopedie/pays/Birmanie/108937> [consultado em 02-09-2016]
- LIMA, Aline (2009). “Da Cultura da Mídia à cibercultura: as representações do eu nas tramas do ciberespaço”, Goiás, UFG
- LIMA, Cristina; DUPAS, Giselle; OLIVEIRA, Irma; KAKEHASHI, Seiko (1998). Pesquisa etnográfica: iniciando sua compreensão, Rev. Latino-Am. Enfermagem vol.4 no.1 Ribeirão Preto Jan. 1996, <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11691996000100003> [consultado em 17-05-2016]
- LISBÔA, Eliana & COUTINHO, Clara (2011). “Comunidades Virtuais: Sistematizando conceitos”, Vol.2 nº4 Unimes, UMS
- LOCH, Salus (2015). “Relembre as guerras na antiga Iugoslávia nos anos 1990”, São Paulo, Super Interessante, Editora Abril, <http://super.abril.com.br/historia/relembre-as-guerras-na-antiga-iugoslavia-nos-anos-1990> [consultado em 29-03-2016]
- LOPES, Bruno (2012). “A Instrumentalização dos "Media" nos Conflitos”, Lisboa, IESM
- LUSA, (2015). “PNR. Acolher refugiados “põe em perigo” a segurança”, notícia de 26-09-2016 no Expresso, Lisboa, Expresso, <http://expresso.sapo.pt/legislativas2015/2015-09-26-PNR.-Acolher-refugiados-poe-em-perigo-a-seguranca> [consultado em 23-05-2016]
- LUSA, (2016). "Consenso discursivo em Portugal sobre refugiados é enganador", notícia no dnoticias no dia 22-05-2016, <http://www.dnoticias.pt/actualidade/pais/589291-consenso-discursivo-em-portugal-sobre-refugiados-e-enganador> [consultado em 24-05-2016]
- LUSOFONA, Conexão (2015). “Portugal É O 2º Melhor País Do Mundo A Acolher Imigrantes”, s.l artigo do dia 18-06-2015, <http://www.conexaolusofona.org/portugal-e-o-2o-melhor-pais-do-mundo-a-acolher-imigrantes/#.VYlgABtVikp> , [consultado em 05-04-2016]
- MACEDO, Sofia (2013). “Participação política no Facebook: do online à acção real - Caso de Espanha e Portugal”, Lisboa, Universidade Aberta

- MALHEIROS, Jorge (2006). “Integração social e profissional de imigrantes refugiados e minorias étnicas”, coleção disseminar, nº 5, maio 2006, Lisboa, equal
- MALHEIROS, Jorge (2011). Promoção da Interculturalidade e da Integração de Proximidade, Lisboa, ACIDI
- MANUEL, Helena (2007). Conhecimentos, Atitudes e Práticas sobre Planeamento Familiar de Mulheres Timorenses Residentes em Portugal, Lisboa, ACIME
- MARINUCCI, Roberto & MILESI, Rosita (2003). Refugiados: realidade e perspectivas, Brasília, Loyola
- MARZOCHI, Samira (2015). "O “animal eletrônico”: dilemas do ciberativismo verdeThe ‘electronic animal’: dilemmas of green cyberactivism", São Paulo, IFCH/Unicamp
- MARKTEST (2015). “1,4 milhões leem notícias nas redes sociais”, Lisboa, Marktest, <http://www.marktest.com/wap/a/n/id~1f25.aspx> [consultado em 23-03-2016]
- MARTELETO, Regina (2001). “Análise de redes sociais - aplicação nos estudos de transferência da informação”, Brasília, UFRJ/ECO
- MARTINS, António (2005). “A Escola e a Escolarização em Portugal: Representações dos imigrantes da Europa de Leste”, Lisboa, Universidade Aberta
- MATOS, Helena (2014). "Os retornados começaram a chegar há 40 anos", reportagem de 20 de agosto de 2014, Lisboa, Observador, <http://observador.pt/especiais/os-retornados-comecaram-chegar-ha-40-anos/> [consultado em 30-03-2016]
- MATOS, Tito (2011). “A Inserção dos Refugiados Reinstalados no Mercado de Trabalho – Uma etapa num processo de integração? - Contributos para uma análise das dinâmicas de integração dos reinstalados em Portugal e na União Europeia”, Lisboa, Universidade de Lisboa
- MAZZOTTI, Alda & CAMPOS, Pedro (2013). “Cibercultura: uma nova "era das representações sociais" ?, Rio de Janeiro, Universidade Estácio de Sá, <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792015000100009>, [consultado em 26-04-2017]
- MCKINSEY, Kitty (s.d). Ramos Horta: "Timor Leste Jamais Voltará as Costas aos Refugiados", Dili, CRP, [http://www.refugiados.net/\\_novosite/timor-leste-jamais-voltara-as-costas-aos-refugiados.html](http://www.refugiados.net/_novosite/timor-leste-jamais-voltara-as-costas-aos-refugiados.html) [consultado em 29-03-2016]
- MEAD, George (1910). Social consciousness and the consciousness of meaning. Psychological Bulletin
- MEDEIROS, Ana, (2015). “Esclarecendo Conceitos”, s.l, Conectibeirut, <http://connectionbeirut.com/2015/12/01/crise-migratoria-e-direito-definindo-e-esclarecendo-conceitos/> [consultado em 28-03-2016]

- MENESES, Maria (2010). “O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’: a construção da diferença por processos legais e-cadernos ces (Online)”, 07 | 2010, <https://eces.revues.org/403> [consultado em 03-10-2016]
- MICHAELIS (1998). “Moderno dicionário da língua portuguesa”, São Paulo, Companhia Melhoramentos
- MIPEX 2015, (2015). Migrant Integration Policy Index, CIDOB, <http://www.mipex.eu/portugal> [consultado em 05-04-2016]
- MIRANDA, Beatriz (2008). Étude Comparative de la Représentation Sociale des Immigrants et des Réfugiés Chez les Étudiants Universitaires, Québec, Universidade Laval
- MOREIRA, Júlia (2007). “O Acolhimento Dos Refugiados No Brasil: políticas, frentes de atuação e atores envolvidos”, Campinas Brasil, UNICAM
- MOSCOVICI, Serge (2000). Social Representations – Explorations in Social Psychology, Polity Press, editado em inglês por Gerard Duveen: traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. -5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007
- MOZZATO, Anelise & GRZYBOVSKI, Denize (2011). Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios, Curitiba, RAC
- NETO, Félix (1998). Psicologia Social, Volume I, Lisboa, Universidade Aberta.
- NETO, Félix, (2003). Estudos de psicologia intercultural 2ª edição – Nós e Outros, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- OBERCOM, (2016). O Jornalismo e as Agências de Notícias, O desafio das redes sociais, Relatórios Obercom, Janeiro de 2016, Lisboa, Obercom
- OBSERVADOR, (2015). “4,7 Milhões de portugueses têm conta no Facebook”. Notícia de 02-10-2015, <http://observador.pt/2015/10/02/47-milhoes-de-portugueses-tem-conta-no-facebook/> [consultado em 25-03-2016]
- OBSERVATORIO 9474, (s.d). Migração Forçada, s.l <https://observatorio9474.wordpress.com/sobre/migracao-forcada/> [Acedido em 01-09-2016]
- OIM, (2009). Direito Internacional da Migração, Glossário sobre Migração, Genebra, OIM.

- OLIVEIRA, Herbert; ALVES, Tatiane; JUNIOR, Adonias; SCOGNAMILLO, Tamiris; FERREIRA, Andreia; ABJUAD, Gregório; GILMARA, Maria, ROCHA, Eudes, (2013). “Terrorismo: Uma Explosão de Conceitos”, INENF. s.d
- ONU-Br, Nações Unidas no Brasil (2014). Trinta anos após Declaração de Cartagena para os Refugiados, ONU inicia consulta sobre o tema, Brasília, ONU, <https://nacoesunidas.org/trinta-anos-apos-declaracao-de-cartagena-para-os-refugiados-onu-inicia-consulta-sobre-o-tema/> [consultado em 31-08-2016]
- ONU-Br, Nações Unidas no Brasil (2016). Cinco anos de conflito na Síria: crise de refugiados e deslocados clama por solidariedade, Rio de Janeiro, ONU, <https://nacoesunidas.org/cinco-anos-de-conflito-na-siria-crise-de-refugiados-e-deslocados-clama-por-solidariedade/> [consultado em 10-04-2017]
- OUA, Convenção da Organização de Unidade Africana (1969). Adoptada pela Conferência dos Chefes de Estado e do Governo aquando a Sexta Sessão Ordinária de 10 de Setembro de 1969, Adis-Abeba, OUA, [http://www.cidadevirtual.pt/acnur/acn\\_lisboa/e-oua.html](http://www.cidadevirtual.pt/acnur/acn_lisboa/e-oua.html) [consultado em 31-08-2016]
- PACÍFICO, Andréa & DANTAS, Virgínia (s.d). “A necessidade de ampliação do conceito de refugiado”, revista eletrónica da faculdade de direito da PUC-SP, São Paulo, PUC-SP, <http://revistas.pucsp.br/index.php/red/article/view/5533/3948> [consultado em 01-09-2016]
- PARLAMENTO EUROPEU (2016). “Parlamento Europeu aprova fundos para apoiar refugiados na UE e reforçar Europol”, Bruxelas, P.E, <http://www.europarl.europa.eu/news/pt/news-room/20160407IPR21769/parlamento-europeu-aprova-fundos-para-apoiar-refugiados-na-ue-e-refor%C3%A7ar-europol> [consultado em 21-11-2016]
- PAULA, Gabrielle (2016). “Refugiados: a representação do Outro pelo jornalismo”, Ano XII, n. 10, Outubro/2016, NAMID/UFPB
- PEREIRA, Marcus (2011). “Internet e mobilização política - os movimentos sociais na era digital”, Iv Encontro de Compólitica, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, URJ
- PEREIRA, Cícero & VALA, Jorge (2010). Do preconceito à discriminação justificada, In-Mind\_Português vol 1. nº2-3, Lisboa, ICSUL
- PEW RESEARCH CENTER, (2016). Europeans Fear Wave of Refugees Will Mean More Terrorism, Fewer Jobs, Washington, EUA, PewresearchCenter, <http://www.pewglobal.org/2016/07/11/europeans-fear-wave-of-refugees-will-mean-more-terrorism-fewer-jobs/> [consultado em 29-08-2016]
- PINTO, Tales (s.d). Revolução Húngara e a luta contra os soviéticos,

<http://historiadomundo.uol.com.br/idade-contemporanea/revolucao-hungara-e-a-luta-contra-os-sovieticos.htm> [consultado em 01-09-2016]

PNUD, (2004). *Liberdade Cultural num Mundo Diversificado*, New York (USA), PNUD

PORTO, Maria (2008). “Mídia, segurança pública e representações sociais, tempo social”, revista de sociologia da USP, v.21, n.º2. USP

PORTUGAL, Governo de (2015). *Plano Estratégico para as Migrações, 2015-2020*, Lisboa, Conselho de Ministros

POUCHARD, Alexandre (2015). “os conflitos que motivam a saída dos refugiados de seus países, le Monde”. Notícia de 11-09-2015, <http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/le-monde/2015/09/11/entenda-os-conflitos-que-motivam-a-saida-dos-refugiados-de-seus-paises.htm> [consultado em 25 -03-2016]

PÚBLICO, Jornal (2014). “Nas redes sociais, a influência de cada um vai muito além do que se pensava”, Lisboa, Publico, edição de 04-03-2014, <http://www.publico.pt/ciencia/noticia/nas-redes-sociais-a-influencia-de-cada-um-vai-muito-alem-do-que-se-pensava-1626917> [consultado em 25-03-2016]

PÚBLICO, Jornal (2015). “Acolher refugiados: portugueses divididos entre a solidariedade e o medo”. Lisboa, Publico, Notícia de 12-09-2015, <https://www.publico.pt/portugal/noticia/acolher-os-refugiados-portugueses-divididos-entre-a-solidariedade-e-o-medo-1707616> [consultado em 18-03-2016]

PÚBLICO, Jornal (2015b). “Portugal pondera receber mais refugiados, particulares querem saber como ajudar”, Lisboa, Público. Notícia de 29-08-2015, <http://www.publico.pt/destaque/jornal/portugal-pondera-receber-mais-refugiados-particulares-querem-saber-como-ajudar-30371065> [consultado em 16-03-2016]

RAMOS, Maria (2008). *Comunicação e Saúde em Contexto Multicultural*, IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador da Baía – Brasil, UFBA

RAMOS, Natália (2011). “Educar para a Interculturalidade e Cidadania: Princípios e Desafios”, in (Alcoforado, Luís; Ferreira, Armando; Ferreira, Armando; Lima Margarida; Vieira Cristina; Oliveira Albertina; Ferreira Sónia, 2011). *Educação e Formação de Adultos, Políticas, Práticas e Investigação*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

- RAMOS, Natália. (2014). “Conflitos interculturais no espaço europeu... The overarching issues of the european space: the territorial diversity of opportunities in a scenario of crisis.” Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- RAMOS, Alice; LOUCEIRO, Ana; GRAÇA, João (2016). Migrações e Refugiados, Atitudes e Perceções dos europeus, Boletim Atitudes Sociais dos Portugueses, Lisboa, ICS-Universidade de Lisboa
- RECHENA, Aida (2011). Teoria as Representações Sociais: uma ferramenta para a análise de exposições museológicas, Cadernos de Sociomuseologia, s.l
- RECUERO, Raquel (2008). Redes Sociais, Editora Meridional, Porto Alegre.
- REUTERS, Agence (2008). “Sri Lanka military, rebels trade death toll claims”, <http://in.reuters.com/article/idINIndia-32243020080301> [consultado em 02-09-2016]
- RIBEIRO, José S. & BAIRON, Sérgio (2007). Antropologia Visual e Hipermedia, Edições Afrontamento
- ROCHA, Ana & ECKERT, Cornélia (2008). Etnografia, Saberes e Práticas, in Ciências Humanas: pesquisa e método, Porto Alegre, UFRGS
- ROLNIK; Raquel (2013). Lazer e Espaço Urbano, Nota Máxima, São Paulo, Brasil, Enem, Leya
- ROSO, Adriane; STREY, Marlene; GUARESCHI, Pedrinho; BUENO, Sandra, (2002). “Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero”, Psicol. Soc. v.14 n.2 Belo Horizonte, Universidade Católica de Porto Alegre
- RTP, Rádio Televisão Portuguesa (2006). “Em Timor-Leste ONU fala em 60.000 refugiados”, notícia de 30 de Maio de 2006 da Agência Lusa, Lisboa, RTP, [http://www.rtp.pt/noticias/mundo/em-timor-leste-onu-fala-em-60000-refugiados\\_n128120](http://www.rtp.pt/noticias/mundo/em-timor-leste-onu-fala-em-60000-refugiados_n128120) [consultado em 29-03-2016]
- SAMPAIO, António (2015). “País esteve à beira da guerra civil em 2006, recorda Ramos-Horta”, Lisboa, Lusa, <http://www.independenciaslusa.info/video-pais-esteve-a-beira-da-guerra-civil-em-2006-ramos-horta/> [consultado em 05-09-2016]
- SANTINHO, Maria (2011). Refugiados e Requerentes de Asilo em Portugal: Contornos Políticos no Campo da Saúde, Lisboa, ISCTE-IUL
- SANTOS, Boaventura, (Org) (2004). Reconhecer para Libertar - Os caminhos do Cosmopolismo Cultural, Porto, Afrontamento
- SANTOS, Boaventura & NUNES, João (2004). Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade, Lisboa,

<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/res/pdfs/IntrodMultiPort.pdf> [consultado em 06-09-2016]

SANTOS, Geovane & DIAS, José (2015). “Teoria das representações sociais: uma abordagem sociopsicológica”, PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, ISSN 1984-4352 Macapá, v. 8, n. 1, p. 173-187, jan.-jun. 2015

SANTOS, Maria (2012). Experiências de Integração: percursos de integração de refugiados na Área Metropolitana de Lisboa, Lisboa: ISCTE.

SAPOTEK, (2014) "Para cada jornal *online* seu perfil de leitor", Lisboa, Sapo-Noticias de 02-01-2014,  
[http://tek.sapo.pt/noticias/internet/artigo/para\\_cada\\_jornal\\_online\\_seu\\_perfil\\_de\\_leitor-1357505tek.html](http://tek.sapo.pt/noticias/internet/artigo/para_cada_jornal_online_seu_perfil_de_leitor-1357505tek.html) [consultado em 23 -03-2016]

SÊGA, Rafael (2000) “O conceito de representação social, nas obras de Denise Jodelet e Sergi Moscovici”, Porto Alegre, UFRGS  
<http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/13/13art8.pdf> [consultado em 05-03-2016]

SERRA, Pedro (2016). Refugiados em Portugal, entre o contexto e as práticas: análise comparada de três casos de inovação e empreendedorismo sociais, Coimbra, Universidade de Coimbra

SCHMIDT, Eric & COHEN, Jared (s.d). A nova Era Digital, Reformulando o Futuro das Pessoas das Nações e da Economia, Dom Quixote

SILVA, Augusto & PINTO, José, (org). (2014). Metodologias em Ciências Sociais, 16ª Edição, Porto, Afrontamento

SILVA, Clarinda (2007). “Preconceitos etnoculturais: meio rural e meio urbano contributo para a educação intercultural”, UAb, Lisboa,  
<https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/623/1/LC323.pdf> [consultado em 25-03-2016]

SILVA, Patrícia (2013). “Práticas de Pesquisa: Apontamentos sobre a Pesquisa Qualitativa e seu Uso nos Estudos em Administração”, Maringá Management: Revista de Ciências Empresariais, v. 10, nº3, pag. 26-39 Edição Especial, Unicesumar, Universidade de Maringá

SILVA, Filipa (s.d). "O que as redes sociais estão a mudar em nós", Revista Prevenir, Lisboa, SapoStyle, <http://lifestyle.sapo.pt/vida-e-carreira/comportamento/artigos/o-que-as-redes-sociais-estao-a-mudar-em-nos> [consultado em 19-09-2016]

SILVA, Wanêssa; LACERDA, Fabrício; JORGENSEN Nuni, (2011). Diversidade Cultural e a Integração de Refugiados, Brasília, Sinus.

- SILVESTRE, Filipa (2011). “Um olhar sobre a imprensa: representações sobre os requerentes de asilo e refugiados em Portugal”, Lisboa FCSH
- SOARES, Carina (2012). O Direito Internacional dos Refugiados e o Ordenamento Jurídico Brasileiro: Análise da Efetividade da Protecção Nacional, Maceió, UFA
- SOUSA, Jorge (2006). “Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media, 2ª edição revista e ampliada”, Porto,  
<http://www.infocambiouniversitario.com.br/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf> [consultado em 04-10-2016]
- SOUSA, Lúcio (1999). “Percurso de inserção de refugiados em Portugal: sós ou acompanhados? – Um estudo sobre as dificuldades de inserção de refugiados em Portugal”, Lisboa, Universidade Aberta
- SOUSA, Lúcio (2016) “A crise global de refugiados: (in) visibilidade e memória das migrações forçadas”, Lisboa, Universidade Aberta/CEMRI
- SOUSA, Lúcio & COSTA, Paulo (2015). “Refugiado, imigrante ou pessoa...? O poder de nomear”, Lisboa, Universidade Aberta/CEMRI,  
<http://barometro.com.pt/archives/1830> [consultado em 28-04-2016]
- SPINK, Mary (1993). "O conceito de representação social na abordagem psicossocial", Cad. Saúde Pública vol.9 no.3 Rio de Janeiro, <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300017> [consultado em 05-04-2016]
- SUBTIL, Filipa (2006). “A comunicação entre a utopia e a tecnocracia: para uma fundamentação teórica das tecnologias da informação, *Análise Social*”, vol. XLI (181), Lisboa, IPL
- UE, União Europeia (2017). A Crise dos Refugiados, Bruxelas, U.E.  
<http://publications.europa.eu/webpub/com/factsheets/refugee-crisis/pt/> [consultado em 10-04-2017]
- UNESCO, (2002). Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, Paris, UNESCO,  
<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf> [consultado em 02-05-2016]
- UNDP (2009). Relatório de Desenvolvimento Humano - Ultrapassar Barreiras, Mobilidade e desenvolvimento humanos, ONU, New York, Almedina.  
<http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDHglobais/hdr2009-portuguese.pdf> [consultado em 07-04-2016]

- UNHCR, (2009). “Nansen - a man of action and vision”, Genebra, ONU,  
<http://www.unhcr.org/events/nansen/4aae50086/nansen-man-action-vision.html>  
[consultado em 26-04-2017]
- UNRIC, (2009). Envelhecimento da população é um dos maiores desafios da Europa,  
Bruxelas, ONU.  
<http://www.unric.org/pt/actualidade/26453-envelhecimento-da-populacao-e-um-dos-maiores-desafios-da-europa> [consultado em 02-05-2016]
- USHMM, United States Holocaust Memorial Museum, (2016). Os refugiados, EUA,  
Washington, <https://www.ushmm.org/wlc/ptbr/article.php?ModuleId=10005139>  
[consultado em 30-08-2016]
- VALA, Jorge (2003). “Processos identitários e gestão da diversidade”, in ACIME (2003) I  
Congresso Imigração em Portugal, Diversidade, Cidadania, Integração. 18/19 de  
Dezembro de 2003. Lisboa, Acime
- VALA, Jorge (1986). "A análise de Conteúdo ", In SANTOS Silva e PINTO Madureira  
(Eds.), Metodologia das ciências sociais. Porto, Afrontamento
- VIANA, Joana (2016). “Integração de refugiados vai gerar maior aumento da riqueza do  
que da dívida pública”, Notícia do Expresso de 18-05-2016, Lisboa, Expresso,  
<http://expresso.sapo.pt/internacional/2016-05-18-Integracao-de-refugiados-vai-gerar-maior-aumento-da-riqueza-do-que-da-divida-publica> [consultado em 23-05-2016]
- VIANA, Nildo (2008). “Senso comum, representações sociais e representações  
cotidianas”, Baúru, Edusc
- VINÍCIUS, Wu (2015). “Radicalismos e intolerância na rede: os riscos do ciberativismo -  
Leitura Global”, <http://leituraglobal.org/radicalismos-e-intolerancia-na-rede-os-riscos-do-ciberativismo/> [consultado em 06-05-2016]
- 36 CONGRESSO, (2007). Migrações na Ásia, Lisboa,  
[https://www.fidh.org/IMG/pdf/Asia\\_port.pdf](https://www.fidh.org/IMG/pdf/Asia_port.pdf) [consultado em 02-09-2016]



## Anexos

### Partilha das notícias no facebook

 **Correio da Manhã**  
7 de Março de 2016 · 🌐

Duas dezenas de crianças estão incluídas neste grupo



**Grupo de 64 refugiados chega a Lisboa**

CMJORNAL\_XL.PT

Hiperligação da notícia:

[http://www.cmjornal.pt/sociedade/detalhe/migracoes\\_grupo\\_de\\_64\\_refugiados\\_chegou\\_hoje\\_a\\_lisboa](http://www.cmjornal.pt/sociedade/detalhe/migracoes_grupo_de_64_refugiados_chegou_hoje_a_lisboa)

 **Jornal de Notícias**  
7 de Março de 2016 · 🌐

Deverão chegar mais cerca de 50 **refugiados** na quinta-feira



**Grupo de 64 refugiados chegou a Lisboa - JN**

JN.PT | POR JORNAL DE NOTÍCIAS

 Gosto    Comentar    Partilhar

   139   Comentários principais ▾

2 partilhas

Hiperligação da notícia: <http://www.jn.pt/nacional/interior/grupo-de-64-refugiados-chegou-a-lisboa-5064456.html>

**P** Público  
7 de Março de 2016 · 🌐

Chegaram de madrugada a **Lisboa** num voo vindo da Grécia. Portugal acolheu nesta segunda-feira um novo grupo de mais **64** refugiados.



**Chegada de 64 refugiados é uma forma de Portugal “dizer não ao fecho de fronteiras”**

Entre as **64** pessoas que chegaram, sobretudo do Iraque e da Síria, estão mais de 20 crianças, e algumas pessoas a necessitar de cuidados médicos imediatos.

PUBLICO.PT | DE ANA DIAS CORDEIRO, DANIEL ROCHA

👍 Gosto    💬 Comentar    ➦ Partilhar

👍❤️🔥 1,3 m      Comentários principais ▾

Hiperligação da notícia: <https://www.publico.pt/2016/03/07/sociedade/noticia/chegada-refugiados-em-dia-de-cimeira-representa-simbolicamente-a-solidariedade-de-portugal-1725416>

**DN** Diário de Notícias  
7 de Março de 2016 · Lisboa, Distrito de Lisboa · 🌐

Dos **68** refugiados previstos, chegaram **64**. Só uma família não embarcou, por "razões de saúde", revelou ministro-Adjunto



**Grupo de 64 refugiados chegou hoje a Lisboa**

DN.PT | POR DIÁRIO DE NOTÍCIAS

👍 Gosto    💬 Comentar    ➦ Partilhar

Hiperligação da notícia: <http://www.dn.pt/portugal/interior/grupo-de-64-refugiados-chegou-hoje-a-lisboa-5064481.html>

 **SIC Notícias**  
7 de Março de 2016 · 🌐

Chegaram esta madrugada, vindos da Grécia



**Grupo de 64 refugiados chegou hoje a Lisboa**  
Chegaram esta madrugada 64 refugiados maioritariamente oriundos da Síria e do Iraque. Deverão ser colocados

SICNOTICIAS.SAPO.PT

👍 Gosto    💬 Comentar    ➦ Partilhar

👍 😊 ❤️ 469      Comentários principais ▾

55 partilhas

Hiperligação da notícia: <http://sicnoticias.sapo.pt/especiais/crise-migratoria/2016-03-07-Grupo-de-64-refugiados-chegou-hoje-a-Lisboa-1>

## Comentários no Facebook às notícias partilhadas pelos diversos órgãos de comunicação

<b>Compilação dos Comentários - Correio da Manhã</b>	
#1	“Ainda ontem estava um idoso a dormir à minha porta...doeu-me alma, senti-me impotente pois nada podia fazer...e nesse momento fiquei com raiva de um país que nis trata assim e dá casa a uns árabes que no futuro nos irão trazer problemas...mas nós povo que podemos fazer?”
#2	“Já sei que muitos vão chamar-me egoísta e xenófoba! Como queiram, mas na minha opinião o dinheiro gasto com os refugiados matava a fome de milhares de crianças portuguesas, cujas famílias perderam as casas e nem conseguem pagar as refeições nas escolas!!! E isto é só um exemplo de onde o dinheiro poderia ser aplicado! E aqueles que vêm com o moralismo de que os portugueses também emigram, sim é verdade mas quando lá chegam têm de lutar e trabalhar muito para conseguir alguma coisa. Tenho muitos familiares emigrados e nenhum chegou ao destino com casa oferecida, rendimentos mínimos, isenção de taxas moderadoras na saúde, livros e material escolar oferecido...”
#3	“Mais ainda??? Até quando??? Nos também temos os nossos problemas, também estamos em crise! Milhares de desempregados, sem-abrigo, e em vias de perder casa até! Isto só vai piorar ainda mais o nosso país! Ajudem nos primeiro a nós”
#4	“E de quem é a culpa????? De todos vós q continuam a votar nos mesmos palhaços de sempre q vos roubam diariamente. Agora vem esta escumalha em forma de cordeiros, mas com raça de lobos. Parem de opinar isto e aquilo e façam alguma coisa por uma bandeira q dizem amar. Votem num partido NACIONALISTA!!!!!!”
#5	“vinte crianças...fazendo contas um pai uma mãe não dá sessenta e quatro...o resto são marmanjos bem gordinhos para ganhar mais que eu sem fazer uma ponta de um xavo... penso eu de que.”
#6	“Ha e tal coitadinhos tão a fugir da guerra.....! Pffffff de nos ninguém tem pena k pagamos impostos a parva e nao temos direitos nem ajudas do estado tanto português a emigrar pra nao passarem fome e terem mais alguma coisinha..... Revolta me muito td isto.....!”
#7	“Tinha um grande palpite Que a maioria dos refugiados Que iam para Portugal Iam ser menores. ....sera porke (sera k vao ficar juntos com as crianças Que os tribunais tiram aos Pais e poem em estituicoes k nem Casa pia e outras).”
#8	“Ainda hoje o meu marido me disse que tinha de continuar fora de Portugal pois não há condições para regressar.Pergunto eu será que se nos infiltrar mos no meu dos refugiado”
#9	“Quando acabar o ano de subsídios que a união europeia paga, a quem vão recorrer os refugiados? Ao RSI. Mais impostos para os patrões pagarem. Claro que assim o trabalhador comum nunca consegue aumentos.”
#10	“isto vai ser um bonito a se vai nos apertar o cinto cada dia que passa , a saúde uma miséria as escola outra vergonha ,qualquer dia vem o Marcelo Rebelo dizer meus

	amigos vão todos se fod"# \$ mais um pouco mas a culpa não e minha e do antigo lol vao todos se fo#\$%&”
#11	“Não fazem cá falta nenhuma ... com tantos problemas de desemprego e Miséria e outros Problemas sociais cá em Portugal por resolver ainda vamos agravar mais e depois o valor que a UE dá para ajuda de cada família desses refugiados acaba por não dar na totalidade para aquilo que temos de gastar com eles e quem os quiser que fique com eles...espero que os Políticos Iluminados deste país desgovernado não se venham a arrepender e não venhamos todos a sofrer pela Estupidez e Burrice de alguns”
#12	“Estes Já vêm com metralhadoras ou o estado vai tratar disso tambem ? Esses mojentos desses políticos eram bem enrribados a sangue frio e atirados no mar com uma bateria às costas para não afundarem”
#13	“Portugal vai ser o campo de refugiados da Europa. Quando acabar os subsídios de 18 meses vão roubar para sobreviver.”
#14	“Não sei se vou rir ou chorar, Portugal não consegue ajudar os seus, e tem que aceitar a esmola da União Europeia!”
#15	“Por mim podem vir, à vontade. Desde de que trabalhem e vivam sem incomodar os outros, tudo bem! Criminosos, pedintes e "xulos" já cá temos muitos.”
#16	“Mais rendimentos mínimos mais casas a borla direito a médico tem tudo o que a nós nos tiram a esses dão pa virem pa cá fazer mal e ke tal os cabeçudos dos do governo os pusessem a morar junto deles e lhe tirem dos absurdos ordenados que ganham pa lhe darem a eles cambada”
#17	“Não quero está aqui a magoar nenhum comentador...realmente está realidade não será nada fácil...compreendo muitos comentarios aqui...também sou imigrante...mas onde estou trabalho tudo certo...e o mais importante respeito as pessoas ao meu redor e as leis...por isso acho que quem quer que fosse a entrar noutra País e noutra cultura...teria que respeitar primeiramente...peço desculpa se disse algo que magou a sensibilidade de alguém.”
#18	“Tantos imigrantes do bem que vem pra europa trabalhar e são deportados por pura ignorância... Enquanto isso estão acolhendo terroristas que futuramente pensam em destruir a paz que reina no país, palavras usada por eles mesmo. Sem mais comentários.”
#19	“Aos de ca tiram as casas pk nao cnseguem pagar,tanta criança a passar fome,cada vez mais sem abrigo e vem esta gente com direito a tudo..enfim”
#20	"Pois mas os portugueses emigraram no tempo da Guerra mas ninguém lhes deu NADA, se quiseram ter casa tiveram de trabalhar no duro, estes não veem trabalhar mas sim receber subsídios"
#21	“Eles vão conquistar a península ibérica. ..nas próximas gerações! ! Agora é só procriar. ..e crescerem com a educação de ódio à Europa e aos nossos valores...enfim...só não vê quem não quer ver!”
#22	“Este país é uma vergonha, ajudam os refugiados e os de cá que se lixem Que passem fome , que durmam na rua Isto é vergonhoso, enfurece qualquer um”

#23	“Uma boa altura dos sem abrigos portugueses se misturarem, assim o Costa nem dáva” conta
#24	“E triste não ajudarem os pobres portugueses ...e esses. Refugiados até casa tem .....não seria melhor dar casa aos nossos ...vão ao túnel do marquês há noite e vêem a santa Apolónia e ao resto de Lisboa ....já não falar na margem sul que também já se vê”
#25	“Há e tal não somos nos que pagamos, então com que dinheiro foram construídas as casas para aonde vão viver está gente ??? Deixem de pagar a renda e depois logo veram para aonde vão ....”
#26	“Eu para ter uma vida um pouco melhor tive sair de Portugal.! Agora estes otarios vêm para o meu país e vão ter direito a tudo. Eu sou contar a essas pessoas”
#27	“Agora a seguir vao explodir o que? Cristo rei? Forum de almada num fim de semana cheio de gente? Esperemos pra ver.”
#28	“Mais alguns pra tirarem o pouco k temos pros nossos!”
#29	“Muito gostam nas notícias de nos atirarem com as criancinhas como quem nos atira areia prós olhos... O que não falta cá em Portugal são criancinhas também a precisar de ajuda!”
#30	“Só bosta! Agora dão lhes uma casa e um subsídio e vão polir as esquinas do Martim Moniz! Só bosta de política! Ajudar necessitados cá de "casa" está de chuva!”
#31	“Tenham dó ao menos das crianças.”
#32	“Andamos a descontar para isto... Enfim”
#33	“Sei que eles tem direito a quem tem melhores condições ...E os nossos? Quem olha para eles? Temos tanta gente a passar fome e sem teto...”
#35	“Ajudem os nossos sem abrigo”
#36	“Ta bom para começar a vender Burcas... agora é vê-las andar todas tapadas na rua, não respeitam os costumes da terra onde vão e nós temos que aguentar isto... escumalha!”
#37	“em breve vão começar a rebentar bombas a nossa porta”
#38	“Porque tanta raiva deles?!?! Eles são bem mais ricos que Portugal... Mas tem a infelicidade de terem de fugir por causa da guerra! Parem de fazer dos portugueses coitadinhos porque não são!!! Querem viver a grande e a francesa e tudo gratuito... Os portugueses têm de começar a pensar em poupar e não gastar o salário todo que recebem e terem menos mania (como usarem grandes marcas pra 'ingles ver'), unhas de gel, férias fora, e tantas outras coisas coisas....Portugal usem os vossos recursos para fazerem dinheiro em vez de comprar tudo importado podem ser que assim tenham de dinheiro pra vocês e para ajudar!”
#39	“Os refugiados têm mais direitos no nosso País, do que os natos, enfim isto vai dar frutos, mais tarde ou mais cedo...! Políticas erradas dos irresponsáveis que nos governam ...!”
#40	“A resposta para a baixa taxa de natalidade é importar gente de fora? Isso já passa para genocídio demográfico, algo que os iluminados liberais gostam muito. Que tal apresentar medidas de apoio à natalidade? O problema não é não se conseguir fazer crianças mas sim famílias com o ordenado mínimo terem que descontar uma porrada de dinheiro para estes pseudo-refugiados”

#41	“Estas pessoas fogem da morte !! Fogem cm os filhos pais , etc .para os proteger. Nos nao faziamos o mesmo? Que culpa teem eles? So querem estar em segurança com as suas crianças...acho que Portugal devia ajudar os nossos tbm sem duvida! Nao é isso que está em causa..mas choca me os comentarios racistas “
#42	“Ze povinho o governo so ajuda porque vai receber umas centenas de milhares de euros da uniao europeia mas quem vai pagar as despesas com essa gentes sao os portugueses e daqui a algum tempo nao me admira nada que aja por ai umas bombinhas a rebentar e tem certo como 2+2-ser 4 ....”
#42	“realmente sinto uma enorme tristeza e vergonha destes e de certos comentarios... nao sao voces que pagam mas sim a europa fundos europeus, humanismo ? onde esta o humanismo ? sao refugiados de guerra populacao que nao escolheu se queria estar em guerra pessoas que mais provavelmente gostariam de estar em paz no seu pais e nunca ter saído de la !!! mas que pais vos criaram? en quanto sao melhores que os outros? maes que matam filhos maes que omitem homicidios padres pedofilos pais violadores maridos e namorados que matam as mulheres ??? muitos portugueses teem fome sim nao teem casa verdade mas ja alguem de vos deu alguma coisa a alguem? ajudou? fez? deu dormida? NAO!!!! entao essa lenga lenga de e os nossos ?? e nos?? cada um faz como pode e a eles so lhes restou fugir do que o homem foi capaz de fazer matar gente innocente que nao tem culpa como essas crianças que ai chegaram e que nao pediram nada !!! por favor !! nas ultimas noticias todos choravam o rodrigo lapa sim tb tive muita pena ... 2 duzias de crianças chegaram ai refugiadas e nem um tem pena da fome e sofrimento de cada uma TRISTE !!! tenho pena deles sim pois vao ser discriminados e viver uma segunda guerra mas esta sim psicologica por parte d aquele que se diz humano !!”
#43	“não são os portugueses que lhes vão pagar as despesas dos refugiados.”
<b>Compilação dos Comentários - Jornal de Notícias</b>	
#44	“Todos os países da União Europeia como medida de protecção estão a fechar as portas a estes "refugiados" que que são um perigo para a Europa pois estes exigem manter a sua cultura a religião, que maltrata as crianças e mulheres e nós não só os recebemos como atribuímos todo o tipo de beneficios que os portugueses nunca tiveram! Tristeza!!”
#45	“foram recebidos por aqueles ditos comissários que ganham uns salários loucos so para ficarem bem na foto o resto é merda já ha tanta em portugal agora a merda vai mudar de cor talvez por sêr merda islâmica oxalà que comecem já para a semana a fazer rebentar carros armadilhados no meio de quem os recebe de braços abertos”
#46	“Podem me chamar do que quiserem, mas vocês vão errar. Eu sou contra mas por tudo contra aceitar os refugiados. Penso que todos deviam de ser, mas os palhaços os porcos os filhos das vacas das suas mães que deviam de ir para a luta que os pariu, voltar para a buraqueira de onde saíram. Vem comentar a aceitar e a chamar xenófobo a quem é contra aceitar porque somos um país pobre e pobre temos sem abrigos até dizer chega, pessoas algumas nunca tiveram chance mas os montes de merda que defende os refugiados tropeçam em mendigos de Portugal e viram a cara ao lado. Quem são os racistas? Seu bando de anormais . será que sou eu por preferir o apoio a educação e a saúde para os nossos mendigos. Bando de racistas vem defender a merda do leste um povo rasco, e não e pela merda da religião que eles são assim Cretinos violadores assassinos e a luta que osbpariu”
#47	“Meu caríssimo, como bom analista, crítico em questões morais, defensor dos D.H, o que te apraz dizer quanto a reação desses portugueses pobre de espíritos, que não se reveem no seu próximo?”

#48	“Não foi Portugal que semeou a guerra e o terror na Síria, Iraque e Líbia, contrariamente à Alemanha, França, USA, Inglaterra, Arábia Saudita e Qatar. Eles é que devem receber todos os refugiados porque semearam o terrorismo, afim de roubarem as riquezas desses países.”
#49	“Acho muito bem ajudar k precisa,mas infelizmente daqui a uns anos,k deixar de haver ajuda financeira,a maior parte vão dar em sem abrigo,mas uns poucos a a juntar aos k já temos,podemos ver o caso de muitos sem abrigo k a no nosso pais vindos do leste europeu,k andar por essas cidades fora sem eira nem beira,a juntar aos do nosso proprio Portugal,k poucos querem saber.”
#50	“Conhece pessoalmente muitos ciganos, muçulmanos ou marroquinos para dizer asneiras desse tipo? Se não conhece nenhum que trabalhe então o problema é seu. Por acaso esqueceu-se que para saber onde eles trabalham, o caro [CM] tem que conhecer algum primeiro??”(…)
#51	“Mais lixo muçulmano para continuar o processo de colonização, mais miseria, mais poder aos muçulmanos.”
#52	“Estes são uns desgraçados... Precisão mesmo de ajuda... Aceitam vir viver para um país corrupto, que escraviza o povo... Não podem deixar de merecer o nosso apoio!!!!”
#53	(...) “o nosso país está cheio de compatriotas a sofrer e pobres e esses hipócritas rascas para ficarem bem na fotografia e por ego pessoal trazem eventuais terroristas que não teem capacidade de integração e respeito pela cultura portuguesa.”
#54	“Quero ver quando começarem a arrancar a cabeça dos nossos pelo chão aí é que vai ser a festa”
#55	“Vocês não querem ninguém em portugal e querem que os outros paises acolham os portugueses.”
#56	“Até entendo, os porquês das rejeições, mas os comentários estão ser assustadores, mostrando a falta de compaixão, solidariedade com o próximo, como uma boaa parte é ateu digo então onde esta o espírito filantropico?”
#57	“Nós tb ja fugimos da guerra. Tb ja fomos refugiados. Seja bem vindo quem vier por bem.”
#58	“Se os políticos acham que o povo português os quer cá porque entram eles pela parte da Força Aérea e escoltados pela PSP? Porque não os metem a entrar na parte principal para verem o que o povo lhes diz. Contra a INVASÃO ISLÂMICA DA EUROPA”
<b>Compilação de Comentários - Diário de Notícias</b>	
#59	“Tá tudo lixado. Gente cega que não vê o que se passa no resto da Europa. Não percebem porque todos os outros países se querem ver livres deles e estão a fechar-lhes as fronteiras...Somos sempre os retardados a ir contra a corrente quando ela segue para o caminho certo e a favor quando segue para o caminho errado...Sem ofensa aos deficientes mentais.”
#60	“Lamentável..... Não tomamos conta da nossa miséria. Mas fingimos que somos beneméritos. Sempre a mentir.Atirar pó para os olhos,é a especialidade atual. Mentiras, men”

#61	“Gente mesquinha se cá houvesse Guerra, não gostavam de ser ajudados?”
#62	“esta gente vai acabar connosco num instante e vamos ter morte de cão,deviam ir para aterra deles é lutar lá...”
#63	“Os nossos têm que emigrar por não terem emprego, e vêm para cá estes merdas que para nada servem. Quem sabe se não serão terroristas?”
#64	“Eu também acho somos sempre os coitadinhos que recebemos todos depois nos o povo e que vai pagar a factura”
<b>Compilação dos Comentários - Jornal Público</b>	
#65	“Se as pessoas lessem e soubessem um pouco mais de História ficavam caladas ao fazerem determinados comentários. Portugal é um país envelhecido e resulta da mistura de muitas culturas. Das 64 pessoas, 20 são crianças. Não serão bons indicadores?! Temos tantas aldeias, tantas vilas cheias de pessoas idosas, com falta de crianças. Terreno não falta. Infelizmente estamos também cheios de pessoas que só pensam no seu umbigo. Espero que estas pessoas sejam bem recebidas e que consigam finalmente ter paz!”
#67	“A resposta para a quebra de natalidade dos portugueses resultante da instabilidade laboral e crise económica é a importação em massa de pessoas sem qualquer ligação cultural connosco, sem qualquer hipótese de emprego, trazendo ainda o risco acrescido de ataques terroristas (agora e depois da radicalização de segundas gerações)? Que raio de argumento é esse? A resolução desse problema não é por aí de certeza.”
#68	“E por ternos uma taxa de natalidade tão baixa temos de aceitar refugiados? Porque não usam o dinheiro da união europeia para incentivar os portugueses a terem mais filhos e a criarem melhores condições de HUMANIDADE para os de cá? Se tem pena ou é a favor leve alguns para a sua casa e depois venha contar a sua experiência!”
#69	“Eu nao consigo entender como a pessoas que conseguem ter tanto desprezo por seres humanos, e deposi dizem-se preocupar "com os dele", a unica logica que acho para isto é o delirio !!! Sim devem viver numa fantasia para dizerem coisas como "sao todos terroristas", "vao implantar a sharia" , "va destruir a identidade", "essa gente é uma raça que nao presta" ou "se sao bons leve-os paracasa" e estes sao so alguns clichês que sao quase uma oração aqui na net !!! Eu nao entendo como podem fazer sito logica !!! Sao pessoas !!! têm consciencia disso idiotas? Pessoas sem nada !!! Que se lixe a religiao deles ou como se vestem, em primiero lugar esta savaguardar a vida nao acham animais !!! o que têm na merda da cabeça? nao sentem nada quando vêm o que se esta a passar na siria e no iraque? Aqueles que atacam os refugiados como se fossem vermes, esses im sao os vermes sao os vermes iguais aos que os nazis foram aqui a 70 Anos !!! Digam-me quantos de voces festejam o natal e pascoa? que significado tem isso quando voces por vossa idiota vontade condenam a morte pessoas so pk sao uns ressabiados que so olham para o umbigo? falta-vos o pao na mesa? pelos vistos net nao falta !! Eu estou farta disto deses idiotas propagandistas do odio voces sao a vergonha da Humanidade em todas as Eras como nos sendo especie humana !!! Adeus nazis de merda benvindos refugiados !!! respeitem a lei civica. Somos um estado leigo no que toca a religiao, mas trazemos no coração uma grande tradição de mutculturalismo e povos de muitos sitios do mundo :) Por isso sera facil para nos ajudar na integraçao!!! independente mente disso se nao conseguirem integrar-se por motivos nonsense realcionados com religio... por favor façam companhia aos nazis e saima tb !”
#70	“pois olhe que há mais de 20 anos que a Europa só cresce demográficamente devido à imigração, ao contrário do que sugere! E muito antes da crise já era essa a realidade! É só consultar imensos estudos sobre o assunto”

#71	“que dê condições aos nossos no lugar de os deixarem imigrar,,receberem esta gente que brevemente se irá tentar impor com as suas ideias anti-ocidentais,,,não obrigado...”
#72	“Todos os países da União Europeia como medida de protecção estão a fechar as portas a estes "refugiados" que são um perigo para a Europa pois estes exigem manter a sua cultura a religião, que maltrata as crianças e mulheres e nós não só os recebemos como atribuímos todo o tipo de benefícios que os portugueses nunca tiveram! Tristeza!!”
#73	“As nossas famílias e amigos emigrarem é normal, pois procuram uma vida melhor. Portugal aceitar alguém que pretende sobreviver e proporcionar uma vida melhor às suas famílias, claro que não! Tomem juízo, seus retardados!!! Ou pensam que não há desemprego nos países que recebe portugueses!?”
#74	“Não procuram uma vida melhor... procuram uma vida.”
#75	“Então e procuram uma "vida" como você lhe chama porque não respeitam a cultura e a religião dos cidadãos locais ? Porque são intolerantes e impõem AOS OUTROS a religião deles ??? Então se procuram uma "vida" porque NÃO TRABALHAM ??? Porque vivem parasitariamente, anos e anos e anos ??? Tem dúvidas ??? Vá a Paris (onde já vivi ) e veja os árabes a viver eternamente de Subsídios do Estado Francês.Cá vai ser igual !!!”
#76	“Desculpe, mas parece que ninguém se incomoda com os estrangeiros que vêm para Portugal investir ou que tenham dinheiro, mas se forem pessoas que procuram uma vida melhor do que aquela que os seus países proporciona, já não são bem-vindos!? E se os países para onde os portugueses emigram fizessem o mesmo!?”
#78	“A questão é que o país está em uma péssima situação económica e não consegue suportar os cidadãos locais. É difícil ver pessoas de outros países a terem benefícios que os de cá não conseguem. Mas deveria sim cortar benefícios dos que nada e nem nunca contribuíram socialmente e com impostos, nunca pagaram nada e recebem benefícios.”
#79	“Se eles cá estiverem e respeitarem a todos a nossa cultura, não vejo problemas, mas se quiserem impor a vontade e regras estabelecidas por eles, vai dar para torto!! Respeite para ser respeitado!!”
#80	“Toda a gente precisa de uma casa, um emprego, não sei até que ponto Portugal pode realmente acolher estas pessoas, ou se elas vão ficar entregues à sua própria sorte, atiradas para situações de pobreza e exclusão social, não sei até que ponto estas pessoas quando se aperceberem o que é Portugal (a nível de apoios sociais, perspectivas de futuro e de arranjar um trabalho, condições de acesso à saúde, se não saiem para outros países. A Síria está em guerra há já alguns anos, estas pessoas estão a chegar à Europa, porque toda a comunidade internacional não mexeu uma palha para ajudar a acabar como genocídio cometido por bashar al Assad. Temos sem dúvida de ajudar as pessoas, mas temos sem dúvida também de acabar com a guerra na Síria.”
#81	“realmente temos o melhor País e melhor região para receber refugiados.....não temos trabalho, temos falta de muita coisa e ainda temos de "alojar" mais uns !quantos" .....vive-se bem em Portugal, mas não somos nós!!! Tenham paciência meus amigos, mas eu não estou de acordo com esta escolha, a nível nacional, não apenas regional. Já agora, se é a União Europeia que financia este "alojamento", porque existem campanhas de ajuda?!?! Desculpem mas NÓS PORTUGUESES estamos em primeiro. Lamento!!”

#82	“ADORAVA que todos aqueles que não aceitam os refugiados no nosso país um dia passassem pelo mesmo e perdessem tudo e se vissem obrigados a procurar ajuda alem fronteiras...ADORAVA!!! E que nesse momento todos vos fechassem a PORTA na TROMBA!!!! ADORAVA!!!!”
#83	“Acho que há muita gente distraída por aqui. Problemas já relatados (mesmo que a comunicação social queira esconder) no outros países da Europa, grandes choques culturais e aumento da criminalidade. Não é o facto de ser contra a imigração mas sim contra uma cultura violenta que tenta impor as suas regras. Toda a história já provou que imigração em "massa" trás grandes consequências sociais - desde da queda do Império Romana á imigração em massa no sec XX.”
#84	“Sejam muito bem vindos e sim, se tivesse que acolher alguém em minha casa, acolhia de bom grado. Já ajudei quem mostrou não precisar, porque em Portugal e mais do que em qualquer outro país da Europa, há muito quem goste de encostar à sombra da bananeira, que é como quem diz esperar sentado pelo subsidio do Estado, pago por mim e por todos aqueles que trabalham e descontam. Se formos um pouco mais avançados, culturalmente falando, sentiríamos vergonha ao usufruir de um subsidio estatal...e lutariamos por trabalhar. Não generalizo , infelizmente há mesmo pessoas sem sorte na sua luta, mas há muito boa gente que prefere não procurar, não trabalhar, e esperar que um dia a sorte lhe caia na cabeça. Respeito quem não pensa assim, mas temos de pensar sempre "e se eu estivesse no lugar deles"
#85	“Sim verdade envadidos por gente. Fanática pela religião. Mas quem ganha com isto são os nossos governantes que vão meter algum ao bolso.por isso são tão bem vindos ao nosso país.
#86	“Os refugiados são refugiados e não emigrantes! Eles não saíram do seu país para ter uma vida melhor; saíram simplesmente para terem uma vida! Fugiram de um clima de guerra e terror! Como podemos ser tão intolerantes?”
#87	“Que falta de compaixão. Inacreditável. Compara-se desemprego a refugiados de guerra.”
#88	“pois olhe que há mais de 20 anos que a Europa só cresce demográficamente devido à imigração, ao contrário do que sugere! E muito antes da crise já era essa a realidade! É só consultar imensos estudos sobre o assunto”
#89	“Vivemos num mundo de ninguem onde ha sempre espaço para todos sobretudo para as crianças...Agora que nao haja supervisão e vigilancia ja nao é culpa dos refugiados, Nunca saberemos quando um dia estaremos na pele deles”
#90	“O nosso país está a envelhecer porque os jovens não tem condições para que a natalidade cresça. Não venham dizer que é bom para o nosso futuro receber pessoas k que nunca se integrarão na nossa sociedade.”
#91	“Sejam muito bem-vindos! Portugal a mostrar o que são valores europeus e alguma noção de decência humana, muito bem”
#92	“Imagino o que será a cabeça desta gente, com uma cultura completamente diferente, valores diferentes, em transito há meses (ou mais) sem saber o que os espera e encontrar a bateria de fotografos a bater chata e flash em cima deles como se de umas aberrações se tratasse...”
#93	“Caso Portugal entrasse em guerra.....para onde vocês fugiriam com os vossos filhos? Atiravam-se ao atlantico ou tentariam vida noutro país?...é bom colocarmos-nos no lugar do outro. É evidente que há o perigo de juntamente com pessoas honestas...virem

	Tb outras menos honestas....mas isso verifica-se em tudo na vida e não só com os refugiados.... Portugal e os outros países acolhedores têm sim que ter um bom mecanismo de registo e acompanhamento destas pessoas ....precisamente para evitar qualquer tipo de atitudes menos lícitas.”
#94	“Aos que gostam muito desta tralha islâmica desejo que lhes invadam a casa e que sejam fortemente [xxxx] por eles já que gostam tanto de dar [xxx].”
#95	“Muitos não trabalham, vivem de subsídios e alguns que trabalham não descontam para os impostos, subalugam casas, ate existem zonas aqui em que a policia tem dificuldade em os controlar. Roubam tudo, desde bicicletas, tlm, carros, etc. Enfim de pessoas destas só quero distância. Os 24 milhões a que você se refere e com os quais Portugal ajudou a Turquia já davam para o abatimento da dívida que os portugueses têm para com a União Europeia.”
#96	“Porque não se querem nem nunca integrarão, digo não a mais subsídio dependentes. Os portugueses primeiro sempre.”
#97	“Fugiram de um clima de guerra e terror! Como podemos ser tão intolerantes? Mesmo que hajam questões a ser tratadas, não podemos responder logo de forma hostil. Isso é de um egoísmo grosseiro.”
#98	“Sejam Bem Vindos! Façam por merecer este País que vos acolhe de coração e que com certeza vos vai fazer esquecer o inferno da guerra de onde vêm! E vamos todos lutar pela Paz no mundo para que um dia possam regressar aos vossos países!!.. não há melhor sitio no mundo que a nossa terra!”
#99	“Caso não sabia também, para que Portugal receba estas pessoas, é a União Europeia que está a pagar. Do seu bolso não vai sair nada.”
#100	“Então não vai... O meu pai é emigrante, foi para a Alemanha com 23 anos. Eu tenho 45 e desde os três que convivo com a realidade alemã. Três milhões de turcos muçulmanos nunca fizeram moossa na cultura alemã e são 64 refugiados sírios que vão desgraçar Portugal.”
#101	“Portugal comprometera-se em Setembro a receber 4574 refugiados nos próximos dois anos. O “valor de referência” agora é para receber “cerca de dez mil pessoas”, garantiu o ministro, que não adiantou estimativas sobre o número que pessoas que deverão ser acolhidas em Portugal até ao final deste ano”
#102	“respeitem a lei civica. Somos um estado leigo no que toca a religião, mas trazemos no coração uma grande tradição de multiculturalismo e povos de muitos sítios do mundo :) Por isso sera facil para nos ajudar na integração!!! “
#103	“Venham que isto e um paraíso...para voces. Os de ca que se f... So tem que trabalhar para voces passarem 18 meses a boa vida com tudo pago e casa de luxo medicos de familia para todos. Vou ali ser refugiado e ja volto” “
#104	“Em breve a vinda da sharia em Portugal! Acho bem apedrejar as mulheres de adúltero. Atenção! Mulheres não podem comentar. Sois objectos aos olhos do Islão !”
#105	“Acho que vou emigrar para o Taiti... porque NUNCA ME SUBMETEREI AO ISLAO !!! Quem defende esta gentalha desconhece completamente a geopolítica mundial... isto é a restauração do Imperio Otomano na Europa mas desta vez vai domina-la por inteiro graças a gente e políticos completamente parvinhos... ou ainda não viram todas as exigências da Turquia para entrar na comunidade europeia? Quando virem vossas filhas e mulheres violadas e cabeças cortadas será tarde para se arrependeram!!!”

#106	“Mas esse "terreno" devia ser ocupado por portugueses e não por estrangeiros. Ponto 2 - Nem por azar os refugiados são árabes, ou sejam pessoas que não se integram, que mesmo no estrangeiro, vivem dentro de uma redoma, que não se integram em sociedade alguma, que são violentos e que são intolerantes para com as outras religiões”
#107	“O que está em causa é algo muito importante que você imprudentemente esquece e cito dois ou três casos: 1º- A Violência que os árabes colocam em tudo na vida e que exercem contra terceiros e nesse sentido são racistas. 2º A Intolerância Religiosa .Impõem a religião deles a terceiros pela violência das armas. Por fim tratam as mulheres, TODAS ELAS como se fossem cães. Não digo isto porque tenha lido. Eu vivi num prédio onde a maioria das pessoas eram Algerians, árabes portanto. É disto que estamos a falar, coisas da vida concerta”
#108	“Diga lá então os muçulmanos adaptaram aos países que os receberam quais ou foram os seus pais que se adaptaram a eles? Pois eu vivi na Inglaterra e vi bem a adaptação dos muçulmanos, vi eles a formarem cidades dentro de cidades em que tudo é deles inclusive a da não entrada de não muçulmanos, nessas ruas, a de ouvir dizer para mulheres europeias para se vestirem e olhe que elas estavam vestidas, nunca ouvi ninguém emigrante de outros países dizerem para as mulheres inglesas se irem vestir, inclusive quando estão de biquíni no parque a apanhar sol, e não são refugiados sírios são refugiados islamicos, com mentalidades do séc VII”
<b>Compilação de Comentários - SIC Notícias</b>	
#109	“A tantos portugas a passar mal neste país e o governo caga pra eles.e ainda por cima a mts portugas q estam no estrangeiro q nao tem onde comer e querem vir pra Portugal e os consulados nda fazem. É uma vergonha”
#110	“fds são burros voces??? cá pa dentro!?!?! o dinheiro gasto com os refugiados não é dinheiro dos vossos bolsos ignorantes!!!! é dinheiro da ONU!!!!!!! e os refugiados não são sem abrigos, são vítimas de guerra!!! é uma situação extraordinária... fds qe estupidez, não podes dar um euro a um sem abrigo e um euro a um refugiado se assim bem o entenderes?!?!?! só se lembras dos sem abrigos portugueses para os usar como desculpa!!! vergonha de portugueses vocês fds”
#111	(...) ignorante é o senhor. O dinheiro vêm dos fundos europeus, que por sua vez vêm dos países membros da Europa...logo vêm dos nossos impostos!!!! E com respeito SIM OS NOSSOS PRIMEIRO, ainda por cima que muitos que chegam a Portugal vêm de Países pobres e NÃO em guerra, logo nunca deveriam ser considerados refugiados, nem terem os direitos de um refugiado. Mas sim Migrantes!!!!
#112	“De mansinho de mansinho eles vão ocupando toda a europa, casam com europeias e europeus convertem nos e aos filhos, e muito em breve tudo isto será islamita como da vontade de Maomé, sabem o que isto faz lembrar Hitler ,em tudo Hitler era um Zé ninguém nascido na Áustria combateu como soldado na primeira guerra mundial pelos alemães, como a Alemanha perdeu a guerra jurou vingança, aos poucos e poucos juntou gente às suas ideias, tornou se chanceler tomou as rédeas do país, sempre apoiado pelo povo alemão que estava cego, decidiu invadir a Áustria, e foi recebido com cravos e rosas,depois a Checoslováquia e daí a segunda guerra mundial, Hitler usou os judeus como pretexto mas o que ele queria realmente era tornar a europa todo um estado, e agora vejam qual a diferença entre Hitler e o islão, isto está tudo bem preparado para a islamização ,foi preparado em séculos, é a desforra por terem sido corridos da europa”
#113	“Tantooooos Portugueses ,sem casa,sem emprego,,,,,,este tipo de solidariedade devia ser só para países onde a sua população não se encontra nas nossas condições de

	miséria,desemprego,falta de habitação.....que vai agora para fazer(figura de rico).....que vergonha de País que abandona os seus cidadãos e ajuda os outros.....só nos faltava esta vergonha para a miséria ser completa”
#114	“UE vai pagar a Portugal por cada refugiado recebido em Portugal. Tenham calma que eles trazem rendimento para o país” (...)
#115	“É preciso distinguir solidariedade com sustentação... mesmo com grandes choques culturais que acontecem nos outros países não aprendemos.”
#116	(..)” refugiados não são sem abrigos, são vítimas de guerra!!! é uma situação extraordinária... fds qe estupidez”(..)
#117	“o estado em nada nos ajuda a estes só falta estender o tapete vermelho enquanto os nossos dormem ao frio.”
#118	“Recebemos estas pessoas, pk são protocolos vindos da comissão europeia, assim como fundos monetários vindos para o nosso país para os ajudar. Também já fomos refugiados, há uns anos bem atrás.... E foram os outros que nos deram as mãos.”
#119	“Que venham em paz, e dêem uma lição de civismo,afim de poderem reerguer suas vidas....”
#120	“Acaba por ser bom...para testar os nossos serviços de urgencia ao limite...k venham as bombas”
#121	“mas e assim esses politicos nao querem saber do povo portugueses desgracados preferem dar tudo a quem vem de fora e aos da casa que morram de fome mas abram os olhos gente nao deixem que ela mudei as costumes do nosdo pais pros costumes deles senao estamos perdidos aqui andaram a querer mudar as comidas das escolas pa cmida deles so que nao permitiram nao se deixem”
#122	“Que a vida lhes possa sorrir agora, que possam dar segurança aos seus filhos, que respeitem o país que os acolhe e sejam respeitados. Não que se cruzem muito com gente que faz comentários como os que se podem ler aqui. A esses, gastem a energia a ajudar os "nossos" que tanto vos "preocupam".
#123	“Brevemente teremos um Portugal muçulmano... É só dar tempo ao tempo... Depois não se queixem...”
#124	“há recursos para ajudar os nossos e os de fora já há? Aki n falta gente k precisa da ajuda do estado primeiro os nossos depois eles”
#125	“Ao outros ajudam nos portugueses temos que abandonar o nosso país porque o governo nao nos ajuda infelizmente um dia vamos nos arrepender por aceitar todo”
#126	“Fica aqui uma só questão : O POVO PORTUGUÊS AUTORIZOU O GOVERNO A METER E IMPORTAR ILEGAIS COM TANTA MISÉRIA PORTUGUESA ? Porra, aonde chega este desplante !”
#127	“Que refugiados? digamos bandidos assassinos”
#128	“Qualquer dia.....Bummmmmm!!!”
#129	“vão os crimes aumentar “

#130	“e trazem bombas atras, ajudem ajudem, depois dá para fugir.”
#131	“Mais lixo em Portugal.”
#132	“esses gajos só vem para a Europa para fazerem o que querem, tirar partido dos animais (pessoas) que estão a apoiar esses gajos a tirar a casa,empregos etc etc dos europeus que andam a passar fome e a dormir na rua..... E ainda a quem diz que levem esse gajos para suas casa.....porque é que n levem aqueles que dormem na rua que vocês vêem?”
#133	“E os nossos pobres portugueses têm direito a que a passarem fome e miséria é uma grande vergonha como se o país tivesse de boa situação financeira o governo que abra os olhos vêem refugiados o nosso Zé povinho é que paga”
#134	“esses gajos só vem para a Europa para fazerem o que querem, tirar partido dos animais (pessoas) que estão a apoiar esses gajos a tirar a casa,empregos etc etc dos europeus que andam a passar fome e a dormir na rua..... E ainda a quem diz que levem esse gajos para suas casa.....porque é que n levem aqueles que dormem na rua que vocês vêem?”
#135	“Se o problema fosse so este já ã era mal. O maior problema sera daqui a 7 ou 8 quando eles tentarem implementar a cultura deles a força cm esta a acontecer em França”
#136	“você anda mesmo distraído. Já leu as condições de Bruxelas ao receber os refugiados? Penso que não mas lhe digo - o financiamento por parte de UE é só para os primeiros 10 meses e depois saí do nosso bolso. E quem financia Bruxelas? São todos os contribuintes Europeus - também somos nós!”
#137	“Poucos para tão grande numero de refugiados, estamos numa europa desumana”
#138	“Gostam deles? levem-nos para casa”